

# OIKOS

**Revista de  
Economia Política  
Internacional**

**Oikos volume 17, n. 1 • 2018**

Rio de Janeiro • Quadrimestral

ISSN 1808-0235 | ISSN VIRTUAL 2236-0484

1. Economia Política - Periódicos
2. Economia brasileira - América Latina

  
UFRJ **ie.**  
instituto de economia

**Pós-graduação em  
Economia Política Internacional**

**Editor | Editor**

Raphael Padula (PEPI/UFRJ)

**Equipe Editorial | Editorial Team (PEPI-IE/UFRJ)**

Bernardo Salgado Rodrigues

Bruna Coelho Jaeger

Dominique Marques de Souza

Fernanda Pacheco de Campos Brozski

João Miguel Villas-Bôas Barcellos

Laura Emilse Brizuela

Paulo Vitor Sanches Lira

Pedro Allemand Mancebo Silva

Ricardo Zorteia Vieira

Simone Kawakami Gonçalves Costa

**Conselho Editorial | Editorial Board**

Antonio Carlos Macedo e Silva (IE/UNICAMP) | Carlos Lessa (IE/UFRJ) | Carlos Medeiros (PEPI/IE/UFRJ) | Carlota Perez (Tallinn University of Technology, Estonia) | Darc Costa (FEDERASUR) | Erik S. Reinert (Tallinn University of Technology, Estonia) | Franklin Serrano (IE/UFRJ) | Ha-Joon Chang (Cambridge University, UK) | Jan Kregel (University of Missouri-Kansas City, USA) | José Luís Fiori (PEPI/UFRJ) | L. Randall Wray (University of Missouri-Kansas City, USA) | Maria da Conceição Tavares (PEPI/UFRJ) | Murillo Cruz (IE/UFRJ) | Nildo Ouriques (IELA/UFSC) | Ricardo Carneiro (IE/UNICAMP) | Theotônio dos Santos (Economia/UFF) | Thomas Palley (Economics for Democratic and Open Societies, USA) | Wilson Cano (IE/UNICAMP)

**Produção editorial**

comtatica.com

# sumário

---

OIKOS | Volume 17, n.1 • 2018

**NOTA DO EDITOR** 05

<b>ARTIGOS</b>		
	A teorização de processos de integração regional pela perspectiva da transferência de políticas públicas Diogo Ives	06
	Uma revisão dos esforços de integração regional da América Latina - Discutindo a necessidade de uma virada pós-colonial em relação ao desafio ecológico Stefanie Beßler	18
	Brexit, União Europeia e a Securitização da Imigração: o papel do <i>Think Tank</i> britânico “Civitas” na construção discursiva do discurso anti-imigração e na campanha “ <i>Vote Leave</i> ” Boris Perius Zabolotsky e Natali Laise Zamboni Hoff	30
	A ascensão e a bifurcação do “resto”- Uma análise sob a perspectiva da complexidade econômica Pedro Lange Netto Machado	44
	Trajetória de desenvolvimento indiano em perspectiva histórica João Miguel Villas-Bôas Barcellos	57

# summary

---

OIKOS | Volume 17, n.1 • 2018

## EDITOR'S NOTE

05

## ARTICLES

The theorization of regional integration processes  
from the perspective of public policy transference

Diogo Ives

06

A review of Latin America's regional integration efforts -  
Discussing the need for a post-colonial turn with respect  
to the ecological challenge

Stefanie Beßler

18

Brexit, European Union and the Securitization of  
Immigration: the role of the British Think Tank's (TT)  
"Civitas" in the anti-immigration discursive construction  
and in the "Vote Leave" campaign.

Boris Perius Zabolotsky e Natali Laise Zamboni Hoff

30

The rise and the bifurcation of "the rest" - An analysis  
based on the economic complexity perspective

Pedro Lange Netto Machado

44

A Historical Perspective of the Indian Development Trajectory

João Miguel Villas-Bôas Barcellos

57



## Nota do Editor | Editor's Note

A presente edição da revista **Oikos – Revista de Economia Política Internacional** do PEPI (Pós-Graduação em Economia Política Internacional) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) publica artigos submetidos através do seu sítio, selecionados a partir de avaliação dupla e cega de pareceristas.

A **Oikos** trás debates e reflexões da área de EPI, assim como de áreas conexas que possam contribuir para o seu debate. Artigos que partem de debates próprios da EPI, ou da Economia, Relações Internacionais, Geopolítica e História, conduzidos e conectados apropriadamente ao debate ou à análise de EPI. Nesta edição, as reflexões sobre desenvolvimento econômico e sobre integração regional estão presentes.

Assim, a **OIKOS** segue suas linha e missão editoriais estabelecidas desde 2015, voltadas à criação e consolidação de um espaço editorial específico para a pesquisa e produção intelectual acadêmica de pesquisadores da área de EPI.

**Boa Leitura!**

*Os Editores*

# A teorização de processos de integração regional pela perspectiva da transferência de políticas públicas

The theorization of regional integration processes from the perspective of public policy transference

**DIOGO IVES** | diogoives@gmail.com

Professor de Relações Internacionais na Unilasalle-RJ e doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ.

**Recebimento do artigo** Maio de 2018 | **Aceite** Junho de 2018

**Resumo** O artigo faz uma revisão bibliográfica de pesquisas que investigaram a ocorrência de transferências de políticas públicas entre países através de blocos de integração regional, a fim de avaliar suas convergências. Com base em artigos sobre casos da União Europeia, do MERCOSUL, da UNASUL e da ALBA, verifica-se que há um programa de pesquisa em pleno desenvolvimento, fora e dentro do Brasil, acerca da teorização desses processos, abrangendo esquemas de integração tanto supranacionais quanto intergovernamentais. Em ambos os tipos, as pesquisas apontam que há uma tendência marcante por parte dos países-membros em usar as instituições do bloco para disseminar suas políticas públicas aos demais com a finalidade de socializar um modelo de Estado (liberal, desenvolvimentista ou afim). Essa constatação oferece uma nova perspectiva para se avaliar processos de integração regional que leve em consideração a capacidade de um bloco em homogeneizar os Estados dos seus países-membros. **Palavras-Chave** Transferência de política pública; integração regional; modelos de Estado.

**Abstract** This article reviews the findings of some research papers that have investigated the occurrence of public policy transference between countries through regional integration blocs in order to evaluate their convergence. Based on cases from the European Union, MERCOSUR, UNASUR and ALBA, it is verified the existence of a research program that is in full development, outside and within Brazil, about the theorization of these processes, encompassing both supranational and intergovernmental integration schemes. In both types, research shows that there is a marked tendency for member countries to use the institutions of the bloc to disseminate their public policies to others in order to socialize a state model (liberal, developmentalist or related). This provides a new perspective for assessing regional integration processes: one that takes into account the capacity of a bloc to homogenize the states of its member countries. **Keywords** Public policy transference; regional integration; models of state.

## 1. Introdução

A transferência de políticas públicas é um processo no qual o conhecimento sobre políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias de um ambiente político (passado ou presente) é usado para o desenvolvimento de políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias em outro ambiente político (DOLOWITZ; MARSH, 2000). Na área de Relações Internacionais, segundo Gilardi (2010) *apud* Marin (2011), pesquisas sobre transferência de políticas públicas entre países vêm sendo realizadas sobretudo por estudiosos dos fenômenos da globalização e da interdependência, os quais constatam um aumento significativo na similaridade de políticas adotadas por distintos governos ao longo do tempo e do espaço. Dados de Graham, Shipan & Volden (2008) *apud* Faria (2012) mostram que essas pesquisas já resultaram em cerca de 800 artigos divulgados em revistas de Ciência Política nos últimos 50 anos, tendo sido metade deles publicada no pós-Guerra Fria. Na Ciência Política brasileira, entretanto, o tema ainda desperta pouco interesse, apesar de o Brasil ser tanto um importador quanto um exportador de políticas públicas (FARIA, 2012).

Este artigo busca chamar atenção para o tema ao fazer uma breve exposição dos principais estudos sobre transferência internacional de políticas públicas envolvendo blocos de integração regional, os quais constituem um instrumento importante para a inserção de diversos países no mundo desde o século XX. O objetivo fundamental de qualquer bloco é estimular a cooperação entre seus países-membros, de modo que é intuitivo esperar que governos terão mais oportunidades para disseminar ou importar políticas públicas se fizerem parte deles. No entanto, teorias de integração regional ainda se valem pouco da perspectiva da transferência de políticas públicas para analisar como as instituições dos blocos se comportam nessas dinâmicas. Ainda são dominantes nos estudos de integração uma abordagem econômica – como os clássicos modelos de etapas de comércio de Bela Belassa, de área monetária ótima de Robert Mundell e de integração industrial de Raúl Prebisch – e uma abordagem político-institucional – como o funcionalismo de David Mitrany e o neofuncionalismo de Ernest Haas. Formuladas em meados do século XX, até hoje oferecem horizontes práticos a serem perseguidos nas experiências concretas.

Somando às duas abordagens, sem provocar nenhum prejuízo a elas, a perspectiva da transferência de políticas públicas contribui para se entender como programas econômicos – sejam de cunho comercial, monetário ou industrial – são disseminados entre países que participam de um mesmo bloco regional, seja ele supranacional (em que há cessão de parte da soberania dos Estados-membros a instituições do bloco) ou intergovernamental (em que essa cessão de soberania não ocorre). Modelos teóricos que explicitem quais atores sociais participam desses processos, em que circunstâncias costumam ocorrer e quais variáveis intervem para seu êxito permitem análises mais flexíveis a vários blocos do que as teorias normativas das abordagens supracitadas, geralmente difíceis de adaptar a diferentes contextos espaço-temporais. Além disso, investigações nesse campo podem esclarecer se processos de integração regional estimulam que Estados se assemelhem cada vez mais nas suas instituições internas, levando-os a se comportar do mesmo modo para facilitar a cooperação pretendida. Um modelo de Estado é um conjunto particular de instituições políticas, econômicas, sociais, culturais que orientam o comportamento humano. Se guerras e colonizações eram as práticas mais comuns no passado para disseminar modelos de Estado, a institucionalização da transferência de políticas públicas é um vetor importante desse fenômeno nas relações internacionais de hoje.

O esforço específico deste trabalho foi compreender *se e como* pesquisas que tentaram conciliar os temas da transferência de políticas públicas e da integração regional dialogam entre si a ponto de já se poder sugerir que há um programa de pesquisa progressivo sobre o assunto.<sup>1</sup> A seção a seguir apresenta

---

1 Na concepção de Imre Lakatos, um programa de pesquisa é progressivo quando as sucessivas teorias corroboram achados antigos e preveem fatos novos; do contrário, é degenerativo. Apesar da alusão a esse conceito, não foi o propósito deste trabalho aplicar todo o arcabouço conceitual do modelo lakatosiano, que inclui as categorias de núcleo duro, cinturão protetor, heurística positiva e heurística negativa. Para tanto, seria necessária uma análise comparada de programas de pesquisa concorrentes, o que permitiria concluir rigorosamente o caráter progressivo, mas que extrapolaria os limites deste artigo. Ver Lakatos, 1977.

dois artigos seminais desenvolvidos por pesquisadores europeus que, com base na experiência da União Europeia, criaram conceitos para se pensar casos de transferência em blocos supranacionais. Já a seção seguinte discute quatro trabalhos desenvolvidos por pesquisadores e pesquisadoras do Brasil com base nas experiências intergovernamentais de MERCOSUL, ALBA e UNASUL.

## 2. A transferência de políticas públicas em integrações supranacionais

Pela influência que teve em todos os estudos levantados, o ponto de partida do que poderia ser compreendido como um programa de pesquisa sobre a teorização da relação entre transferência de políticas públicas e processos de integração regional é o trabalho de Dolowitz e Marsh (2000). Neste artigo, os dois autores ingleses desenvolveram um modelo teórico sobre transferência de políticas públicas (não restrita ao tema do regionalismo) baseado em sete variáveis:

**Tabela 1 – O modelo Dolowitz-Marsh para transferências de políticas públicas**

VARIÁVEL	CATEGORIAS
O que se transfere	Objetivos da política pública Instrumentos da política pública Programas da política pública <sup>2</sup> Instituições da política pública Ideologias da política pública Valores da política pública Lições negativas da política pública
De onde se transfere	Nível subnacional Nível nacional Nível internacional
Quem participa	Políticos eleitos Partidos políticos Funcionários públicos Grupos de pressão Especialistas de uma política pública Empresas transnacionais <i>Think tanks</i> Consultores Instituições internacionais governamentais e não-governamentais
Por que se transfere	Motivações dos atores (p. ex.: aprendizagem, coerção) Motivações do momento (p. ex.: contexto de crise econômica)
Tipo de processo	Voluntário (p. ex.: vontade de testar novidades) Obrigatório (p. ex.: tratado, condicionalidade, imposição)
Grau de transferência	Cópia (transferência completa de uma política) Emulação (transferência das principais ideias de uma política) Combinação (transferência de uma mistura de políticas) Inspiração (transferência da disposição em mudar uma política)
Constrangimentos	Desinformação (elementos essenciais não são considerados) Incompletude (elementos essenciais deixam de ser transferidos) Impropriedade (elementos essenciais não podem ser transferidos)

Fonte: Elaboração própria com base em Dolowitz e Marsh (2000).

2 Políticas são definidas como declarações amplas de intenção sobre o caminho que *policy-makers* seguirão, ao passo que programas denotam os cursos de ação efetivos que serão tomados (DOLOWITZ; MARSH, 2000).

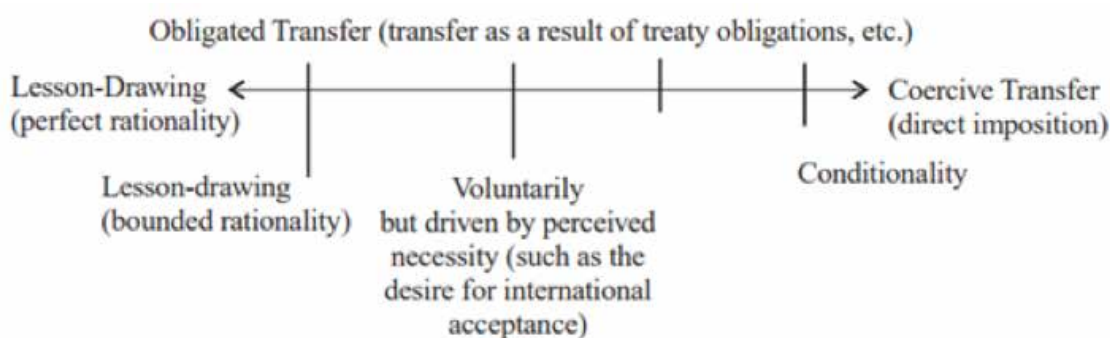


Dado o escopo deste artigo, nos deteremos nas considerações que Dolowitz e Marsh fizeram sobre as transferências para o nível nacional oriundas do nível internacional envolvendo o que chamam de instituições governamentais. Os autores consideram que a União Europeia, o Banco Mundial, o FMI, a OCDE, o G-7 e as várias agências da ONU estão atuando cada vez mais na propagação de ideias, instituições e programas pelo mundo. Suas influências sobre *policy-makers* nacionais se dão tanto de forma direta, por meio da concessão de empréstimos condicionados à adoção de determinadas políticas, como indireta, através de informações disseminadas em conferências e relatórios. Ambos rejeitam caracterizações estáticas que afirmem que as políticas de um país sempre serviriam de modelo nessas transferências, enquanto outro país sempre participaria como receptor. O *status* de um país, segundo eles, variaria conforme o caso e o tempo.

Tampouco seria possível determinar se um processo costuma ser mais próximo de um tipo voluntário ou obrigatório na perspectiva do país receptor. Por um lado, a participação do país em um bloco ou em uma organização intergovernamental naturalmente lhe impõe obrigações a serem seguidas. Por outro lado, haja vista que são as autoridades nacionais que decidem ingressar e manter seu país nesses esquemas políticos, há voluntariedade em recepcionar ideias advindas deles. Ademais, por vezes existe espaço para tais autoridades e membros da sociedade civil participarem do desenho das políticas a serem implantadas. Nos casos de empréstimos com condicionalidades, os autores ponderam que o FMI e o Banco Mundial permitem que os governos tenham um espaço de liberdade ao escolherem com quais consultores querem trabalhar durante a transferência de uma política, o que renderia resultados distintos. Por fim, contextos como uma crise econômica, a derrota em uma guerra ou um movimento internacional a favor de determinada política também interferem na qualificação sobre a obrigatoriedade ou a voluntariedade desse tipo de transferência.

Diante da dificuldade de conceituação da variável “tipo de processo”, Dolowitz e Marsh (2000) sugerem que é melhor concebê-la como um *continuum* delimitado por extremos de voluntário e obrigatório, conforme a figura abaixo. Quanto mais à direita, há menos voluntarismo e mais obrigatoriedade do país receptor em aceitar políticas formuladas por instituições internacionais.<sup>3</sup>

**Figura 1 – Tipos de processo de transferência no modelo Dolowitz-Marsh**



Fonte: Dolowitz e Marsh (2000)

Partindo das considerações lançadas por Dolowitz e Marsh, Bulmer e Padgett (2004) deram um segundo passo na teorização sobre o processo de transferência de políticas envolvendo um país e um bloco regional supranacional. O objetivo destes autores foi tornar mais preciso o entendimento sobre o caráter voluntário ou obrigatório desse processo na perspectiva do país envolvido, reduzindo as instân-

<sup>3</sup> *Lesson-drawing* ocorre quando os atores buscam a transferência como meio de dar uma resposta racional a um problema percebido, podendo agir com racionalidade perfeita quando têm plenas informações ou com racionalidade limitada quando têm informações incompletas (neste caso, podendo incorrer nos problemas de constrangimento) (DOLOWITZ; MARSH, 2000).

cias do *continuum*, além de estabelecer uma relação com a variável “grau de transferência”. Enquanto é possível extrair do modelo Dolowitz-Marsh apenas uma transferência de política no sentido “instituições internacionais → país”, sem haver uma determinação sobre o “tipo de processo” e o “grau de transferência” esperados, Bulmer e Padgett partiram da experiência da União Europeia para fornecer essas relações de determinação e conceituar transferências com sentido duplo, isto é, “institucionais supranacionais ↔ país”, nas quais ambos os lados podem ser doadores e receptores de políticas.

Os autores teorizam que um regionalismo supranacional pode conter três tipos de processo de transferência (ou “governança”, como preferem chamar): hierarquia, negociação e unilateralismo voluntário. Os três tipos são diferenciados por variáveis institucionais e pelos graus de transferência esperados. Quanto a estes últimos, propõem alterações nos quatro graus de transferência possíveis de Dolowitz e Marsh: a emulação ou a cópia, forma mais forte de transferência, seria a recepção de um modelo de política mais ou menos intacto de outra jurisdição, com algumas adaptações inevitáveis ao novo contexto; a síntese seria a combinação de elementos de políticas de duas ou mais jurisdições; a influência, forma de transferência fraca, ocorreria quando um modelo externo serve apenas de inspiração para uma nova política, desenvolvida do zero ou a partir de alterações em normas domésticas existentes; e o aborto aconteceria quando a transferência não ocorre devido à ação de *veto players* na jurisdição receptora.

**Tabela 2 – Adaptações ao modelo Dolowitz-Marsh feitas por Bulmer e Padgett para transferências envolvendo instâncias supranacionais**

VARIÁVEL	CATEGORIAS
Tipo de processo	Hierarquia Negociação Unilateralismo voluntário
Grau de transferência	Cópia / Emulação Síntese Influência Aborto

Fonte: Elaboração própria com base em Bulmer e Padgett (2004)

A hierarquia seria um processo caracterizado pela transferência coercitiva de uma política da instância supranacional para a nacional. Na União Europeia, os casos típicos seriam decisões da Corte Europeia de Justiça (por exemplo, provisões a respeito do pagamento igualitário de salários a homens e mulheres) e da Comissão Europeia (por exemplo, seu poder de impedir a continuidade de subsídios industriais concedidos por um governo nacional), que devem ser internalizadas pelos países e modificam o espaço doméstico. Casos mais leves seriam as diretivas formuladas nas instâncias supranacionais (como regulamentos de serviços de eletricidade e telecomunicação), que podem sofrer adaptações ao serem internalizadas, bem como as condicionalidades financeiras, pelas quais um membro do bloco assume, desde que ingressa, um comprometimento ante regras fiscais e monetárias sob pena de sanções que vão de avisos a multas. O resultado esperado desse processo *top-down*, em que há assimetria de poder, é a cópia / emulação ou a síntese.

Já em processos de negociação, a instância supranacional buscaria criar concordância em torno de regras e normas por consenso ou maioria. Se o processo for por consenso, apontam que o resultado da transferência será mais fraco (tendência a aborto) do que se o processo for por maioria (tendência à cópia / emulação), pois aquele geralmente cria cenários de *deadlock* e insatisfação, enquanto este, se

obedecendo a votações qualificadas, permite maior barganha e aumenta a chance de que mais países fiquem satisfeitos com a discussão. Na prática da União Europeia, os autores salientam que não é incomum que regras e normas do bloco sejam criadas com base em experiências de um ou alguns países apenas. Essa situação criaria uma “dinâmica de líderes e retardatários” (*leaders-laggard dynamic*) entre quem é modelo e quem é receptor. Em temas ambientais, por exemplo, os líderes de políticas transferíveis seriam Alemanha, Países Baixos, Dinamarca, Áustria, Finlândia e Suécia, enquanto os retardatários seriam Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda.

Por fim, no terceiro processo, unilateralismo voluntário, os países-membros da integração supranacional teriam liberdade para coordenar políticas nas quais são soberanos com as instâncias supranacionais, enquanto estas empregariam regras leves para incentivar a coordenação, como a elaboração de tratados estipulando objetivos, guias de ação, procedimentos de avaliação quantitativa e fóruns de debate. A baixa institucionalidade desse processo tenderia a resultar em inspiração ou aborto. Os autores exemplificam esse cenário com a cooperação entre polícias e a convergência de políticas migratórias na União Europeia. Tais temas contam com processos de tomada de decisão que são *ad hoc* e que geralmente não produzem mecanismos de obediência.

**Tabela 3 – O modelo Bulmer-Padgett para transferências envolvendo instâncias supranacionais**

Tipo de processo	Variáveis institucionais	Grau de transferência
Hierarquia	Mandato de autoridade Regras densas Sanções / Incentivos	Emulação – Síntese
Negociação	Votação por maioria qualificada Unanimidade	Emulação – Síntese Síntese – Aborto
Unilateralismo voluntário	Tratado incorporando objetivos Guias de ação especializados Metas quantificáveis Densidade de canais de troca	Influência – Aborto

Fonte: Tradução de esquema exposto em Bulmer e Padgett (2004)

### 3. A transferência de políticas públicas em integrações intergovernamentais

Com base no modelo Bulmer-Padgett, Marin (2011) analisou a transferência de políticas públicas no MERCOSUL procurando responder se esse processo era capaz de contribuir para o fortalecimento da integração entre os países do bloco. Mesmo que aquele esquema teórico tenha sido desenvolvido para regionalismos supranacionais, o autor parte do princípio de que os tipos de processo “negociação” e “unilateralismo voluntário” (que traduz como “unilateralismo facilitado” ou “facilitação”; ver figura 2) seriam compatíveis com regionalismos intergovernamentais, excluindo de antemão apenas a possibilidade de “hierarquia”, haja vista a inexistência, por excelência, de uma autoridade com poder superior aos governos nacionais nesta segunda espécie de integração.

Figura 2 – Ilustração do modelo Bulmer-Padgett segundo Marin



Fonte: Marin (2011)

A possibilidade de se compatibilizar estudos sobre União Europeia e MERCOSUL estaria dada, segundo Marin (2011), pela experiência concreta, que frequentemente mostra que um comportamento típico de regionalismo intergovernamental – o protagonismo de Estados em vez de autoridades supra-estatais – é comum no bloco europeu no que tange à transferência de políticas públicas. O registro desse fenômeno foi feito em trabalho desenvolvido por Bomberg e Peterson (2002 *apud* MARIN, 2011) a respeito da União Europeia, no qual concluíram que este bloco produz muito mais a “europeização” das políticas nacionais do que a construção de políticas comuns. Segundo Marin (2011):

Esse argumento desmistifica a noção de coesão interna e difusão de valores comunitários que permeia algumas análises sobre a União Europeia, ao mesmo tempo em que aponta para o protagonismo dos estados-membros na construção de soluções adaptadas ao contexto nacional (MARIN, 2011, p. 12).

Ainda conforme o autor, o MERCOSUL teria passado a se orientar por uma ideia de unificação das políticas sociais dos países-membros a partir da segunda metade dos anos 1990 por pressões de centrais sindicais e outros grupos da sociedade civil, dando lugar à criação de espaços de disseminação de políticas, como as Reuniões Especializadas, os Grupos de Trabalho e os Fóruns Consultivos. A fim de verificar a existência de um processo de transferência do tipo “negociação” no MERCOSUL, Marin (2011) fez um estudo de caso com base na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), criada em 2004 por iniciativa do governo de Lula da Silva com a finalidade de disseminar práticas de agricultura familiar, inclusive reforma agrária, no bloco.<sup>4</sup> Avalia que ocorreu uma transferência de política pública na medida em que Argentina e Uruguai passaram a contar com instituições específicas sobre o tema e a elaborar, pela primeira vez, políticas com base no conceito de agricultura familiar. Além disso,

4 A REAF é dividida em cinco grupos de trabalho, os quais elaboram propostas de resolução que, se aprovadas na plenária da REAF, passam à votação no Grupo Mercado Comum (MARIN, 2011).

o MERCOSUL criou o Programa Regional de Fortalecimento de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar em 2010. Usando os termos do modelo Bulmer-Padgett, afirma:

As transferências se dão de forma vertical, com a constituição de diretrizes regionais inspiradas nas distintas políticas nacionais; e horizontal, com a troca de experiências entre os países-membros. Emulação e inspiração parecem ser as modalidades de transferência mais frequentemente observadas (MARIN, 2011, p. 20).

Marin (2011) conclui concordando com Bulmer e Padgett (2004) que transferências são tão mais fortes (nos termos de “graus de transferência”) quanto mais desenvolvida for a institucionalidade de um bloco regional. No entanto, afirma que os autores europeus deram importância excessiva a uma coesão vertical e acredita ser possível que um esquema de integração intergovernamental melhore sua capacidade de servir como espaço de transferência de política pública sem recorrer a fórmulas supranacionais. O caminho para tanto seria institucionalizar mais o diálogo entre os países para adensar *policy networks* (“canais de troca” no modelo Bulmer-Padgett), isto é, redes de troca típicas de um processo de transferência do tipo “unilateralismo voluntário”, em que a instância internacional serve de facilitadora para transferências entre as partes nacionais, estimulando assim a integração regional. Esse fenômeno também teria ocorrido no caso que aborda:

No caso da REAF, foram instituídas redes de troca de informações entre as diferentes organizações da sociedade civil participantes. Os governos, por sua vez, criaram a Rede de Institutos de Políticas Fundiárias, Reforma Agrária e Acesso à Terra (MARIN, 2011, p. 20).

Assim como Marin (2011) mostra que o Brasil utilizou o MERCOSUL para tentar exportar uma política pública para seus vizinhos, Faria (2012) segue no mesmo sentido ao demonstrar que a Venezuela, durante o governo de Hugo Chávez, valeu-se da ALBA para disseminar políticas sociais que, por sua vez, importou originalmente de Cuba. Criado em 2004 por concepção do governo de Fidel Castro e sustentado com a receita da exportação de petróleo da Venezuela, o bloco teria a dupla função de aumentar a influência desta na América Latina e conformar um regionalismo pós-neoliberal, em oposição à hegemonia dos Estados Unidos e ao receituário econômico do Consenso de Washington. O autor cita como exemplo a recepção de centenas de médicos cubanos pela Venezuela em 2004 – que, pelo esquema Dolowitz-Marsh, seriam instrumentos de uma política pública –, o que possibilitou o fortalecimento das “misiones”, programas públicos de saúde, educação e habitação destinados à população carente. Através da ALBA, iniciativas semelhantes foram levadas a demais países-membros, como Equador, Bolívia e Nicarágua.

Por sua vez, Pereira (2015) afirma que o trabalho de Marin (2011) evidenciou o potencial do MERCOSUL como espaço de disseminação de políticas públicas entre os Estados integrantes, mas aponta que faltou um detalhamento maior a respeito do trajeto de como a elaboração de uma política no nível nacional parte da disseminação de ideias ou políticas nas instituições de uma integração intergovernamental – o que também pode ser dito do trabalho de Faria (2012). Seria um esforço metodológico necessário para “identificar a capacidade dos blocos regionais de cooperar e produzir avanços em temas específicos, apesar das dificuldades enfrentadas pelos governos nacionais para conduzir temas complexos” (PEREIRA, 2015, p. 2).

Pereira (2015) usa como estudo de caso o processo de internalização do Brasil de políticas de harmonização dos registros profissionais de atuantes na área de saúde que foram negociadas no âmbito do Subgrupo de Trabalho (SGT) nº 11 do Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo do MERCOSUL.

Em um primeiro momento, uma etapa de negociação entre os países-membros teve como objetivo facilitar a circulação daqueles trabalhadores no bloco. Para tanto, o SGT formulou, por consenso entre os países e em consulta a associações civis, a “Matriz Mínima de Registro dos Profissionais de Saúde do MERCOSUL” para organizar o registro dos profissionais, tendo tido que conciliar fatores complexos como os requisitos de habilitação para os níveis superior, técnico e auxiliar; o sistema de controle do exercício profissional; e o reconhecimento de especialidades de cada país. A “Matriz Mínima” foi aprovada pelo GMC em 2004. Em um segundo momento, uma etapa de internalização ocorreu, no Brasil, através de portaria publicada em 2005, incorporando assim ao contexto nacional um programa proveniente do bloco.

Durante a etapa de negociação, também foi criada, em 2003, no âmbito do Ministério da Saúde, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, que conta com a Subcomissão do Desenvolvimento e Exercício Profissional no MERCOSUL, a fim de subsidiar as posições do país, inclusive envolvendo a sociedade civil, nas discussões sobre o tema (PAULA, 2009 *apud* PEREIRA, 2015). Posteriormente, em 2012, o SGT criou a “Lista de Especialidades Médicas Comuns no MERCOSUL” e a “Lista de Profissões de Saúde do MERCOSUL”, aprovadas pelo GMC no mesmo ano. Ambas foram internalizadas pelo Brasil também por meio de portarias, publicadas em 2014. Entretanto, o país afirmou soberania sobre o assunto, refletindo as limitações de autoridade do MERCOSUL inerentes a um bloco que não se pretende supranacional:

A Matriz Mínima fornece dados relativos à formação acadêmica e a conduta ética e disciplinar dos profissionais de saúde. O Ministério da Saúde, por meio das portarias, reconhece as profissões de saúde previstas nas Resoluções do GMC. No entanto, persiste a necessidade de observação das leis vigentes no país, o que significa a exigência de revalidação dos diplomas dos profissionais oriundos de outros países do MERCOSUL que desejam atuar no Brasil (PEREIRA, 2015, p. 18).

Por último, Teixeira (2017) oferece um quarto estudo de transferência envolvendo um bloco regional intergovernamental, desta vez, a UNASUL. A autora defende a capacidade que esse processo tem de gerar uma “soberania regional”, isto é, um entendimento compartilhado em um tema entre os países-membros em relação a preferências de países externos e de empresas transnacionais. Na sua definição, a UNASUL, assim como a ALBA, seria um projeto regional pós-neoliberal que busca conter a hegemonia estadunidense e o neoliberalismo a partir de uma integração política e social entre os integrantes. Desse modo, concorda implicitamente com Faria (2012) que transferir políticas públicas tem a capacidade de impactar diretamente as relações de poder entre países.

Seu foco de análise recai na etapa de negociação do Conselho de Saúde Sulamericano (CSS) da UNASUL, criado em 2008 com os objetivos de promover políticas comuns, coordenar atividades, dar respostas conjuntas ante emergências, estimular inovações, avançar na harmonização de normas e elaborar posições comuns em fóruns multilaterais. O conselho conta com “redes estruturantes”,<sup>5</sup> formadas por entidades do setor público e da sociedade civil, além de um *think tank* próprio – o Instituto Sulamericano de Governo em Saúde (ISAGS), localizado no Rio de Janeiro –, o que ressalta a importância de *policy networks*, indicada por Marin (2011), para facilitar transferências. Entre as políticas comuns a serem difundidas, há destaque para a promoção de equidade e inclusão social que garanta acesso universal das populações a sistemas de saúde e a medicamentos.

---

5 São elas: Rede dos Institutos Nacionais de Saúde (RINS), Rede de Escolas Técnicas de Saúde da UNASUL (RETS), Rede de Escolas de Saúde Pública da UNASUL (RESP), Rede de Institutos e Instituições Nacionais de Câncer (RINC), Rede de Gestão do Risco de Desastres (RGRD), Rede de Assessorias de Relações Internacionais e de Cooperação Internacional em Saúde (REDSSUR-ORIS).

Ao estimular essas políticas, a UNASUL valorizaria o papel do Estado como provedor e regulador de serviços na dinâmica social, resultando em um reforço da noção de soberania nacional, à revelia do modelo de Estado neoliberal. Uma vez disseminada essa postura entre os países, poderia se chegar a uma “soberania sanitária”, conceito formulado pela autora nos seguintes termos:

A soberania sanitária se expressa em duas dimensões, uma interna e outra externa, que são complementares e se retroalimentam. Na dimensão interna, que se expressa no âmbito do Estado nacional, a soberania sanitária é a capacidade de definir políticas públicas a partir da concepção de que a saúde é um direito humano e de que as necessidades das pessoas devem ser atendidas por sistemas de saúde sustentáveis. Na dimensão externa, que se expressa no âmbito regional e se fortalece a partir da integração entre os países, a soberania sanitária é a capacidade de defender os interesses em saúde de sua população em espaços multilaterais e frente aos interesses transnacionais mercadológicos. A soberania sanitária estabelece um mecanismo regional de resistência à medida que reforça a independência e a autonomia em saúde dos Estados (TEIXEIRA, 2017, p. 179).

A soberania sanitária seria um tipo de “soberania regional”, termo derivado do conceito de “soberania negociada” (*sovereignty bargains*). Enquanto a União Europeia teria uma “soberania compartilhada”, na qual os membros de uma integração “não renunciam à sua soberania, mas tão somente passam a exercê-la de forma compartilhada com os outros países naquelas matérias expressamente previstas nos tratados” (TEIXEIRA, 2017, p. 51), a “soberania negociada” é definida do seguinte modo:

Segundo Mattli (2000, p. 150) “os elementos constitutivos do conceito de soberania negociada são a autonomia, o controle e a legitimidade”. Autonomia é a independência que possui um Estado de definir suas próprias políticas e de executá-las; controle é a habilidade que o Estado possui de produzir um resultado; e legitimidade é o direito que detém um Estado, reconhecido pelos demais, de ditar as regras. [...] Nos modelos de integração intergovernamentalistas pode parecer, a princípio, que, como não há cessão de soberania, não haveria aplicação para o conceito de soberania negociada. Contudo, segundo Mattli (2000), essa primeira impressão está equivocada. Nos processos de integração regional da América Latina, por exemplo, seja nos processos que visam à integração econômica ou nos mais recentes, que objetivam a integração política e estratégica, existe algum nível de negociação sobre a autonomia, o controle ou a legitimidade. A negociação não termina na constituição de uma instituição supranacional com delegação de soberania, mas em acordos ou posicionamentos comuns em fóruns multilaterais, nos quais os países precisam ceder, por exemplo, parte de sua legitimidade em ditar as regras, a fim de consensuar e fortalecer assim a posição do bloco no sistema internacional, seja política ou economicamente (TEIXEIRA, 2017, p. 51-52).

O avanço rumo a uma soberania negociada esbarra, por óbvio, no dissenso entre governos acerca de um tema. Por meio de entrevistas com dezenas de atores envolvidos com o CSS, Teixeira (2017) aponta que três fatores pesam para haver discordâncias e descontinuidades nos trabalhos do órgão: o nível de compromisso político dos países com a UNASUL; as mudanças de autoridades e funcionários nos Ministérios de Saúde; e a ideologia política dos governos. Entretanto, sua pesquisa também revela que consensos foram possíveis quando entraram em ação “coalizões técnicas”, isto é, funcionários espe-

cializados que avançam entendimentos – no tema de acesso a medicamentos, por exemplo – a despeito de divergências ideológicas entre seus governos. Essa conclusão reitera o esperado pelo modelo Dolowitz-Marsh de que o tipo de ator envolvido na transferência impacta na ocorrência do processo.

Em meio a possibilidades de discordância entre os países, Teixeira (2017) sugere que a UNASUL conseguiria fortalecer transferências de políticas públicas, sem perder seu caráter intergovernamental nem alterar sua tomada de decisão por consenso,<sup>6</sup> caso se espelhe na experiência do “Método Aberto de Coordenação” da União Europeia:

O Método Aberto de Coordenação [MAC] engloba quatro elementos centrais. Primeiro são fixadas orientações para o desenvolvimento de áreas específicas de uma política e são determinados objetivos a curto, médio e longo prazo. Na sequência, o bloco estabelece indicadores e 30 referenciais qualitativos e quantitativos para facilitar a comparação entre os países com o objetivo de estabelecer padrões desejáveis. Em seguida os países-membros adotam as orientações da UE para suas políticas nacionais através do estabelecimento de objetivos concretos e medidas apropriadas. Finalmente, o monitoramento e a avaliação são um elemento fundamental do MAC. Através de monitoramento mútuo entre os Estados-membros, os países acompanham o desenvolvimento e o progresso de cada um (Gerlinger e Urban, 2007). O MAC poderia ser um mecanismo estratégico para o processo de integração da Unasul. Mantendo a relação intergovernamental do bloco, o MAC serviria como indutor da convergência das políticas nacionais, com vista à realização de determinados objetivos comuns, especialmente nas áreas sociais, como é o caso da saúde (TEIXEIRA, 2017, p. 29-30).

## 4. Considerações finais

Os seis estudos dialogam entre si a ponto de sugerirem que há um programa de pesquisa progressivo sobre a relação entre integração regional e transferência de políticas públicas. O modelo abrangente sobre transferências proposto por Dolowitz e Marsh (2000) foi refinado por Bullmer e Padgett (2004) no que se referia a integrações supranacionais, e esta versão, por sua vez, foi adaptada por Marin (2011) e Pereira (2015) para integrações intergovernamentais. Já Faria (2012) situou expressamente como uma motivação para a ocorrência de transferências algo que os demais estudos já sinalizavam: governos usam os blocos, tanto supranacionais como intergovernamentais, para disseminar suas políticas e colocarem seus países como lideranças regionais. Teixeira (2017), por fim, acrescentou que transferências também podem ser orientadas para construir soberanias regionais em determinados temas. Embora recente e ainda pequeno, trata-se de um programa de pesquisa com claro espaço para desenvolvimento.

As descobertas já feitas evidenciam que a transferência de políticas públicas por meio de blocos regionais é um instrumento estratégico na disputa internacional entre modelos de Estado. Diferentemente da Guerra Fria, quando havia uma concorrência entre capitalismo e socialismo, no pós-Guerra Fria prevalecem alternativas de gerenciamento do capitalismo que variam em um espectro de bem-estar social a neoliberalismo. Por exemplo, embora não escrevendo a partir da perspectiva das políticas

---

6 Nas suas palavras: “O consenso certamente faz com que o processo de tomada de decisão seja mais lento e, em alguns casos, impeditivo. Porém, parece ser a via possível para se construir, de fato, a integração entre países” (TEIXEIRA, 2017, p. 195).



públicas, Chodor (2015) afirma que, na América Latina do período da “Maré Rosa” – isto é, quando predominaram governos de centro-esquerda na região –, eram três os modelos em disputa: o brasileiro, que valorizava o diálogo do Estado com a sociedade civil, inclusive empresários, e que estaria presente no MERCOSUL e na UNASUL; o venezuelano, que empoderava apenas movimentos sociais para facilitar ações políticas diretas da população e que estaria representado na ALBA; e o neoliberal, que buscava ampliar o espaço do mercado em detrimento do Estado e que serve de inspiração para a Aliança do Pacífico (AP), bloco fundado em 2011 por México, Colômbia, Peru e Chile.

Na atual conjuntura regional de hegemonia de governos neoliberais, fazem falta estudos que analisem a transferência de políticas públicas na AP. Seus quatro membros participaram das negociações do Parceria Trans-Pacífica (TPP, na sigla em inglês), concluídas em 2015 e lideradas pelo governo de Barack Obama. Avaliando o impacto que o acordo terá sobre o setor da saúde dos signatários, Labonté, Schram e Ruckert (2016) afirmam que o poder da indústria farmacêutica transnacional será incrementado por meio de medidas como maior proteção a patentes e obrigatoriedade de Estados permitirem que estrangeiros participem da formulação de regulações técnicas, dispositivos estes que caminham na contramão da soberania regional em saúde defendida por Teixeira (2017). Pesquisas sobre a AP pela perspectiva da transferência de políticas públicas podem revelar em que grau o bloco está disseminando as disposições do TPP entre os países-membros, reiterando a interpretação de Padula e Fiori (2016) de que ambas as iniciativas multilaterais buscam socializar no mundo uma agenda neoliberal que tem origem nos Estados Unidos.

## Referências

- BULMER, Simon; PADGETT, Stephen. Policy transfer in the European Union: an institutionalist perspective. *British Journal of Political Science*, n. 35, 2004, p. 103–126.
- CHODOR, Tom. *Neoliberal hegemony and the pink-tide in Latin America: breaking up with TINA?* Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2014.
- DOLOWITZ, David; MARSH, David. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. *Governance: An International Journal of Policy and Administration*, Vol. 13, No. 1, January 2000, pp. 5–24.
- FARIA, Carlos Alberto Pimenta de. A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados. *INTERSEÇÕES*, v. 14 n. 2, p. 335–371, dez 2012.
- LABONTÉ, Ronald; SCHRAM, Ashley; RUCKERT, Arne. The Trans-Pacific Partnership: is it everything we feared for health? *International Journal for Health Policy Management*, 2016, 5(8), p. 487–496.
- LAKATOS, Imre. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: LAKATOS, Imre; MUSGRACE, Alan. *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- MARIN, Pedro de Lima. MERCOSUL e a disseminação internacional de políticas públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 16, n. 58, São Paulo: 2011.
- PADULA, Raphael; FIORI, José Luis. Brasil: geopolítica e “abertura para o Pacífico”. *Revista de Economia Política*, 2016, vol. 36, n. 3, p. 536–556.
- PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Transferência e difusão de políticas públicas no MERCOSUL: análise da formação de recursos humanos e do exercício profissional na área de saúde (1996-2014). *Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS*, São Paulo-SP, 2015.
- TEIXEIRA, Mariana Faria. *O Conselho de Saúde da UNASUL e os desafios para a construção de soberania sanitária*. 224f. Tese (Doutorado em Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

# A review of Latin America's regional integration efforts - Discussing the need for a post-colonial turn with respect to the ecological challenge

## Uma revisão dos esforços de integração regional da América Latina - Discutindo a necessidade de uma virada pós-colonial em relação ao desafio ecológico

**STEFANIE BEBLER** | stefaniebessler.sb@gmail.com

University of Vienna, Master student in Interdisciplinary Latin American and International Development Studies

**Recebimento do artigo** Junho de 2018 | **Aceite** Julho de 2017

**Abstract** This paper argues that a post-colonial re-thinking of international relations and specifically regional integration models will help overcoming Eurocentrism and will contribute to solving contemporary global ecological challenges. By schematically reviewing Latin America's regional integration models, the economic penetration by the European Union and the United States becomes apparent. (Economic) regional integration has led to ecological challenges. These challenges are especially evoked by the effects of economic development models based on extractivism of natural resources. This paper will illustrate the need for a re-orientation of the discussion of regional integration by presenting the post-extractivism debate as a promising starting point. It exemplifies how a more interdisciplinary and pluralistic approach helps to re-think global power structures in international relations and regional integration theory, as well as to question the economic and political dominance of the Global North. **Palavras-Chave** international relations theory, post-colonial studies, regional integration, ecological challenge, extractivism.

**Resumo** Este artigo argumenta que um repensamento pós-colonial das relações internacionais e especificamente dos modelos de integração regional ajudará a superar o eurocentrismo e contribuirá para resolver os desafios ecológicos globais contemporâneos. Analisando esquematicamente os modelos de integração regional da América Latina, a penetração econômica da União Européia e dos Estados Unidos se torna aparente. A integração regional (econômica) levou a desafios ecológicos. Esses desafios são especialmente evocados pelos efeitos dos modelos de desenvolvimento econômico baseados no extrativismo dos recursos naturais. Este artigo ilustrará a necessidade de uma reorientação da discussão sobre integração regional, apresentando o debate pós-extrativismo como um ponto de partida promissor. Ele exemplifica como uma abordagem mais interdisciplinar e pluralista ajuda a repensar as estruturas globais de poder nas relações internacionais e na teoria da integração regional, bem como questionar o domínio econômico e político do Norte Global. **Keywords** teoria das relações internacionais, estudos pós-coloniais, integração regional, desafio ecológico, extrativismo.

## Introduction

Various scholars have accredited that the discipline of international relations is deeply implicated in Western foreign policy-making (see e.g. SHILLIAM, 2010) and that there is no non-Western international relations theory (see ACHARYA; BUZAN, 2010). In their book on “International Relations Theories around the World”, Tickner and Wæver (2009, p. 335) explain:

Within a perspective of geo-cultural epistemologies it would be tempting to see the near absence of non-Western theory as the sole effect of Western dominance, or of the core setting rules of the game whereby theory cannot originate in the periphery. Without a doubt, [...] the center has come to be viewed as the primary producer of scientific theory while peripheral sites are deemed incapable of theoretically based thinking and therefore constitute sources of ‘data’ [...]. Sadly, academic communities in the South (not to mention political and economic elites) also internalize and reproduce it by favoring core knowledge as more authoritative and scientific in comparison to local variants.

As for Latin America, the U.S. discourse on international relations has significantly shaped how international relations are thought of there. However, the specific Latin American context came up with alternative ideas which have influenced how international relations are constituted in this continent. Theories such as the dependency theory, as thought by Cardoso and Faletto (1969) and André Gunder Frank (1977), are considered valid components for re-thinking U.S. dominated theory (TICKNER, 2003).

Alongside the view that international relations theory is dominated by U.S. thought, others like Acharya (2012) and Acharya and Buzan (2010) also demonstrate European or “Western” dominance. Without going into the discussion on what “Western”<sup>1</sup> or “occidental” means and who defines it, this paper acknowledges the underlying power structures, hegemonic forces and historically constituted reasons for the invisibility of alternative theories from other regions than North America or Europe. Post-colonial studies (see MORAÑA et al., 2008; QUIJANO; ENNIS, 2000) provide a valid framework to discuss these reasons and to reflect on the importance of re-thinking the current ideas on regional integration from a post-colonial perspective. So far, scholars have put their focus only on international relations theory in general, but they have not discussed post-colonial trajectories specifically with respect to its importance for analyzing regional integration efforts.

Therefore, the purpose of this paper is to link the post-colonial thoughts with the so far neglected ecological debate in the discussion of Latin American regional integration efforts and to demonstrate that a post-colonial turn is necessary.

This argumentation will be structured in the following way: First, this paper presents a review of the Latin American integration effort with special emphasis on the more emancipatory projects during the pink tide and existing problems. In the second chapter, the main themes of post-colonial studies will be presented. This will then help to elaborate on the argumentation that a post-colonial induced analysis will be useful in re-thinking regional integration models. By mentioning the problematic nature of comparative regionalism, Eurocentrism in regional integration models is identified as the main problem. By utilizing this interdisciplinary analytical framework and linking political, cultural and ecological studies, the paper's

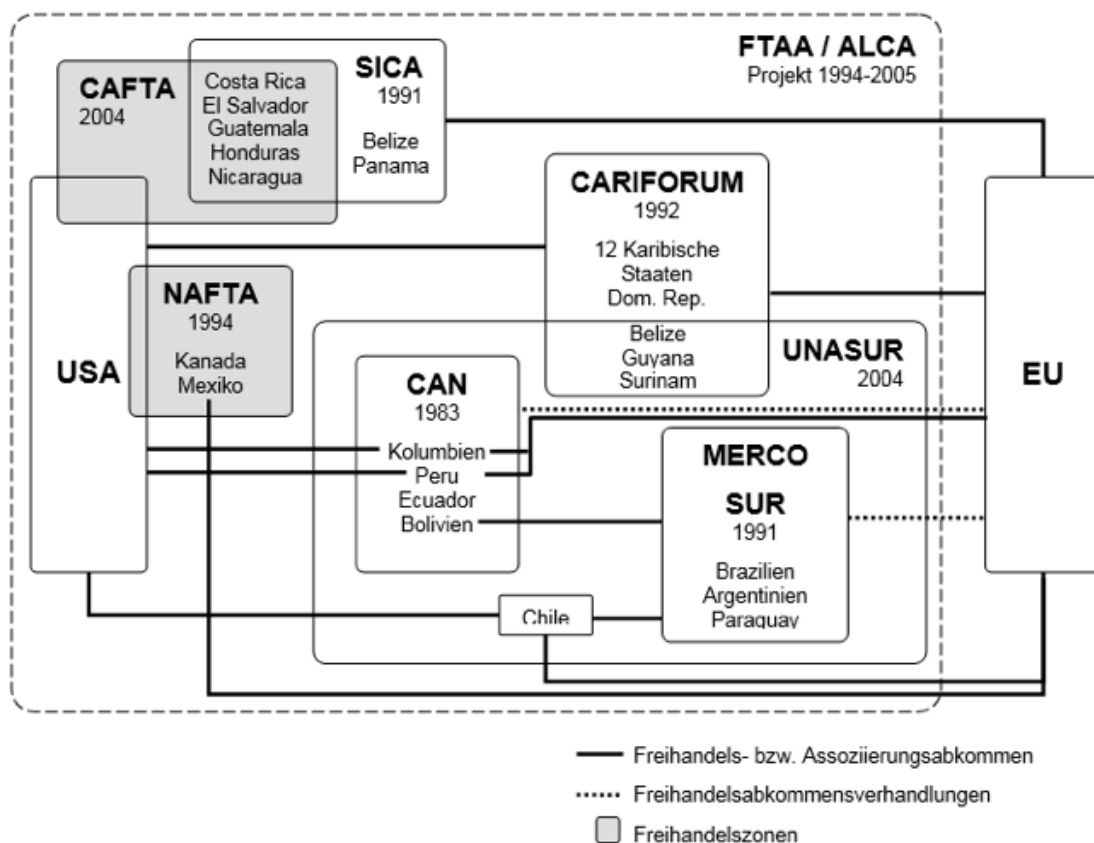
---

1 Even though utilizing the term “Western” and “non-Western” creates such dichotomy which this text later criticizes, these terms are utilized for facilitation purposes and because many scholars use them, too. Differentiating it into more accurate demarcations (discussing the concepts of Global North and Global South, Occident and Orient etc.) would extent this paper's scope.

argumentation is that solutions to complex interlinked problems can be formulated, in particular to the ecological challenge. Finally, the paper will give a current example of a regional integration model that tries to consolidate economic integration without fostering the old structures of geopolitical and economic exploitation by resource extractivism in the Latin American region.

## 1. Review of Latin American efforts to regional integration

In this chapter, a short overview of the categories of different Latin American regional integration processes will be given. Since the end of the Second World War, most of the Latin American nation states have entered a permanent process of political and economic integration while being dominated by external actors such as the United States, and starting from the 1980s by the European Union. With the beginning of the 21<sup>st</sup> century, also new actors such as China and Russia have entered the constellation which by then has been governed by the U.S. and Europe. Additionally, internal regional integration processes took place in Latin America and the Caribbean independent from dominant external actors. This complex overlapping of the most important regional integration organizations in Latin America is illustrated in figure 1 below.



**Figure 1: U.S. and European penetration of Latin America (STIMMER, 2017, p. 12)**

In the following section, the most important integration concepts for the Latin American region will be resumed in order to illustrate the influence exerted by the United States and the European Union. This will later be useful for assessing the post-colonial potential for re-thinking these models.

## 1.1. Open regionalism under U.S. patronage

Culminating in the Washington Consensus in the 1990s, the U.S. guided this Latin American integration project with the objective to form a free-trade zone between North and South America. The impacts of the neoliberal Washington Consensus agenda are well known: austerity politics, liberalization of commerce and capital transactions, deregulation of markets and prices as well as privatizations. For implementing the U.S. oriented model of open regionalism, the “Panamerican Free Trade Zone” was declared in 1991, but defeated by the resistance of MERCOSUR (common South American market), leading to the implementation of sub-regional free trade agreements such as NAFTA (North American Free Trade Agreement) and CAFTA (Central American Free Trade Agreement) as an alternative North American strategy (see STIMMER, 2017).

With the politics of import substituting industrialization (ISI), under the patronage of the 1948 founded Economic Commission for Latin America (CEPAL) as part of the UN-chapter, Raúl Prebisch was the general secretary who implemented this development strategy for the region.

## 1.2. Protectionist regionalism after European Union model

Thus, after the open regionalism phase in the 1990s, the neoliberal crisis of Latin America in 1997 led to another dominant form of regional integration – the closed, competitive regionalism after the European Union model. It was marked by bi-regional free trade agreements such as the 2002 installed fiscal union of the Caribbean countries CARICOM, as well as the Caribbean Forum CARIFORUM, SICA (integration system of Central America), CAN (Andean community), MERCOSUR in combination with cooperation forms between the European Union such as the Rio-Group (id.).

## 1.3. Alternative post-neoliberal integration

In Latin America, the most forceful counter-hegemonic resistance to the neoliberal project has arisen, being referred to as the “pink tide” with many leftist, progressive governments, such as under Chávez in Venezuela, Lula in Brazil, Kirchner in Argentina or Morales in Bolivia. These governments have governed in the region in the 2000s and promoted forms of closed regionalism (CHODOR, 2015). Within this period, two distinctive anti-neoliberal forms of regional integration arose, the Bolivarian Alliance of People of America (ALBA), initiated by Venezuela's president Chávez in 2004, and the Union of South American States (UNASUR). ALBA and UNASUR have intensely fostered intra-regional economic collaboration projects and developed independent banks or even currencies (e.g. the “petro-dollar” in Venezuela).

## 1.4. The political and the ecological challenge of regionalism

To contribute to a useful discussion on practical implementations, this paper will also draw the connection between political and economic regional integration issues and the challenges that globalization poses with respect to the ecological question of climate change, environmental degradation and many other negative effects, as first proposed by Robson and Eckersley (2006). As the tradition of post-colonial studies does not explicitly address any ecological questions but many other interlinked problems which only lead to environmental issues as its manifestations and effects, it is important to highlight that these issues are inextricably linked to the regional integration projects.

Summing up the review of the Latin American integration processes, it can be said that they have led to a current intensification of extractivist development models. It is important to point out that the dominant positions of the United States and Europe are now being challenged by the rising primary resource interests by the new actors Russia and China. Stimmer (2017) even identifies a paradigm change from the neoliberal “consensus of Washington” in 1990, to the “consensus of commodities”, as the international price building for primary resources (see MARISTELLA SVAMPA, 2013), to the “consensus of ALBA”, a counter-model working independently of the international financial pricing system and trade union, to the “consensus de Beijing”, aiming at cheap raw materials import and technology export. In this case, the so-called South-South cooperation model is not very advantageous for Latin America and some scholars even call it the new South-led imperialism (see STIMMER, 2017).

As this paper will argue later, the ecological effects of such unequal cooperation structures must be taken into account in analyses of regional integration models and the post-colonial scholarship can help in addressing these ecological challenges.

## 2. Post-colonial critique and comparative regionalism

### 2.1. Post-colonial view on regional integration

In the introduction to their comprehensive anthology, Chowdhry and Nair (2002, p. 1) have expressed their concern with conventional international relations theory for naturalizing the “racialized, gendered and class processes that underwrite global hierarchies” and thus “reproduc[e] the status quo.” Consequently, they propose to consider the insights of post-colonial studies for critical reading of international relations because this approach addresses the intersections of race, class and gender in the construction of power asymmetries. By recognizing these underlying historically constituted hierarchies as results of imperialism and colonialism, post-colonial studies are significantly relevant for re-thinking regional integration as part of international relations theory. This re-reading of international relations, so the argumentation of this paper, is so crucial because it can lead to innovative and more comprehensive solutions to today's complex global problems.

Hence, the following chapter, will first present the specific premises of post-colonial theory before going on to discuss them in relation to the international relations theory, evaluating its implications for re-thinking regional integration.

## Post-colonial studies

To begin with, post-colonial studies are based on the writings of Fanon during the 1950s and 60s<sup>2</sup> which have been complemented by Edward Saïd's (1979) work on "Orientalism" and Homi Bhabha's (1994) thoughts on "The location of culture"; which revolutionized the social sciences. They are rooted in the particular experiences of the French and British colonies and are a descendent of French post-structuralism. As a relatively new, interdisciplinary field, post-colonial scholarship is understood in various way. Without diving into theoretical discussions about its exact definition, post-colonial thought demonstrates how binary oppositions of colonizer and colonized, Orient and Occident, center and periphery are results of the imperialist project which still impact our today's world even after the formal abolishment of colonialism. It explains the interlinkages of marginal categories and power structures behind cultural differences (see MORAÑA et al., 2008; QUIJANO; ENNIS, 2000).

## Coloniality of power

In line with Aníbal Quijano's work on the "coloniality of power" (see QUIJANO; ENNIS, 2000), in which he explains that there is a global hegemonic power patron that functions along modern, colonial, capitalist and Eurocentric premises, Chowdhry and Nair (2002) acknowledge the persisting Eurocentric worldview and un-interrogated production of power in critical international relations theory. Hence, the resulting unequal relations of power and asymmetries between the Global North and Global South, also with respect to the capitalist production mode, are one of the relevant issues in international relations as revealed by post-colonial analysis.

## Situated knowledge production

In addition, international relations theory and thus its models of regional integration are faced with the problem of situated knowledge production which reiterates an ontological and epistemological distinction between higher valorized "Western" knowledge and an inferiorization of "non-Western" knowledge, as Chowdhry and Nair (2002, p. 12-13) point out with reference to Saïd's work. Additionally, Bilgin (2008) asks in his work whether non-Western concepts of international relations are in fact uninfluenced by "Western" elements. He points at the necessity to questioning the relation between the "West" and "non-West" and assumptions of "wanted Westernization". By utilizing Bhabha's (1994) notion of "mimicry", he exemplifies how mimicked ways of thinking and doing can be "almost the same but not quite" (see BILGIN, 2008) and that "mimicking Westernness" can be considered as "non-Western" resistance and/or "difference" (ibid., p. 14).

Historically, international relations theory, just as many other theories in the field of the humanities, assigns the right and credibility to speak only to central powers while denying this right to the subaltern and peripheral groups. This has been described by Spivak's (2003) provocative thought on "Can the subaltern speak?". Hence, it is not surprising that most analyses in international relations

---

2 FANON, Frank: *Piel negra, máscara blanca* (1952), *Los condenados de la tierra* (1961).

have also identified the “non-Western” world as the “problem-maker” or have assigned it the partner role in the global power game. However, the “non-Western” world has never been considered as the active and thriving power such as the “Western” world (BILGIN, 2008, p. 11).

## Deconstruction and decentralization

This leads to the third important premise of the post-colonial studies which demands a deconstruction and decentralization of solidly constructed principles which are commonly considered as the truth and advocates a plurality of world views and interpretations (see TICKNER; WAEVER, 2009). For the international relations field, this means that it must open up to a more pluralist approach (see BENNETT, 2013), considering the intersectionality of race, gender, and class constellations as a source of unequal power distribution. This paper identifies these problems as one of the primary constituents of global conflicts.

## Eurocentrism

Finally, all the trajectories of post-colonial studies for regional integration studies that were discussed above, can be summed up in one central problematic issue: Eurocentrism. The European tradition of thinking is a hegemonic representation and knowledge system that appropriates its own universality (see MORANA et al., 2008; QUIJANO; ENNIS, 2000). For the regional integration studies, this means that the problem is to take the European Union as a model for regions that have historically developed differently from Europe and function economically and politically in other ways.

For instance, in their analysis of UNASUR as an intergovernmental organization, Nolte and Comini (2016, p. 549) point out that many studies of regional integration often evaluate regional organizations according to their correspondence of pre-established models of integration, mostly the model of the European Union (see also ACHARYA, 2012, p. 7).

Critics of Latin American regionalism often start with a narrow definition of regional integration, or lambast Latin American governments for failing to deliver something that they never actually promised or aspired to creating in the first place. [...] Although the European experience of regional integration is unique, many authors often take that continent as the ‘gold standard’ of regional integration. (NOLTE; COMINI, op. cit., p. 550).

However, they also mention diverting opinions e.g. by Malamud and Schmitter (2011) who claim that there is no distinctive Latin American pattern of integration as they remind that regional integration should be differentiated from mere regional cooperation or collaboration (NOLTE; COMINI, op. cit., p. 551).

## 2.2. Problematic comparative regionalism

Among the few post-colonial analyses that exist on integration efforts, Acharya's (2012) work is especially important. Although having studied primarily the Asian region, her findings are appli-



cable to other non-central regions. She states that “comparative regionalism” is a better term to be utilized as it stands for regional cooperation; other than the term “regional integration” which goes hand in hand with a loss of sovereignty and which has always been influenced by the European Union’s experiences (ibid., p. 12).

In her definition of regionalism, it is “defined here as purposive interaction, formal or informal, among state and non-state actors of a given area in pursuit of shared external, domestic and transnational goals” (ibid., p. 3) with its main referents being regional international institutions and its transnational dynamics.

According to Acharya, with the exception of European-based regional integration, regionalism has historically been understood as a global phenomenon and had only been considered as a European model during the rise of the European Economic Commission in the 1950s:

Thus, whether in the economic, social, political or security realm, regionalism in practice has always had a multiple, global heritage. Yet from the 1960s onwards, a narrow theoretical approach developed by a group of European and US scholars came to dominate international relations scholars’ idea of what regionalism means and how to study its origins, evolution and effectiveness. (ibid., p. 6-7).

By citing Haas (1961, p. 378), Acharya (2012, p. 7) underlines his view “that there could be no universal ‘law of integration’ deduced from the European example” and that regional integration theory has shifted from Eurocentrism to “euroexceptionalism”, which is a response to globalization’s challenges and which takes non-state actors and informal processes into account (ibid., p. 8).

Therefore, in addition to the fact that regional integration has been a concept thought not only for Europe, regionalism has been influenced by ideas from Latin America, Asia, North America and the Middle East and comparative regionalism is constituted by various theoretical and methodological approaches (ibid., p. 12-13). The up to this point still insufficient interaction between European and international views on regionalism as well as a lack of interdisciplinary exchange is also supported by other scholars (see DE LOMBAERDE et al., 2010; BENETT, 2013; HAAS; SCHMITTER, 1964).

Lombaerde et al. (2010, p. 742-743), highlight in their work on “The problem of comparison in comparative regionalism” that regarding the European integration as the primary “model” for regional integration is one of the main problems of comparison within this research area, which is mostly conducted by realist/intergovernmental, liberal/institutional scholarship. “In other words, Eurocentrism results in a false universalism” (ibid., p. 743). According to them, the European integration is still a valid experience for an integrated comparative analysis, but instead of focusing on the differences between the European integration and the rest of the world, dominant interpretations must be challenged and more alternative theories should be considered (ibid, p. 745).

Without going into detail on the different definitions of regional integration or regionalism in general, these lines of argumentation were presented to illustrate how these afore mentioned debates circle around the problem of taking the European knowledge systems and theories as reference points – since it is the structural deficiency that is challenged by post-colonial studies (as outlined in chapter 3.1.). Hence, this discussion illustrates that re-thinking a concept of regional integration is necessary and linked to the post-colonial idea of overcoming Eurocentrism and advocating a plurality of approaches.

## Obstacles and challenges

In their book on “Power, Postcolonialism and International Relations”, Chowdhry and Nair (2002, p. 15) discuss the major themes central to a post-colonial analysis of international

relations theory, including the power of representation, race, global capitalism, class and resistance. Similarly, when this analysis is broken down to the regional integration models specifically, one of the biggest obstacles in re-thinking and finally implementing post-colonial trajectories in modelling regional integration projects will be the opposition of the peripheral elites in Latin America. They constitute the by-product of colonialism and historically evolved power relations. Additionally, the foreign policy agenda will dictate the course of action and the questions will still be: “who is in the position of making decisions?”, “who has the social and material resources to produce and divulgate knowledge?” and “how to consolidate internal fragmentations and diverting points of view?”.

As we have seen, in the review of the Latin American integration efforts, emancipatory projects such as UNASUR and ALBA have tried to think regional integration from a rather post-colonial induced angle, but could not stand against the multiplicity of parallel aspirations of integration. Certainly, several of the above-mentioned obstacles have also hindered these projects from flourishing.

The argument of this paper is that regional integration should be re-thought with the post-colonial perspective in mind and new political projects should be designed in a way that questions the “Western” superiority and reflects upon “whom does what for whom and with which motives”. In addition, it should break down barriers for “non-Western” intellectuals and foster collaboration and knowledge exchange between nations and regions.

This leads to further implications to which Robson and Eckersley (2006) point at in their book on “Political Theory and the Ecological Challenge” which is “the growing realization that mainstream theory is not – at this historical juncture – complete without taking account of its ecological counterpart” (ibid., p. 2).

### 2.3. Interlinkage with the ecological challenge

After having reflected on the main themes of post-colonial studies and how they could inform a critical re-thinking of regional integration models, this chapter tries to link these findings with the challenges which have been elaborated through the review on Latin American integration efforts (see chapter 2.4).

To gain a better understanding of how the various, overlapping Latin American integration institutions and organizations could be re-thought in terms of post-colonialism, in order to overcome their shortfalls with respect to the ecological challenge, the exemplary case of “post-extractivism” will be discussed. This concept has been vastly elaborated and divulged by the Uruguayan Eduardo Gudynas (2011). “Post-extractivism” constitutes an appropriate example for a post-colonial informed, comprehensive solution to the Latin American national economies’ high dependence on primary resource exportation (see e.g. the extreme cases of the petroleum-dependent development model of Venezuela). Likewise, as Robson and Eckersley (2006), in his “Review of Political Ecology”, Blaikie (1999) also underlines the importance of considering the interconnected political and ecological issues.

Eduardo Gudynas (2011), like other Latin American scholars such as Alberto Acosta (2008, 2013) and Arturo Escobar (2012) have voted to consider and elaborate “alternatives to development” instead of following the mainstream solutions of “alternative development” paths. This means that they want to bring the discussion one step further, surpassing the old premises of progress and ask for a questioning of the notion of “development” and “modernity”. This questioning of established and as universally valid considered Eurocentric paradigms shows us how deeply the discussion is rooted in the post-colonial context. This is exactly, what Gudynas’s (2011) notion of “post-extractivism” transports as its main message. He proposes this model as a comprehensive solution to socio-ecological problems evoked by the current regional integration and economic external relations of many Latin American countries. Gudynas sees those

extractivist activities which are conducted in a massive way in order to satisfy global markets, as particularly ecologically damaging and gives examples of monocultures in Brazil and Argentina. Often, the activities supporting these extractivist projects such as transportation, hydroelectric stations etc. are most harmful to the local environment and constitute a threat to the socio-economic conditions of the local residents. By including locally affected people into the research process and trying to foster a cross-national dialogue and knowledge exchange, Gudynas highlights the importance of a transition phase in changing the economic integration model, mostly with respect to the external relations with primary resources importing countries. This means that extractivist activities should be reduced radically and patterns of consumerism should be changed, as well as local economies and interregional trade between different biological regions should be fortified. The complexity of the problem shows that solutions to transnational problems should be solved also on a global level. In this specific case of extractivism, E.U. policies on raw materials have to be revised as to not be uniquely directed towards easy access.<sup>3</sup>

With this example of “post-extractivism”, it became clear that it is an alternative approach to facing multi-levelled problems with the help of post-colonial ideas of interdependencies. In the same way, this example has shown that regional integration topics can be re-thought from a plurality of angles and a deconstruction of common ways of thinking might lead to innovative solutions.

However, exactly those structural obstacles of universal knowledge systems and power relations, which have been addressed by post-colonial studies, will constitute the main challenges for putting the re-thought of regional integration into practice and to establish those ideas on a long-term basis, as e.g. the EU will hardly resign from its privileged position of easy access to resources.

### 3. Conclusion

The aim of this paper was to review the Latin American integration effort's effects with respect to its ecological impact and struggles to combat the reproduction of the Global South's power dominance. By looking at these efforts from a post-colonial perspective, the need to further challenge U.S. and European dominated international relations theory and its linked regional integration models has been emphasized.

To illustrate the dominance of “Western” thought, a general overview of Latin America's integration efforts between 1945 to 2017 was given, with a special emphasis on the economic penetration by the European Union and the United States. By changing from progressive to conservative, neoliberal governments, different integration models have been implemented – ranging from open regionalism to protectionist aspirations and finally alternative approaches during the pink tide.

Independently, mainstream scholarship has dedicated itself to comparative regionalism and mostly criticized Latin American integration efforts departing from the European point of view. Many of the analyses took the European Union Integration Model as a reference for discussion. However, it is crucial to bear the continents specificities in mind and try to overcome colonialism and common deficit analyses when thinking of Latin American ways for regional integration.

Facing today's ecological challenges, as provoked by our current capitalist production mode and economic growth paradigm, this long-needed reflection on how a regional integration should be re-thought in economic and political terms from a post-colonial perspective has been overdue. Indeed, this is the recommended strategy to challenge the institutionalized unequal power structures, the dominance of the “Western” hemisphere and therewith linked problematic effects of exploitation of natural resources.

---

3 This discussion on post-extractivism has been elaborated by Eduardo Gudynas in workshops and conferences on resource extractivism in Vienna in October 2016.

Thus, it appears indispensable to further engage in analyses of regional integration theories and models by taking the post-colonial debate into account to address problems invoked by globalization with transnational solutions.

As the case example of “post-extractivism” for the Latin American region as an alternative regional integration model has shown, this re-thinking can lead to innovative, alternative solutions for challenging the primary resource paradigm of economic growth.

However, bearing in mind that the institutionalized, alternative, counter-hegemonic efforts of ALBA or UNASUR have not led to impactful long-term results, these interdisciplinary debates also face the threat of being supported by a minority of progressive scholars and being confronted with colonial constellations.

Nonetheless, a post-colonial re-thinking of international relations and regional integration can be undertaken by engaging in reflective understanding of one's own positioning, by recognizing the historically evolved socio-economic and political circumstances, by questioning situated knowledge production and by its re-appropriation.

## Bibliography

- ACHARYA, Amitav. Comparative Regionalism: A Field Whose Time has Come? *The International Spectator: Italian Journal of International Affairs*, v. 47, n. 1, p. 3-15, 2012.
- ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (Eds.). *Non-Western International Relations Theory. Perspectives on and beyond Asia*. NY: Routledge, 2010.
- ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir, una oportunidad por construir. *Revista Ecuador Debate*, 75, p. 33-48, 2008.
- ACOSTA, Alberto. Extractivism and neoextractivism: two sides of the same course. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (Org.). *Beyond Development Alternative versions from Latin America*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2013. p. 61-86.
- AMORIM, Celso. A integração sul-americana. *Revista DEP*, n. 10, Outubro/Dezembro, 2009.
- BENNETT, A. The mother of all isms: Causal mechanisms and structured pluralism in International Relations theory. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 3, p. 459-481, 2013.
- BHABHA, H. K. *The location of culture*. London: Routledge, 1994.
- BILGIN, Pinar. Thinking Past ‘Western’ IR. *Third World Quarterly*, v. 29, n. 1, p. 5-23, 2008.
- BLAIKIE, Piers. A review of Political Ecology. *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie*, n. 43, p. 131-147, 1999.
- DE LOMBAERDE, P. et. al. The problem of comparison in comparative regionalism. *Review of International Studies*, n. 36, p. 731-753, 2010.
- CHODOR, Tom. The pink tide: counter-hegemonic potentials. In: CHODOR, Tom (Org.). *Neoliberal hegemony and the pink tide in Latin America - breaking up with TINA?* London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 147-161.
- CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. Introduction: Power in a postcolonial world: race, gender, and class in international relations,” In: CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila (Org.). *Power, Postcolonialism and International Relations. Reading race, gender and class*. London: Routledge, 2002. p. 1-32.
- GUDYNAS, Eduardo. Alcances y contenidos de las transiciones al post-extractivismo. *Ecuador Debate*, n. 82, p. 61-79, 2011.
- HAAS, E. B. International Integration: The European and the Universal Process, *International Organisation*, v. 15, n. 3, 1961.

- HAAS, E. B.; SCHMITTER, P. C. Economics and Differential Patterns of Integration. Projections about Unity in Latin America. *International Organization*, v. 18, n. 4, p. 259–99, 1964.
- MALAMUD, A.; SCHMITTER, P. C. The experiences of European integration and the potential for integration in South America. In: WARLEIGH-LACK et al. (Org.). *New Regionalism and the European Union. Dialogues, comparisons and new research direction*. Abingdon: Routledge, 2011. p. 135-157.
- MORAÑA, Mabel et al. (Eds.). Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate. In: *Latin America Otherwise*. Durham: Duke University Press, 2008.
- NOLTE, Detlef; COMINI, N. M. UNASUR: Regional Pluralism as a strategic outcome. *Contexto Internacional*, v. 38, n. 2, p. 545-565, 2016.
- SAID, Edward. *Orientalism*. NY: Vintage Books, 1979.
- SHILLIAM, Robbie (Ed.). International Relations and Non-Western Thought. In: *Imperialism, Colonialism and Investigations of Global Modernity*. NY: Routledge, 2010.
- STIMMER, Gernot (Ed.). Die Außenbeziehungen der EU. In: *Politik – Wirtschaft – Forschung – Kultur*. Wien: Universität Wien, 2017.
- SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y Lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 244, March - April, 2013.
- SPIVAK, G. C. Can the Subaltern Speak? *Die Philosophin*, v. 14 n. 27, p. 42-58, 2003.
- TARDITI, Elena. Mercosur en crisis o cuando lo excepcional se vuelve ordinario. In: SERBIN, Andrés et. al. (Org.). *América Latina y el Caribe frente a la encrucijada actual de la globalización- Anuario de la integración regional de América Latina y el Caribe*, n. 13, p. 208-222, 2016.
- TICKNER, A. B. Hearing Latin American Voices in International Relations Studies. *International Studies Perspectives*, n. 4, p. 325–350, 2003.
- TICKNER, A. B.; WÆVER, O. (Eds.). Conclusion: Worlding where the West once was. In: *International Relations Scholarship Around the World*. NY: Routledge, 2009. p. 328-341.
- QUIJANO, Anibal; ENNIS, Michael. *Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America*. Durham: Duke University Press, 2000.

# Brexit, União Européia e a Securitização da Imigração: o papel do Think Tank britânico “Civitas” na construção discursiva do discurso anti-imigração e na campanha “Vote Leave”

Brexit, European Union and the Securitization of Immigration: the role of the British Think Tank’s (TT) “Civitas” in the anti-immigration discursive construction and in the “Vote Leave” campaign

**BORIS PERIUS ZABOLOTSKY** | boris\_pz21@hotmail.com

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista Capes.

**NATALI LAISE ZAMBONI HOFF** | natali.hoff@gmail.com

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPG-CP) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É integrante do Núcleo de Estudos para a Paz (NEP) da Unila e do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI) da UFPR.

**Recebimento do artigo** Abril de 2018 | **Aceite** Julho de 2018

**Resumo** Este trabalho trata do movimento de securitização da imigração enquanto processo de legitimação da saída do Reino Unido da União Europeia (UE). Propõe-se, por meio da abordagem multissetorial de segurança da Escola de Copenhague de Buzan (1983), analisar a relação existente entre o processo de securitização da imigração no continente europeu, face à construção da argumentação discursiva e ideacional da *Think Tank* (TT) britânica “Civitas”. A indagação central da pesquisa visa responder se há uma ligação entre a “Civitas” e os entes favoráveis à saída do Reino Unido da UE. A hipótese preliminar desse estudo considera que a imigração foi tratada como uma questão de segurança societal e econômica por essa TT, no intuito de moldar o debate público, que por sua vez, levou ao Brexit. **Palavras-Chave** Brexit; União Europeia; Imigração; Securitização; Think Tanks.

**Abstract** This paper deals with the immigration securitization movement as a process to legitimize the United Kingdom’s leaving course from the European Union (EU). It is proposed, through the multi-sector security approach of the Copenhagen School of Buzan (1983), to analyze the relationship between the process of securitization of immigration on the European continent, in light of the construction of British Think Tank’s (TT) “Civitas” discursive and ideational argument. The central question of the research is to answer if there is a connection between “Civitas” and the entities favorable to the exit of the United Kingdom from the EU. The preliminary hypothesis of this study considers that immigration was treated as a matter of societal and economic security by this TT, in order to shape the public debate, which in turn, led to Brexit. **Keywords** Brexit; European Union; Immigration; Securitization; Think Tanks.

## 1. Introdução

Ao longo das últimas décadas, sobretudo após o processo de alargamento da UE para o leste, e a partir da Guerra ao Terror em 2001, observou-se no Reino Unido, um grande fluxo de imigrantes e refugiados provindos de diversos países. Essa conjuntura, marcada também pela eclosão da crise financeira de 2007-2008 e mais recentemente, pela crise dos refugiados sírios, acentuou contradições sociais e econômicas e acendeu o debate em torno da questão migratória na Europa.

Esse contexto, por sua vez, propicia um grau maior de atuação e abrangência dos institutos de pesquisa politicamente orientados – os Think Tanks. Conforme pondera Parmar (2004), “estes institutos ganham força nos períodos de crise ou guerras”. Esta premissa de Parmar, mostra-se ainda mais perceptível no Reino Unido, em que nota-se um significativo fortalecimento e a emergência de novas TT a partir do fim da Guerra Fria (MCGANN, 2016).

É neste cenário que surge a Civitas – *The Institute for the Study of Civil Society* – Think Tank que será objeto analítico desse estudo. A escolha dessa TT, a ser averiguada neste artigo, justifica-se a partir do argumento central dessa pesquisa, que considera que a problemática migratória foi tratada como uma questão de segurança social e econômica pela Civitas, no intuito de direcionar a opinião pública britânica a votar em favor do Brexit<sup>1</sup>, no referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE.

Ainda que seja difícil mensurar a capacidade das *Think Tanks* em influir na formulação de políticas públicas e especialmente no processo decisório (ABELSON, 2006), a literatura ideacional e discursiva (baseada na expertise) produzida pela Civitas bem como a ligação e a atuação desta instituição na campanha *Vote Leave*<sup>2</sup> expõem elementos importantes para entendermos o campo de atuação das *Think Tanks*, e sobretudo a influência que estas instituições exercem no molde do debate público sobre uma determinada agenda – neste caso a imigração.

Para tanto, o artigo subdivide-se em quatro partes: na primeira seção apresenta-se um breve histórico sobre a imigração na Europa ressaltando os principais acontecimentos das últimas décadas que influenciaram o aumento das imigrações para o continente europeu e a atuação das TT neste cenário. Neste sentido, destaca-se a segunda parte do artigo, em que se propõe analisar a problemática da imigração na União Europeia à luz da teoria de multissetorial de Buzan; na terceira parte procura-se entender o *modus operandi* das *Think Tanks* e o papel dessas, na construção discursiva sobre um determinado tema, nesse caso iremos apresentar um breve histórico da TT Civitas bem como sua ligação com os defensores da campanha “*Vote Leave*”. Já na quarta parte discute-se sobre a elaboração argumentativa da TT Civitas, a partir de uma análise de seus relatórios, *papers* e artigos sobre o tema no período anterior ao BREXIT.

1 Brexit é a abreviação para *Britain Exit* – expressão inglesa cujo a tradução literal é “Saída Britânica”. Este termo se refere a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), votada em referendo no dia 13/06/2016, no qual com 51,9% dos votos, o “sim” saiu vitorioso.

2 É o nome dado a campanha feita em prol do voto pelo sim, referente a saída do Reino Unido da UE. O grupo *Vote Leave* foi criado em outubro de 2015 e baseou-se em uma campanha de entidades da sociedade civil e de vários partidos britânicos que incluíam alguns parlamentares dos *Conservative Party*, *Labour Party*, e UKIP, favoráveis a saída do país do bloco regional.

## 2. Breve histórico sobre a imigração na Europa e o escopo de atuação das TT neste contexto

Ao longo da história, a Europa sempre foi uma localidade de origem de ondas migratórias.<sup>3</sup> Porém, nos últimos anos, devido ao alto grau de desenvolvimento econômico e social, o continente europeu tem passado pela inversão desse processo e recebido grandes fluxos migratórios. A integração do continente foi muito importante para a inversão desse processo, salientando que a comunidade europeia<sup>4</sup> foi criada com o objetivo de reerguer e fortalecer uma região devastada pela Segunda Guerra Mundial (1939-45). Por meio da integração energética e de infraestrutura, buscava-se estabelecer a economia regional de modo a ganhar espaço em um cenário internacional dominado por Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). Assim, no início dos anos 1950 os imigrantes eram fundamentais para o reestabelecimento da Europa na economia mundial, havendo a promoção de incentivos à imigração por meio de programas temporários de trabalho (FERREIRA, 2010).

Nas décadas seguintes, com a progressiva reconstrução do continente e os custos para a manutenção do Estado de Bem Estar Social,<sup>5</sup> os países deixaram de renovar esses contratos. Mesmo com o fim desses incentivos e do interesse dos países europeus na permanência dos imigrantes em seus territórios, muitos indivíduos optaram por continuar no continente, uma vez que já haviam se estabelecido na localidade, criando em muitos desses Estados, no fim do século XX, sociedades compostas de forma multiculturais. Porém, em virtude do isolamento político e de certos índices de xenofobia e conservadorismo, a maioria desses indivíduos permaneceram na condição de “imigrantes” e corpos de trabalho não-qualificados, caracterizando-se como elementos externos à cultura local. (VELASCO, 2011, p.54).

Na década de 1980 foram criados regulamentos na Europa para o controle migratório com tons mais restritivos, havendo um “gradual crescimento de uma política de insegurança da qual os imigrantes, que nesse momento fincavam raízes na Europa, passaram a ser um dos principais alvos” (VELASCO, 2011, p.54). Já havia uma estreita vinculação entre a necessidade do controle da migração e a garantia da segurança da sociedade europeia, ressaltando a justaposição entre o terrorismo e a imigração nos tratados e resoluções da UE. A lógica dominante era o estabelecimento da livre circulação de pessoas oriundas da comunidade europeia, junto à sustentação do controle rígido sobre as fronteiras com terceiros. Contudo, nos assuntos referentes à imigração, assim como em tantas outras temáticas, havia o atrito entre as possibilidades de concessões estatais ao conjunto e a manutenção da soberania da unidade.

Em 2004, houve uma reorientação nas políticas de migração na UE, passando do Programa Tampere<sup>6</sup> para o Programa de Haia.<sup>7</sup> O primeiro preocupa-se em tratar da inclusão e proteção dos imigrantes, ainda que não seja central. No segundo, substitui-se o foco nos direitos humanos por uma

3 Dentre os motivos para a Europa ser a origem de grandes movimentos migratórios podemos citar as Cruzadas, as Grandes Navegações e o processo de colonização da América, da África, da Ásia e da Oceania.

4 Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) criada em 1951, integrada por França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Foi ampliada em 1957 para a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM) e a Comunidade Econômica Europeia (CEE), que entraram em vigor no ano seguinte. Sendo que com a institucionalização da União Europeia, em 1992, a CEE e a EURATOM (a CECA foi extinta em 2002) se uniram sob o nome de Comunidade Europeia.

5 Definido por Fiori em “Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises”, o Estado de Bem Estar-Social é a forma mais avançada de exercício público de proteção social (FIORE, 1997, p.131). Essa forma de organização estatal entende que é direito dos seus cidadãos a promoção de políticas que visem melhorar e garantir a qualidade de vida dos mesmo, fugindo de um caráter assistencialista. Os países europeus são reconhecidos pelo estabelecimento de Estados que garantem o direito à educação, saúde e outros benefícios a seus cidadãos.

6 A cúpula de Tampere, realizada no ano de 1999 na cidade finlandesa de Tampere, foi a primeira dedicada exclusivamente a questões de justiça e assuntos internos. O Programa de Tampere elaborado previa a criação de uma política comum ao bloco sobre as imigrações, um sistema único de direito de asilo, o desenvolvimento de uma área de justiça europeia e ainda uma zona judiciária europeia. (Consejo Europeo (1999): Conclusiones de la Presidencia. Consejo Europeo de Tampere, 15 y 16 de octubre de 1999.)

7 O programa de Haia adotado pelo Conselho Europeu em 2004, enumerava dez prioridades da União, com o objetivo de reforçar o espaço de liberdade, de justiça e de segurança no bloco. Sendo as prioridades definidas como: reforçar os direitos fundamentais e a cidadania, a luta contra o terrorismo, a definição de uma



orientação para equilíbrio entre segurança e liberdade. Salientando que os atentados de 11 de Setembro nos EUA foi o evento político que propiciou o reforço nas medidas securitárias no continente que já estavam em curso (VELASCO, 2011, 60).

No ano de 2007, com a intensificação de medidas restritivas, configura-se o Tratado de Lisboa, que estabelecia que Estados candidatos para serem aceitos na UE deveriam adotar políticas nacionais de segurança, manter alto controle de suas fronteiras e possuir sistemas de vigilância e informações internos (VELASCO, 2011, p.61). Com o Tratado de Lisboa a UE passou a dispor de mecanismos institucionais para melhor responder aos principais desafios aos quais tem que responder, tanto no plano interno como externo. Ressaltando que no plano interno UE precisa buscar mudanças em sua estrutura institucional com o objetivo de se adaptar e garantir a eficácia do bloco numa Europa alargada (TEIXEIRA, 2010, p. 21). Enquanto que na esfera internacional, o bloco necessita reforçar os seus instrumentos de ação externos, possibilitando maior consistência e coerência em seu posicionamento diante de um mundo globalizado (Idem). Dessa maneira, o Tratado de Lisboa instaura esses instrumentos institucionais, capazes de fomentar o aprofundamento da integração europeia e, ao mesmo tempo, resguardar as fronteiras externas do continente. Mais do que isso, o Tratado de Lisboa dá início a uma Política Comum de Segurança e Defesa na Europa, na qual a imigração oriunda de países não participantes da UE recebe atenção especial. Isso fica evidente no Artigo 3° do Tratado de Lisboa:

A União proporciona aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, de asilo e imigração, bem como de prevenção da criminalidade e combate a este fenómeno (TRATADO DE LISBOA, 2008, p. 13).

Nota-se que as migrações já estão sendo encaradas como um problema de segurança pelo bloco e como um assunto que deve ser resolvido de forma conjunta. O objetivo que se pode identificar nesse trecho diz respeito á necessidade do bloco aprofundar o processo de integração interno por meio da zona de livre circulação de pessoas, sem abrir mão da segurança e controle de suas fronteiras externas. Busca-se assim, garantir que os problemas relacionados às migrações ilegais não atinjam e prejudiquem o desenvolvimento no continente. Os eventos dos últimos anos, como a crescente crise imigratória originada pelo conflito da Síria e crise econômica na Europa Oriental têm corroborado essa tendência, uma vez que no século XXI passa a ter relação com grupos transnacionais, como a Al-Qaeda. Enaltecendo, que mesmo que não seja inédito nas relações internacionais, para a sociedade europeia esse era um problema novo, facilmente associado às migrações e que exigia respostas e medidas preventivas.

Diante das contradições sociais no contexto europeu - marcado pelas migrações, terrorismo, escalada da xenofobia e crise econômica, a grande maioria das TT (inclusive a Civitas) apresentam-se como entidades da sociedade civil, denominando-se imparciais, não-partidárias e independentes (ainda que seu financiamento dependa de doações privadas ou estatais). Neste quadro de polarização social na Europa, estas organizações encontram um terreno fértil para a mediação de suas ideias. Assim, as TT podem ser definidas como:

---

abordagem equilibrada sobre a imigração, o desenvolvimento de uma gestão integrada das fronteiras externas da UE, a instauração de um procedimento comum em matéria de asilo, a maximização do impacto positivo da imigração, a procura por um equilíbrio entre a preservação da vida privada e o compartilhamento de informações sensíveis, elaboração de um conceito estratégico para a criminalidade organizada, a garantia de um verdadeiro espaço de justiça europeu e a partilha das responsabilidades e solidariedade. (EUR-Lex: Access to European Union law, Programa de Haia: 10 prioridades para os próximos cinco anos, 2004).

(...) organizações de análise e engajamento de pesquisa e de políticas públicas que geram análises e políticas orientadas para questões domésticas e internacionais, permitindo aos decisores políticos e ao público tomar decisões informadas sobre políticas públicas. As *Think Tanks* podem atuar como uma ponte entre as comunidades acadêmicas e a de formulação de políticas, e entre estados e a sociedade civil, (...) como vozes independentes que traduzem pesquisas aplicadas e básicas em uma linguagem compreensível, confiável e acessível para os formuladores de políticas e para o público (MCGANN, 2016).

Desse modo, as *Think Tanks* se apresentam como um espaço de mediação de ideias, e como uma importante fonte “imparcial” de expertise e conhecimento para o público, mas principalmente para os tomadores de decisão, no intuito de fornecer assistência ao governo (nação) para dar respostas a problemas críticos (ABELSON, 2006). Assim, a ação prioritária das TT visa influir no processo de tomada de decisão, baseando-se num esforço ideacional (produção argumentativa-discursiva) a respeito de uma determinada agenda (PARMAR, 2004). A partir desta lógica, busca-se inicialmente filtrar quais temas serão prioritários e, por fim recomendar e/ou informar as decisões que serão tomadas, modelando assim “tanto as opções que aparecem no horizonte de possibilidades dos atores políticos quanto o debate público” (SVARTMAN, 2016 p. 157).

Neste sentido, analisaremos na próxima seção o enquadramento teórico multissetorial proposto por Buzan, e como a produção discursiva e ideacional das *Think Tanks* podem corroborar a securitização do tema migratório e, por conseqüência, influir na opinião pública a favor da saída do Reino Unido da UE.

### 3. Imigração e Segurança na União Europeia: uma abordagem multissetorial

A relação dúbia entre imigração e segurança pode ser compreendida através da abordagem multissetorial<sup>8</sup> de Buzan. Ao analisarmos a relação migração-segurança, não estamos falando apenas da segurança do Estado, mas também da sociedade e dos vários grupos que a compõem, assim, a imigração como questão securitária pode ser enquadrada dentro do setor societal. A segurança societal pode ser definida como “a capacidade de uma sociedade persistir com seu caráter essencial sob condições cambiantes e ameaças possíveis ou reais” (BUZAN; HANSEN, 2012, p.322). E diz respeito à sobrevivência identitária dos atores, cuja qualquer ameaça, seja de caráter ideológico, étnico, religioso ou civilizacional é tratada como uma questão securitária.

Assim, podemos entender que a imigração na Europa, principalmente quando nos referimos a povos oriundos de países africanos e do Oriente Médio, por possuírem traços culturais destoantes dos europeus, são encarados e representados pela *Think Tank* Civitas (aprofunda-se o tema na quarta seção) em sua produção ideacional como ameaças à cultura e a convenções sociais da sociedade britânica. Dessa forma, observamos uma crescente securitização<sup>9</sup> e problematização da imigração no continente pela reprodução de um discurso.

8 Buzan defendia o estabelecimento da natureza das ameaças e quais as vulnerabilidades dos objetos referenciais, estando ambas estreitamente relacionadas e a insegurança dos atores refletindo uma combinação entre elas. O autor enfatiza que a natureza das ameaças é de difícil definição e deveriam ser delimitadas de acordo com o setor ao qual estão inseridas, sendo os setores militar, econômico, político, societal e ambiental. Cada uma dessas esferas possuem dinâmicas e problemáticas específicas e devem ser analisadas de acordo com o seu contexto particular. No entanto, mesmo assumindo a existência de ameaças que estão fora da âmbito militar, para o autor o Estado ainda era o ator central nesses processos (BUZAN, 1983, p.73-82).

9 Em *Security: A New Framework for Analysis* (1998), Waever *et al* dizem que segurança está sempre relacionada à sobrevivência e, a securitização consiste no processo pelo qual uma questão é apresentada enquanto uma ameaça existencial a determinado objeto de referência. A natureza especial e emergencial de uma ameaça

Neste caso, o problema da imigração no contexto europeu transcende a preocupação com a soberania Estatal, versando sobre a liberdade e a manutenção das características de suas sociedades marcadamente ocidentais. Há uma fusão entre as esferas políticas e sociais, caracterizando a imigração como um problema de segurança política, societal e econômica<sup>10</sup> dentro das categorias de Buzan. Seguindo essa lógica, o problema da imigração atrelada ao terrorismo se agrava a partir da crise dos refugiados sírios<sup>11</sup> no ano de 2015, aprofundando a complexidade da temática. Como ressalta Waever, a segurança societal está ameaçada quando a identidade do “nós” também está (WAEVER *et al.*, 1993, p.42).

A imigração torna-se uma ameaça quando há uma relação conflituosa entre a cultura do país de acolhimento e a dos imigrantes, podendo ampliar-se quando há a resistência dos imigrantes à assimilação (WAEVER *et al.*, 1993, p.45). Ressaltando que, para os autores, a assimilação do imigrante versa sobre uma integração positiva entre ele e a sociedade na qual ele está inserido, não demandando a destruição da identidade cultural do imigrante. Todavia, quando nos deparamos com identidades mutuamente excludentes, devemos analisar com cuidado, uma vez que são uma fonte de ameaça em potencial (WAEVER *et al.*, 1993, p.44).

Buzan argumenta que a sociedade pode responder a essas ameaçadas de duas maneiras. Na primeira se configuram atividades realizadas pelas comunidades imigrantes, já na segunda há a categorização da ameaça como assunto de segurança política. No primeiro poderíamos observar a criação de governos próprios, enquanto no segundo demanda-se uma resposta por parte do Estado, através de legislação específica e controle fronteira (BUZAN *et al.*, 1998, p.122).

Neste contexto, as *Think Tanks* podem exercer um importante papel: inicialmente de filtrar e organizar estas demandas sociais, e posteriormente oferecer aos tomadores de decisão, expertise na formulação de políticas públicas (demandas pela sociedade), auxiliando assim a construção de consensos sobre uma determinada agenda entre a elite política e o público. Ressaltando o critério subjetivo<sup>12</sup> de detecção de ameaça, evidenciado pela teoria de Buzan, a lógica de ação das *Think Tanks*, neste sentido, pode oferecer respostas ou privilegiar políticas e ações que as interessa ou interessa a quem as financia (ABELSON, 2006).

Conforme veremos nas próximas seções, os planos de ação, a construção discursiva e a produção ideacional da TT Civitas a respeito da problemática migratória no Reino Unido foi um movimento constante de securitização desta agenda, o que pode, em alguma medida, ter influenciado o debate em torno do Brexit. Uma análise mais aprofundada sobre as razões que levaram a TT Civitas a modular seu esforço de produção ideacional nesta direção será um dos objetivos da próxima seção. Procura-se assim expor um breve histórico da Civitas, seus principais financiadores, sua estrutura e organização interna.

---

acaba por legitimar a utilização de medidas extraordinárias para a resolução do problema. Ressaltando que uma ameaça existencial só pode ser compreendida em relação às particularidades e necessidades do objeto de referência e do setor ao qual está inserida (WAEVER *et al.*, 1998, p.21-22). Avançando em sua análise, Waever *et al.* afirmam que a “segurança é o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas do jogo e enquadra o problema como um tipo especial de política” (WAEVER *et al.*, 1998, p.23). Assim, a securitização seria uma forma extrema da politização, concedendo caráter emergencial às temáticas securitizadas e legitimando medidas extraordinárias como resposta ao problema.

10 A imigração como assunto de segurança costuma ser analisada principalmente a partir dos setores sociais e políticos, contudo, devido à grande ênfase concedida aos impactos econômicos da imigração no Reino Unido e a ameaça que esta representa para a sociedade britânica, podendo ocupar as vagas de trabalho dos nacionais e utilizar os recursos a eles destinados, entendemos nesse trabalho que a imigração enquanto ameaça e combustível para a promoção de medidas extremas no Reino Unido, como a opção pela saída do país da UE, deve ser analisada através de uma fusão entre os setores sociais, políticos e econômicos.

11 A Síria enfrenta, desde março de 2011, uma guerra civil que já deixou milhares de mortos, destruiu a infraestrutura do país e gerou uma crise humanitária regional, com impactos em continentes vizinhos, como a Europa. O conflito já dura mais de cinco anos e gerou 4,8 milhões de refugiados nos países vizinhos, centenas de milhares na Europa e 6,6 milhões de pessoas deslocadas dentro da Síria – a população antes da guerra era de mais de 20 milhões, segundo informações do site das Nações Unidas. A crescente onda de refugiados sírios que migram para o continente europeu tem preocupado não só as autoridades, como vários outros âmbitos da sociedade europeia, gerando uma grave crise migratória no continente. Os Estados Europeus que inicialmente acolheram os imigrantes sírios passaram a fechar as suas portas diante da grande número de refugiados, agravando a situação. Ainda segundo a página da ONU, “vários países impuseram restrições de entrada e de fronteira, levando a um acúmulo de dezenas de milhares de refugiados na Grécia, enquanto a União Europeia negocia com a Turquia um acordo que poderia enviar os solicitantes de refúgio de volta ao país” (ONU-BR, 2016).

12 A subjetividade da ameaça neste sentido, se refere a interpretação negativa da imigração adotado pela literatura da Think Tank Civitas.

## 4. A atuação da *Think Tank* Civitas na campanha *Vote Leave*

A *Think Tank* Civitas - *The Institute for the Study of Civil Society* iniciou originalmente suas atividades no escopo da *TT Institute of Economic Affairs* (IEA). Esta última, fundada em 1955, tradicionalmente conhecida por adotar ideias que mais tarde seriam conhecidas como neoliberalismo, e por se declarar “a primeira *Think Tank* britânica defensora do livre-mercado”. (IEA, 2017, online). Neste sentido, a IEA vivenciou um exponencial aumento de sua esfera de influência e atuação ao produzir um raciocínio intelectual para as reformas políticas e econômicas favoráveis ao livre mercado, levadas a cabo no Reino Unido pelo governo de Margaret Thatcher (CHOTE, 1991 p. 21).

Com a expansão desta TT, a IEA lançou em 1989 o programa “*IEA Health & Welfare Unit*” (Unidade para Saúde e Bem-Estar). Este programa foi liderado por David Green (atual presidente-executivo da Civitas). A unidade era semiautônoma, compartilhando conselheiros e a infra-estrutura da IEA. No entanto, possuía seus próprios assessores e fazia suas próprias operações de angariação de fundos e patrocínio (Idem, 1991).

Ainda que haja pouca informação (e de não ser o foco da presente pesquisa) sobre as razões que levaram à saída de David Green da direção do programa “Unidade para Saúde e Bem-Estar” e, por conseguinte, sua saída da IEA, Chote (1991) argumenta que após Margaret Thatcher deixar o cargo de primeira ministra do Reino Unido, a Unidade de Saúde e Bem-estar passou por mudanças internas e estaria desenvolvendo vínculos mais próximos com a *Think Tank* conservadora *Social Affairs Unit*.

As razões obscuras e pouco comentadas sobre a separação da Unidade para Saúde e Bem-Estar da IEA são uma “página em branco” na história do surgimento da Civitas, pelo menos é esta a percepção que se têm ao ler a seção “*About Us*” da TT – a única menção à IEA no histórico da Civitas aparece no perfil de David Green, limitando-se à explicação de que o pesquisador foi o “coordenador do programa Unidade para Saúde e Bem-Estar da IEA desde 1986”. No entanto, nota-se que houve um imediato direcionamento da Civitas para movimentos de direita neoconservadores e um relativo abandono da agenda neoliberal adotada anteriormente (MONTGOMERIE; ELLIOTT, 2009).

A *Think Tank* Civitas surgiu oficialmente em 29 de junho de 2000, e atualmente conta com 10 áreas principais de pesquisa: constituição, crime, economia, educação, Europa, família, saúde, habitação, imigração e bem-estar. A instituição conta com um corpo de pesquisadores de aproximadamente 40 acadêmicos entre permanentes e convidados (CIVITAS, 2017, online). Apesar da fundação da Civitas ser relativamente recente, a instituição figura entre as 100 maiores TT do mundo e entre as 25 maiores do mundo voltadas a políticas sociais (MCGANN, 2016) e, no Reino Unido, a Civitas está colocada entre as dez maiores TT (HELM; HOPE, 2008).

O expressivo crescimento da Civitas após a sua saída da IEA poderia ser explicado a partir dos vínculos e *networking* que o Professor Green acumulou ao longo da sua história à frente do programa Unidade para Saúde e Bem-Estar da IEA. Por outro lado, pode também explicar por que, ao contrário de outras TT britânicas voltadas a temas de política internacional como a *Chatham House* e o *International Institute for Strategic Studies* (IISS), o escopo de atuação da Civitas é voltado primordialmente para assuntos domésticos e políticas internas.<sup>13</sup>

---

13 É importante frisar que em razão dos anos a frente do Programa De Saúde e Bem Estar da IEA, David Green teria adquirido mais influência e know-how para tratar de assuntos domésticos como saúde, educação, habitação, etc. Ainda que a agenda migratória não seja exclusivamente uma questão interna, veremos que um dos principais argumentos da campanha *Vote Leave* foi o controle interno das fronteiras do Reino Unido, ou seja, deslocando a pauta do âmbito supranacional da UE para o âmbito doméstico.

De acordo com o relatório anual de declaração financeira da *Think Tank* Civitas, os ativos líquidos da organização somavam £ 1.147.341,00, a receita total declarada de 2016 foi de £ 828.707. Deste valor, as doações para a TT totalizaram a soma de £ 767.254. No entanto, a maior parte das fontes dessas doações é desconhecida. Sobre a questão, a Civitas explicita no site que publica o nome dos doadores que estão dispostos a serem identificados, porém respeita “a privacidade dos doadores quando eles têm o direito legal de fazer doações de caridade sem serem identificados publicamente.” (CIVITAS, 2017, online).

Aparentemente a Civitas utiliza-se da prerrogativa legal de “instituição de caridade” e do sigilo solicitado pelos seus financiadores, para não declarar nenhuma fonte de doação em seu site, e nem os lista em seus relatórios. Na organização “*Who funds you?*”<sup>14</sup> (Quem financia você?) o nível de classificação de transparência da TT Civitas é 0% e sua avaliação é E. Desse modo, pode-se dizer que a posição da instituição no contexto britânico e internacional, seu número de staff e volume de obras produzidas anualmente é desproporcional aos valores declarados pela mesma.

Sob esta perspectiva, o jornal britânico *The Independent* lançou um editorial assinado pelo analista político Oliver Wright acerca dos vínculos existentes entre a TT Civitas e os partidos políticos que lideraram a campanha “*Vote Leave*”<sup>15</sup>. A publicação revela que o presidente-executivo da Civitas, David Green, está listado como apoiador da entidade *Economists for Britain* (Economistas para o Reino Unido), grupo dirigido por Matthew Elliott, diretor executivo da Campanha “*Vote Leave*”. Além disso, Wright aponta que a TT Civitas possui seus escritórios nas mesmas instalações que o grupo Business for Britain (Negócios para o Reino Unido) – lugar onde a campanha para o Brexit foi lançada.

Na esfera ideacional, a reportagem de Wright aponta que, durante o período de campanha do referendo sobre a saída do Reino Unido na UE, a Civitas divulgou inúmeros relatórios e artigos sobre o Brexit. Neste caso, a reportagem se referia especialmente ao artigo assinado pelo Professor David Green publicado no *The Daily Telegraph*, em que Green alegava que o debate sobre a adesão da Grã-Bretanha à UE tinha sido “caracterizado por meias verdades e invenções definitivas”. Ainda, o presidente da Civitas pondera que o Reino Unido “não tem medo de deixar” a UE, por fim concluiu que os britânicos deveriam adotar “uma visão que ultrapassasse os limites da Europa”. (WRIGHT, 2016)

Ainda neste contexto, o pesquisador membro da Civitas, Professor Jonathan Lindsell, fez parte da produção do relatório “*Change, or Go*” (Mude ou Saia) divulgado e encomendado pelo *Business for Britain*. Um dos principais argumentos deste documento defende que a Grã-Bretanha “ganharia influência e prosperaria” fora de uma UE não reformada.

Além disso, a reportagem do jornal britânico indica que a TT teria produzido relatórios sob a prerrogativa da imparcialidade e independência (características presente no mote da Civitas) para legitimar a posição dos partidários ao Brexit. Sob este aspecto, o diretor de mídia da “*Vote Leave*”, Robert Oxley, teria fundamentado um dos pontos centrais da campanha do Brexit, a partir do relatório divulgado pela Civitas em maio de 2016, que se referia aos impactos econômicos a longo prazo da adesão do Reino Unido à UE. Neste relatório, o Professor Michael Burrage defende que o acesso ao mercado único e ao livre comércio não se mostrou vantajoso em termos de crescimento real das exportações do Reino Unido, e que as negociações no âmbito da OMC trariam mais benefícios competitivos e aumentariam as exportações do país (BURRAGE, 2016).

Diante do exposto, é perceptível que a análise a partir do caso dos vínculos existentes entre a campanha do Brexit e a Civitas são substanciais para entender o *modus operandi* do “mercado de ideias”

14 Organização britânica destinada a promover e monitorar a transparência de *Think Tanks* e campanhas políticas no que tange à origem de suas doações e financiadores (<http://whofundyou.org/>).

15 A campanha “*Vote Leave*” foi criada em outubro de 2015, e inclui diversos partidos britânico e grupos da sociedade civil. As principais alas envolvidas na campanha são políticos do Partido Conservador, *Labour Party* (Partido dos Trabalhadores), *UK Independence Party* (UKIP) (Partido de Independência do Reino Unido), e organizações civis como *Business for Britain* (Negócios para o Reino Unido) e *Students for Britain* (Estudantes para o Reino Unido) e *Economists for Britain* (Economistas para o Reino Unido) (KUENSSBERG, 2015).

das *Think Tanks*. Modo este que tem como objetivo direcionar o debate público em torno de uma determinada questão e que corroboram a hipótese da presente pesquisa.

A próxima seção concentra-se na análise da produção ideacional feita pela Civitas no que tange à imigração. Este tema é especialmente importante, pois foi um dos principais aspectos que moldaram o debate público no Reino Unido e a campanha *Vote Leave*. Ressalta-se assim que a questão migratória interessa especialmente à Civitas, já que esta se apresenta como uma *Think Tank* voltada para a política doméstica. Dessa maneira, a justificativa para tal debate baseia-se na hipótese preliminar de que um dos principais argumentos defendidos pelos apoiadores do Brexit era o controle interno e a preservação mais intensa da soberania do Reino Unido em relação a suas fronteiras, ou seja, transferir o debate do âmbito do escopo externo (UE) para o âmbito interno.

## 5. A construção discursiva da Civitas e a securitização: a imigração como uma ameaça

Conforme observado anteriormente, o resultado da expansão da União Europeia para o Leste Europeu, observado na última década, aumentou ainda mais os fluxos migratórios no continente. Essa tendência, associada ao advento da crise dos refugiados na Europa bem como o terrorismo islâmico, possibilitou que a questão migratória estivesse no centro dos debates acerca das respostas que o Reino Unido deveria dar frente a estes novos desafios. Desse modo, a presente seção do artigo visa analisar o material produzido pela Civitas no que tange à imigração no período anterior ao Brexit. Como foco principal dedica-se mais importância às obras que tiveram mais repercussão na mídia e maior número de vendas.

A posição geral presente nos relatórios anuais da Civitas em relação ao problema migratório descreve que, desde 1997, a imigração no Reino Unido cresce exponencialmente e, sobretudo, nos últimos anos o influxo de pessoas para o país atingiu níveis recordes. Essa realidade transformou a Grã-Bretanha em uma “ilha superlotada” que, por um lado, prejudicou a qualidade dos hospitais, escolas e estradas, e, por outro, diminuiu as ofertas de trabalho para os britânicos. O aumento expressivo da imigração também inflacionou os preços dos imóveis, “tornando-se impossível para os jovens britânicos adquirirem uma residência em seu próprio país” (CIVITAS, 2017, online). Por fim, a TT ainda observa que a imigração em massa gerou a diminuição do senso de comunidade no Reino Unido e aumentou os riscos à segurança do país.

A construção discursiva da TT Civitas frente à questão migratória iniciou em 2002, com a publicação do relatório “Precisamos de imigração em massa? Os argumentos econômicos, demográficos, ambientais, sociais e de desenvolvimento contra a imigração em larga escala para a Grã-Bretanha”. O estudo, assinado pelo professor Anthony Browne, aponta que os níveis de imigração registrados naquela época eram insustentáveis e prejudiciais aos interesses da Grã-Bretanha. Segundo o autor, a imigração em massa trouxe majoritariamente mão de obra não qualificada e problemas sociais para o Reino Unido. Assim, o estudo sugere que, caso haja necessidade de mão de obra especializada no país, dever-se-ia adotar uma política migratória voltada para recrutar pessoas no exterior com um tempo limite de estadia e de trabalho pré-estabelecido (BROWNE, 2002).

Com a invasão do Iraque em 2003 e a Guerra ao Terror, a produção discursiva da Civitas adquiriu novos tons. O debate acerca da imigração deslocou-se da esfera puramente econômica para a esfera societal/civilizacional. Neste contexto, a TT lançou o livro “O ocidente, o islã e o islamismo: o islamismo

ideológico é compatível com a democracia liberal?”. Na obra referida, os autores tratam sobre como a imigração (especialmente a provinda de países muçulmanos) enfraqueceu a cultura nacional britânica, pelo entendimento de que o Islamismo se assemelha a movimentos autoritários do século XX, por não partilhar de ideais ocidentais como a democracia e a liberdade (COX; MARKS 2003).

No contexto pós atentados terroristas ao metrô de Londres de 2005, foi lançado o livro “A pobreza do multiculturalismo”. Neste relatório, a securitização a respeito da “ameaça externa”, representada pela imigração, é ainda mais presente. A obra critica o relativismo cultural e o multiculturalismo levados a cabo pela UE. Segundo o autor, a promoção de culturas hostis ao ideário ocidental (como o islamismo) desrespeita os valores britânicos e isto gera nos cidadãos nacionais um desencanto pela própria cultura. Assim, para a Civitas, a promoção da multiculturalidade estaria sendo forçada pelo Estado para atender demandas da UE, e este tipo de política poderia levar a divisões amargas na sociedade e, até mesmo, produzir facções hostis na comunidade britânica (WEST, 2005).

Em 2007, a Civitas publicou o livro “Uma nação de imigrantes?”, assinado por David Conway. A ideia principal do estudo se referia aos níveis de imigração recordes registrados naquele ano, alegando que isto ameaçava diretamente a reprodução da cultura política britânica. Esta concepção se imputa à descoberta de que os quatro homens responsáveis pelos atentados terroristas no metrô de Londres em 2005 eram a segunda geração de muçulmanos que nasceram e cresceram no Reino Unido, e que eles adquiriram os vínculos com a Al-Qaeda em solo britânico. Neste sentido, o estudo sugere que os incentivos à imigração em massa podem resultar na desintegração dos laços que mantêm a coesão entre os grupos sociais que constituem a nação (CONWAY, 2007).

Por fim, destaca-se a publicação divulgada durante o processo de formação da campanha “*Vote Leave*”. O livro “Os Custos e Benefícios da Imigração em Grande Escala: Explorando as consequências econômicas e demográficas para o Reino Unido”, publicado em dezembro de 2015. O estudo ressalta que os ganhos obtidos com a imigração para o país são relativamente pequenos se comparados aos ganhos gerados a partir do capital consumidor interno do país. Neste sentido, os impactos demográficos e sociais gerados pela imigração são muito altos - se continuarem nos níveis atuais, irão indubitavelmente apresentar consequências sérias para a infraestrutura interna e o meio ambiente (ROWTHORN, 2015).

A partir da análise dos relatórios da Civitas, depreende-se que a TT possui uma visão negativa quanto à imigração. A argumentação geral presente nos relatórios conclui que os ganhos econômicos provindos da imigração não são relevantes o suficiente para encorajar o Reino Unido a adotar políticas migratórias mais abertas. Por outro lado, observa-se a constante percepção da imigração como uma ameaça ao corolário político e social do país. Dessa maneira, é notável na construção ideacional o elemento migratório como um ente exógeno avesso ao desenvolvimento do país e à reprodução dos costumes e culturas britânicas. Configura-se assim a utilização constante da problemática migratória como um processo de securitização na produção da agenda da Civitas.

Ainda que o tratamento dado à imigração pela Civitas corrobore os argumentos utilizados na campanha “*Vote Leave*”, a TT não se posicionou explicitamente a favor ou contra o Brexit (possuir uma aparência imparcial é importante no universo das TT, mesmo que isso não seja observado na prática das mesmas), mas auxiliou na produção de consensos. No entanto, o esforço ideacional produzido por ela não poderia ser aplicado *ad hoc* a uma entidade supranacional como a UE, principalmente no que se refere ao controle da imigração, ou seja - manter-se no bloco europeu comprometeria a capacidade da Civitas em influir na tomada de decisão no Reino Unido. Por isso, a decisão de influenciar o debate a favor do Brexit.

## 6. Considerações Finais:

Conforme observado nesta pesquisa, a imigração na Europa se acentuou consideravelmente nas últimas décadas. Esta trajetória, associada ao advento do terrorismo de caráter internacional, à crise dos refugiados e à expansão da UE, realçou as contradições sociais no Reino Unido. Esta nova realidade foi aparelhada pela Civitas com um discurso de securitização da imigração, a partir da percepção de que a questão migratória era uma ameaça aos valores culturais, políticos e sociais da Grã-Bretanha.

Paradoxalmente, o preceito basilar de blocos regionais como a UE é a integração regional e a livre circulação de pessoas. Não à toa, um dos elementos mais importantes para o processo de integração da UE e do continente europeu como um todo tenha sido a assinatura do Acordo de Schengen em 1985. Inicialmente esse acordo determinou a extinção do controle sobre a circulação de pessoas nas fronteiras internas entre Alemanha (Occidental), Bélgica, Holanda, França e Luxemburgo. Os procedimentos para a efetivação desse acordo foram realizados em uma convenção em 1990 e o tratado entrou em vigor no ano de 1995. Contudo, atualmente o acordo se estendeu à maioria dos países membros do bloco regional e também a países que não fazem parte da UE, como Noruega, Islândia e Suíça.<sup>16</sup> Uma das dificuldades na efetivação do acordo foram as preocupações existentes com a segurança com relação aos fluxos migratórios exteriores à zona incluída no tratado, tanto que o Acordo de Schengen só passou a vigorar de fato após “a adoção de regras comuns e de cooperação intergovernamental para garantir os controles nas fronteiras externas do espaço” (VELASCO, 2014, p. 74). Assim, percebe-se que já na década de 1990 a Europa buscava formas de aprofundar a integração interna do continente, sem comprometer as fronteiras externas da região. Desse modo, a permissão para a livre circulação no Espaço de Schengen demandou medidas compensatórias voltadas para a segurança interna – para que as pessoas ‘não autorizadas’ permanecessem fora das fronteiras europeias. No entanto, esse tipo de acordo demonstra os esforços dos países europeus em estabelecerem um espaço integrado e alinhado quanto a políticas sensíveis na Europa. Assim, pode-se apreender que em organizações supranacionais como a UE, os Estados cedem parte de sua soberania em prol da comunidade de nações que a compõe, objetiva-se que gradualmente as fronteiras intra-bloco sejam cada vez mais porosas e fluidas. Estas condições reúnem, em grande parte, a *raison d'être* da UE, o que acaba por incentivar os movimentos migratórios. Ou seja, adotar um discurso anti-imigração é, em alguma medida, comprometer os próprios preceitos de desenvolvimento e expansão da UE.

Desse modo, a presente pesquisa teve por objetivo investigar os vínculos existentes entre a *Think Tank* Civitas e os defensores da saída do Reino Unido da União Europeia. Assim, observou-se a construção de uma base argumentativa feita pela Civitas e reproduzida pela campanha “*Vote Leave*” no sentido de gerar um consenso na sociedade britânica, que votar em favor da saída do Reino Unido da UE era a melhor resposta para solucionar os problemas ligados à imigração e ao terrorismo.

Ainda que seja prematuro prever os rumos políticos do Reino Unido fora da UE, pode-se dizer que esta nova realidade descortina um novo horizonte de atuação para as *Think Tanks* neste curso. Conforme mencionado, a Civitas é uma TT voltada para influir no molde das políticas internas e, sendo o Brexit um processo entendido como a renúncia de um projeto supranacional e o desígnio britânico em assumir uma postura mais isolacionista (KLAAS; DIRSUS, 2016), pode-se dizer que a Civitas interveio a favor da campanha “*Vote Leave*”, no intuito de adquirir mais projeção dentro do Reino Unido, sem ter que atrelar-se aos imperativos externos no âmbito da UE.

16 Atualmente os países signatários do Acordo de Schengen são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Suécia, Suíça.



Um ano após o referendo que definiu o Brexit, a conduta da Civitas permanece inalterada no sentido de assegurar que o resultado da consulta popular seja cumprido. Em seus últimos relatórios, destaca-se a produção do livro “É bastante bom se afastar”, no qual o Professor Michael Burrage argumenta que os benefícios da adesão ao mercado único europeu foram ilusórios, enquanto seus custos são reais, onerosos e inaceitáveis para a maioria dos britânicos (BURRAGE, 2016).

No tocante à imigração, a Civitas lançou o relatório “A política fantasiosa: a política de imigração no Reino Unido após Brexit”, assegurando a hipótese que a grande maioria dos britânicos votou em deixar a UE, com a intenção de que a imigração diminua em seu país e que, portanto, após o Brexit, deveria-se adotar políticas efetivas que materializassem este desejo da sociedade britânica (PALMER; WOOD, 2017).

De acordo com o exposto, nota-se a disposição da Civitas em engendrar sua participação na constituição das novas “regras do jogo” no cenário do Reino Unido fora da UE. Assim, pode-se concluir que a produção ideacional registrada anteriormente pela TT deve ser levada em consideração na nova política doméstica pós Brexit. No que tange à agenda migratória, a Civitas poderá ter uma participação mais ativa na elaboração da nova política migratória do Reino Unido.

## Referências Bibliográficas

- ABELSON, Donald. *A capitol idea: think tanks and US foreign policy*. Toronto: McGill-Queen's University Press, 2006.
- BURRAGE, Michael. *Economical With The Truth: A review of 'HM Treasury analysis: the long-term economic impact of EU membership and the alternatives'*. London: Civitas Press, 2016. 38 p. Disponível em: <<http://www.civitas.org.uk/content/files/economicalwiththetruth.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2017.
- BURRAGE, Michael. *It's Quite OK to Walk Away: A review of the UK's Brexit options with the help of seven international databases*. London: Civitas Press, 2017. 178 p. Disponível em: <<http://www.civitas.org.uk/content/files/itsquiteoktowalkaway.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- BUSINESS FOR BRITAIN. *Change, or go*. London: 2016. Disponível em: <<http://brexitcentral.com/wp-content/uploads/2016/11/ChangeorGo.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2017.
- BUZAN, Barry. *People, State, and Fear: An Agenda for International Security Studies in the post Cold War*. Wheatsheaf Books LTD: Brighton, Sussex, 1983.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A evolução dos estudos de segurança internacional*. São Paulo: Ed. Unesp. 2012.
- CHOTE, Robert. *Thatcher fallout buffets IEA*, The Independent, 16 September 1991; p. 21
- CIVITAS - The Institute for the Study of Civil Society, *About Us*. Disponível em: <<http://www.civitas.org.uk/about-us/>> Acesso em: 03 jul. 2017
- CIVITAS LIMITED - INSTITUTE FOR THE STUDY OF CIVIL SOCIETY (United Kingdom). *Report and Financial Statement for the year ended*. London, 2016. 22 p.
- CONSEJO EUROPEO (1999): *Conclusiones de la Presidencia*. Consejo Europeo de Tampere, 15 y 16 de octubre de 1999.
- CONWAY, David. *A Nation of Immigrants?: A Brief Demographic History of Britain*. London: Civitas Press, 2007. Disponível em: <<http://www.civitas.org.uk/content/files/ANationOfImmigrants2007.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

- COX, Caroline; MARKS, John. *The West, Islam and Islamism: Is ideological islam compatible with liberal democracy?*. London: Civitas Press, 2003. 253 p.
- EUR-Lex: Access to European Union law. *Programa de Haia: 10 prioridades para os próximos cinco anos*. 2009. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3A116002>> Acesso em: 14 jun. 2017.
- FERREIRA, Susana Raquel de Souza. *A Política de Imigração Europeia: Instrumento de luta anti-terrorista?* (102 p.) Dissertação. Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, 2010. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.
- FIORI, José Luís. Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. Rio de Janeiro, *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, 1997 p. 129-147.
- HELM, Toby; HOPE, Christopher. *The top twelve think tanks in Britain*. 2008. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/politics/1576447/The-top-twelve-think-tanks-in-Britain.html>>. Acesso em: 06 jul. 2017.
- IEA, Institute of Economic Affairs, *About Us*. Disponível em: <<https://iea.org.uk/about-us>> Acesso em: 03 jul. 2017
- KLAAS, Brian; DIRSUS, Marcel. *The isolationist catastrophe of 'Brexit'*. 2016. Disponível em: <<http://www.latimes.com/opinion/op-ed/la-oe-klaas-dirsus-leave-victory-in-britain-20160623-snap-story.html>>. Acesso em: 08 jul. 2017.
- KUENSSBERG, Laura. *EU referendum: New 'exit' group launches its campaign*. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-politics-34482936>>. Acesso em: 13 jun. 2017.
- MCGANN, James G., "2015 Global Go To Think Tank Index Report" TTCSP, *Global Go To Think Tank Index Reports*. Paper 10. 2016 Disponível em: <[http://repository.upenn.edu/think\\_tanks/10](http://repository.upenn.edu/think_tanks/10)> Acesso em: 06 jul. 2017
- MONTGOMERIE, Tim; ELLIOTT, Matthew. *The growth of Britain's conservative movement*. 2008. Disponível em: <<http://conservativehome.blogs.com/centreright/2009/03/the-growth-of-b.html>>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- ONU-BR. *Cinco anos de conflito na Síria: crise de refugiados e deslocados clama por solidariedade*. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cinco-anos-de-conflito-na-siria-crise-de-refugiados-e-deslocados-clama-por-solidariedade/>> Acesso em: 15 jun. 2017.
- PALMER, Alasdair; WOOD, David. *The Politics of Fantasy: Immigration policy in the UK after Brexit*. London: Civitas Press, 2017. 90 p. Disponível em: <<http://www.civitas.org.uk/content/files/the-politics-offantasy.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2017.
- PARMAR, Inderjeet. Institutes of international affairs: their roles in foreign policy-making, opinion mobilization and unofficial diplomacy. In STONE, Daiane and DENHAM, Andrew (eds.). *Think tank traditions: policy research and the politics of ideas*. Manchester: Manchester university Press, 2004.
- ROWTHORN, Robert. *Large-scale Immigration: Its economic and demographic consequences for the UK*. London: Civitas Press, 2015. 108 p. Disponível em: <<http://www.civitas.org.uk/pdf/LargescaleImmigration.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Os think tanks dos EUA e as visões sobre a atuação internacional do Brasil. *Relaciones internacionales*(La Plata). v.25, p.171 - 187, 2016.
- UNIÃO EUROPEIA. Versão consolidada do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia como alterado pelo: *Tratado de Lisboa*. Fevereiro. Lisboa. 2008. Disponível em: <http://especial.imgs.sapo.pt/multimedia/pdf/TratadoLisboa.pdf>. Acessado em: 09/07/2018.
- VELASCO, Suzana de Souza Lima. A securitização da imigração na União Europeia: legislação e práticas

- de regulação do excesso de mobilidade. In: *Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexos entre securitização, cidadania e identidade transnacional* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 65-107. ISBN. Available from SciELO Books
- VELASCO, Suzana de Souza Lima; AGUIAR, Carolina Moulin (Orientadora). *A imigração na União Europeia: Uma leitura crítica a partir do nexos entre securitização, cidadania e identidade transnacional* (141 p.). Rio de Janeiro,. 2011. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- WAEVER, O. Securitization and De-Securitization. In: Lipschutz, R.D. ed. On Waever, O. et al. (1993) *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*. New York, St. Martin's Press. 1995.
- WAEVER, Ole; BUZAN, Barry; WILDER, Jaap. *Security: A New Framework for Analysis*. London, Lynne Rienner Publishers, 1998.
- WEST, Patrick. *The Poverty of Multiculturalism*. London: Civitas Press, 2005. 96 p.
- WHO FUNDS YOU? (London). *Civitas*. 2017. Disponível em: <<http://whofundyou.org/org/civitas>>. Acesso em: 06 jul. 2017.
- WRIGHT, Oliver. *EU referendum: Think-tanks conducting 'independent' research to support Brexit have close links to Vote Leave*. 2016. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/eu-referendum-think-tanks-carrying-out-independent-research-to-support-brexit-have-close-links-to-a6866011.html>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

# A ascensão e a bifurcação do “resto”: Uma análise sob a perspectiva da complexidade econômica

The rise and the bifurcation of “the rest”: An  
analysis based on the economic complexity  
perspective

**PEDRO LANGE NETTO MACHADO** | pedrolangenm@gmail.com  
Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa  
Catarina (UFSC) e bolsista CAPES.

**Recebimento do artigo** Abril de 2018 | **Aceite** Julho de 2018

**Resumo** Na segunda metade do século XX, um grupo de países apresentou um processo de rápido desenvolvimento industrial no qual se verificou uma série de pontos em comum. O “resto”, conforme analisado por Amsden (2009), obteve esse resultado a partir do estabelecimento de instituições desenvolvimentistas baseadas na ação do Estado, que fomentaram sua atividade manufatureira interna de diversas maneiras. Não obstante, ainda que tal processo tenha inicialmente ocorrido de forma similar, observa-se, a partir de determinado momento, uma bifurcação no trajeto e destino deste grupo. Diante desse panorama, este artigo visa a examinar tais eventos à luz da perspectiva da complexidade econômica, trabalhando com a hipótese de que a ascensão e a bifurcação do “resto” é também a ascensão e bifurcação do nível de complexidade de suas economias. A metodologia adotada se pauta, assim, na imersão da experiência histórica desse grupo de países na lógica proposta pela ferramenta da complexidade econômica. **Palavras-Chave** Desenvolvimento; Industrialização; Complexidade Econômica.

**Abstract** In the second half of the twentieth century, a group of countries presented a process of rapid industrial development in which a number of points were shared. The “rest”, as analyzed by Amsden (2009), obtained this result from the establishment of state-based developmental institutions that fostered their domestic manufacturing activity in a variety of ways. Nevertheless, even though this process initially occurred in a similar way, a bifurcation is observed, in a specific moment, in the trajectory and in the destiny of this group. Given this scenario, this article aims to examine such events in light of the perspective of economic complexity, working with the hypothesis that the rise and bifurcation of the “rest” is also the rise and bifurcation of the level of complexity of their economies. The adopted methodology is based, therefore, on the immersion of the historical experience of this group of countries in the logic proposed by the tool of economic complexity. **Keywords** Development; Industrialization; Economic Complexity.

## Introdução

Em sua obra “A ascensão do ‘resto’: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia”, Amsden (2009) apresenta a trajetória de desenvolvimento industrial de um grupo de retardatários neste aspecto, que passariam a constituir um desafio às economias já industrializadas. Países asiáticos e latino-americanos – mais especificamente China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Malásia, Tailândia, Taiwan, Argentina, Brasil, México e Chile – lograram desenvolver, em maior ou menor escala, um mesmo conjunto de instituições desenvolvimentistas que os levaram a um processo de industrialização até então sem precedentes, dado o espaço de tempo em que ocorreu, na segunda metade do século XX. Este processo apresentava uma série de características em comum até que um novo contexto, pautado na ideologia neoliberal do Consenso de Washington, se configurou de maneira hostil ao Estado desenvolvimentista que se havia disseminado no “resto”. Isso fez com que este grupo se dividisse em dois, em conformidade com um maior ou menor nível de adesão à abertura econômica então propagada, o que logo passaria a incidir de maneira decisiva no sucesso de suas estratégias de desenvolvimento. Assim, Amsden (2009) identifica uma bifurcação que, ao final do século XX, permitiria considerar um subgrupo como integracionista em relação às novas regras da governança global, ao passo que o outro se caracterizaria por uma postura mais independente.

A perspectiva de desenvolvimento proposta por Amsden (2009) considera que o processo de industrialização é imprescindível à formação de ativos baseados no conhecimento, que é o que proporcionaria uma maior geração de riqueza para o país. Trata-se de uma lógica que se coaduna com a perspectiva da complexidade econômica, segundo a qual a sofisticação do tecido produtivo de uma economia é ponto *sine qua non* para que esta atinja níveis mais altos de complexidade (HAUSMANN; HIDALGO et al. 2014). Partindo desse princípio, tende-se a associar países desenvolvidos a indústrias mais sofisticadas, ao passo que economias periféricas despontariam como produtoras de bens menos complexos, como *commodities* por exemplo (GALA, 2017).

Diante deste panorama, este artigo trabalha com a hipótese de que a trajetória de ascensão e bifurcação do “resto”, relatada por Amsden (2009), é também uma trajetória de ascensão e bifurcação da complexidade econômica deste grupo de países. Nesse sentido, a primeira seção deste trabalho visa a apresentar o conceito de complexidade econômica e discutir os principais aspectos a ele relacionados. Na seção seguinte, propõe-se a explorar a obra de Amsden (2009), de modo a destacar os principais pontos da linha de raciocínio desta autora ao analisar o percurso do “resto”. Dessa maneira, torna-se possível, na terceira seção, inserir essa experiência histórica na perspectiva da complexidade econômica, o que viabilizará a a verificação da hipótese apresentada.

## 1. Complexidade Econômica

Ao longo da história, diferentes correntes de economistas propuseram métodos variados para se atingir o desenvolvimento econômico. Segundo uma perspectiva estruturalista, este seria a consequência da sofisticação do tecido produtivo de uma economia, na qual a industrialização desempenharia um papel essencial. A lógica subjacente é a de que diferentes atividades produtivas possuem distintas capacidades de gerar crescimento e desenvolvimento, o que permite associar países mais desenvolvidos à produção de bens mais sofisticados. Não obstante, a falta de evidências empíricas, respaldadas por dados objetivos, refletia historicamente a dificuldade de comprovação da proposta dos estruturalistas. Nesse contexto, o índice de complexidade econômica (ICE) ascende como uma ferramenta

de grande funcionalidade para a sustentação dessas teorias, servindo ao aprofundamento de questões concernentes ao histórico debate sobre a riqueza e pobreza das nações (GALA, 2017).

A ideia de complexidade econômica está relacionada à pauta produtiva de um país e ao tipo de conhecimento que ele domina. Uma vez que um alto nível de complexidade está associado à uma estrutura produtiva sofisticada, torna-se necessário dispor de conhecimentos específicos que viabilizem a produção desses bens. Na ausência deste tipo de conhecimento produtivo, um país estaria fadado a produzir itens poucos complexos, o que impactaria decisivamente em sua trajetória de desenvolvimento. Dado que se tratam de conhecimentos raros e de difícil manejo, a primeira situação tende a se verificar com maior frequência (HAUSMANN; HIDALGO et al., 2014).

Amsden (2009) se coaduna com esta ideia a partir do momento em que considera o desenvolvimento como “um processo em que se passa de um conjunto de ativos baseados em produtos primários, explorados por mão-de-obra não especializada, para um conjunto de ativos baseado no conhecimento, explorados por mão-de-obra especializada” (AMSDEN, 2009, p.29). Este tipo de ativo abrangeria uma série de habilidades, tanto administrativas quanto tecnológicas, que, sendo de difícil acesso, permitem a seu detentor elevar o preço de seu produto e diminuir seus custos de produção. Conforme esta mesma autora, o conhecimento envolve uma conjunção de fatores que interagem de modo intangível, o que o torna, em última instância, quase exclusivo e de difícil transmissão. Naturalmente, o *locus* em que esses ativos são cultivados e usados mais intensivamente é o setor manufatureiro, o que permite inferir que a transição de uma produção primária para a produção industrial será mais rápida à medida em que mais ativos baseados no conhecimento estejam disponíveis – o que, posteriormente, geraria ainda a ascensão de serviços sofisticados (AMSDEN, 2009).

A partir dessa lógica, o conhecimento que permeia uma sociedade opera de duas maneiras ao fundamentar os dois pilares de sustentação do conceito de complexidade econômica: a diversidade e a não ubiquidade. Em linhas gerais, quanto maior a gama de conhecimento produtivo existente, maior a diversidade de bens que serão produzidos por um país. Apenas uma produção diversificada, no entanto, não bastaria para auferir a uma economia um alto índice de complexidade, uma vez que tal situação poderia se verificar mediante a produção de uma variedade de bens de baixa sofisticação, como produtos agrícolas. Como não demandam níveis elevados de conhecimento para serem produzidos, bens primários podem ser gerados por países diversos, constituindo-se, por conseguinte, em produtos ubíquos. Nesse sentido, torna-se necessária, para se atingir uma alta complexidade econômica, a produção de bens sofisticados, que exijam, para serem feitos, conhecimentos mais restritos e, logicamente, de difícil acesso. Em outras palavras, além da produção de itens diversos, uma economia complexa necessita também produzir bens não-ubíquos (HAUSMANN; HIDALGO et al., 2014).

Diversidade e não ubiquidade devem, portanto, atuar simultaneamente para que uma economia apresente um elevado grau de complexidade. Conforme já sugerido, uma pauta produtiva apenas diversificada não garante que economia seja muito complexa, assim como este aspecto tampouco se verificaria em uma estrutura de produção que gera pouca variedade de bens, ainda que intensivos em conhecimento. Por conseguinte, esses dois atributos, por assim dizer, se regulam mutuamente, corrigindo eventuais distorções geradas por apenas um deles na configuração da complexidade. De forma resumida, é o encadeamento destas correções que, em última instância e a partir de cálculos de álgebra linear,<sup>1</sup> possibilita a elaboração de uma medida numérica que confere ao ICE seu caráter quantitativo. Dessa forma, torna-se possível medir o desenvolvimento de cada país a partir de seu ICE, o que viabiliza o estabelecimento de comparações e classificações respaldadas por valores numéricos (HAUSMANN; HIDALGO et al., 2014).

---

1 Estes cálculos estão apresentados de forma detalhada em Hausmann, Hidalgo et al. (2014, p.24).

A origem das informações que levam a este índice são os enormes bancos de dados de comércio internacional aos quais hoje se tem acesso, que permitem o cruzamento de informações acerca da relação entre países e associá-los de forma padronizada aos bens que produzem. O raciocínio subjacente é o de que países exportam os bens em cuja produção são eficientes e bem sucedidos, de modo que, a partir da suas exportações, infere-se sobre suas estruturas produtivas (HAUSMANN, HIDALGO et al., 2014). Diante dessa lógica, tanto o Atlas de Complexidade Econômica (2014) quanto o Observatório de Complexidade Econômica<sup>2</sup> compilam dados que se traduzem em informações acerca da complexidade da economia de 128 países, contemplando desde a década de 1960 até o ano de 2015. Tais informações são apresentadas em formatos diversos, dentre as quais se destacam uma variedade de representações gráficas, com grande número de finalidades e funcionalidades relativas ao comércio exterior e relações comerciais dos países contemplados pela base de dados.

Tendo em vista os propósitos deste artigo, a representação da complexidade econômica que se torna mais conveniente explorar é a do espaço produtivo, que será melhor explorado ao longo deste artigo. Trata-se de uma configuração de todas as exportações mundiais ou de um país específico em um determinado período de tempo, mas segundo a perspectiva das conexões que os produtos apresentam entre si. A ideia da conectividade, por sua vez, segue a lógica de que alguns bens demandam tipos similares de conhecimento para serem produzidos. Desse modo, pode-se vislumbrar a propensão que um país tem a produzir determinado bem apenas observando o que ele já produz – ou seja, mediante a visualização de seu espaço produtivo (HAUSMANN; HIDALGO et al., 2014). Por exemplo, um país que hoje produz tecido tem uma probabilidade maior de, em um futuro próximo, começar a produzir camisas, que demanda um tipo de conhecimento similar e complementar ao da produção de tecido. Em contrapartida, a produção de tecido não apontaria qualquer tendência para a futura produção de medicamentos, que possui uma base de conhecimento distinta.

Entretanto, Hausmann, Hidalgo et al. (2014), ainda que estejam diretamente envolvidos com o desenvolvimento do ICE, não se comprometem com uma receita que possa levar um país a expandir seu tecido produtivo de modo a ganhar complexidade econômica. Não obstante, é precisamente quanto a este tema que a trajetória do “resto” se torna esclarecedora, a partir da análise proposta por Amsden (2009) acerca do processo de industrialização deste grupo de países. Tal é o assunto da próxima seção deste artigo, que apresentará as principais ideias da obra desta autora.

## 2. A trajetória do “Resto”

Para Alice Amsden (2009), a ascensão do “resto” foi uma das mudanças fenomenais da segunda metade do século XX. Conforme já sinalizado na introdução deste artigo, o “resto” compreende um grupo de países retardatários da Ásia e da América Latina – China, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, Tailândia, Argentina, Brasil, Chile e México – que logrou se industrializar mediante uma série de iniciativas peculiares e condições específicas. Assim, se em 1965 estes países respondiam por menos de 5% da produção manufatureira mundial, em 1995 esse volume já atingiria cerca de 20%, refletindo uma expansão de produção manufatureira sem precedentes e em forte contraste com o lento crescimento apresentado até o período pós-guerra (AMSDEN, 2009). Conforme esta autora, a maneira como esse processo se viabilizou e as diferentes trajetórias que permitiram a alguns países chegar mais longe do que outros constituem o tema das principais discussões em sua obra – que é a base da discussão que se segue nesta seção.

---

<sup>2</sup> Acessível em: < <http://atlas.media.mit.edu/> > (acessado em 24 de julho de 2017). Ressalta-se que o Observatório de Complexidade Econômica encontra-se em constante atualização de sua base de dados, assim como, à época da elaboração deste trabalho, com algumas de suas funções ainda não disponíveis.

Diferentemente dos países do Atlântico Norte e do Japão, a experiência do “resto” no período anterior à Segunda Guerra Mundial não incluiu o desenvolvimento de ativos baseados no conhecimento, que era o que permitiria uma futura expansão industrial de maneira espontânea. Desse modo, ainda que a participação destes países no comércio internacional viesse aumentando progressivamente, na primeira metade do século XX, o que se verificava no imediato pós-guerra era uma América Latina ainda produtora de matérias primas e uma inclusão apenas periférica dos países asiáticos, ainda em processo de descolonização, na atividade manufatureira. Não obstante, é justamente neste período que se origina uma das características definidoras do “resto”: a existência de uma experiência manufatureira na primeira metade do século. Por sinal, tal condição seria ainda o que diferencia este grupo dos demais países que também ainda não haviam alcançado o desenvolvimento industrial – aos quais Amsden (2009) se refere como “resquício”.

Evidentemente, o tipo de experiência manufatureira não foi uniforme em todos os países do “resto”. Os do leste asiático, por exemplo, estiveram envolvidos, em seu período colonial, no intercâmbio de manufaturas com o Japão, ao passo que a experiência manufatureira dos latino-americanos emigrava dos Estados Unidos, nos moldes de uma divisão colonial do trabalho. Entretanto, é este elemento em comum que, mediante seus respectivos filtros históricos, condicionaria a formação de um aparato institucional que seria o catalisador do processo de industrialização que se verificaria na segunda metade do século XX. Desprovido de ativos próprios baseados em conhecimento e sem soluções endógenas que pudessem desencadear este processo, o “resto” precisou compensar este déficit em habilidades com um modelo até então original e heterodoxo. É neste contexto que se constitui o Estado desenvolvimentista.

A base institucional do Estado desenvolvimentista que proliferou no “resto” se pautava em um mecanismo de controle inovador que, por sua vez, era definido pelo princípio da reciprocidade. Em linhas gerais, tal mecanismo consistia na provisão, pelo Estado desenvolvimentista, de subsídios que fomentavam a lucratividade das manufaturas. Em contrapartida, as empresas receptoras desses investimentos deveriam se comprometer com uma série de padrões de desempenho que eram monitorados a partir de seus resultados. Nesse sentido, a lógica desse mecanismo de controle encontrava respaldo nos quatro elementos – discutidos mais profundamente nos parágrafos seguintes – por meio dos quais o Estado desenvolvimentista se operacionalizava, a saber: as empresas de propriedade estatal, os bancos de desenvolvimento, a exclusão seletiva e a administração de conteúdo local.

No período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, o investimento estrangeiro nos países do “resto” foi de ainda menor volume do que anteriormente. Assim, na ausência de um Plano Marshall ou Plano Colombo que impulsionasse o dinamismo econômico interno, foi preciso que o setor público assumisse a função de principal ator na formação de capital. Essa ação se deu majoritariamente por duas frentes. A primeira delas envolveu a criação de empresas de propriedade estatal, que viriam a adquirir ou simplesmente marginalizar as poucas empresas estrangeiras que, grosso modo, até então representavam o setor industrial nesses países. Assim, ainda que diferissem em termos de porte, participação no mercado ou competência central, as empresas estatais, conforme destacado por Amsden (2009), despontaram como uma das principais expressões do Estado desenvolvimentista nesse grupo. Mais do que isso, essas empresas viriam a receber fortes subsídios e proteção, de modo que frequentemente se tornaram líderes nacionais, sobretudo em setores como o siderúrgico ou o petroquímico. Desse modo, a autora observa que, se historicamente o nacionalismo do Atlântico Norte se expressara pelo mercantilismo e pela autarquia, o nacionalismo do “resto” passou a ganhar forma através de seus campeões nacionais, que constituíam o *locus* formador de seus ativos baseados no conhecimento.

Nesse contexto, a segunda frente de atuação do Estado desenvolvimentista revelada por Amsden (2009) era o instrumento através do qual este promovia seus investimentos nessas empresas: o banco de desenvolvimento. Em todos os países do “resto”, os bancos de desenvolvimento constituíram um dos pilares do projeto de industrialização que ia se implementando e tiveram papel imprescindível no pro-



cesso de substituição de importações que se deflagrou. No Brasil, por exemplo, conforme observado pela autora, não houve, em um espaço de quatro décadas, sequer uma iniciativa do capital privado que se concretizasse sem o apoio de seu Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). É diante deste panorama que esse grupo de países, a partir dos investimentos de seus bancos, vê o florescimento de praticamente as mesmas indústrias básicas, selecionadas pelo setor público para receber a maior parte do crédito. A razão para tal similaridade na escolha dos setores beneficiados, por sua vez, encontra explicação, conforme a autora, em uma das vantagens de se passar por um processo de industrialização tardia: os mapas históricos proporcionados pelos países já industrializados minimizam as incertezas do mercado ao apontar o caminho a ser seguido.

Amsden (2009) destaca que tal caminho, não obstante, teria que ser trilhado a partir das instituições sem precedentes e instrumentalizadas pelo Estado desenvolvimentista. Assim, se os bancos de desenvolvimento eram os meios pelo quais os investimentos estatais se materializavam, as diversas contrapartidas que condicionavam esses benefícios assumiam formas variadas. Sob a supervisão dos bancos de desenvolvimento, as empresas receptoras desse capital deveriam atender a padrões de desempenho de ordem técnica, política e comercial. Nesse sentido, os padrões de ordem técnica se predicavam na eficiência administrativa, ao passo que os padrões políticos e comerciais se interseccionavam e complementavam. Isso porque o objetivo de expansão das exportações era onipresente nas metas desenvolvimentistas do “resto”.

O resultado dessas políticas foi um rápido crescimento das exportações de todo o “resto”, que entre 1950 e 1995 esteve acima da média mundial. A essa altura, conforme já sinalizado pela autora, a intermediação tanto da formação de capital quanto da promoção das exportações ocorreu uniformemente pela via da substituição de importações. Foi este o mecanismo que promoveu a ascensão de um conjunto de indústrias de média tecnologia que se voltaram, cedo ou tarde, para o mercado externo. De fato, questões como o tamanho e densidade populacionais influenciariam o peso que as exportações apresentavam na estratégia de desenvolvimento nacional dos países do “resto”. Nesse sentido, Amsden (2009) demonstra que a relação entre exportações e tamanho populacional e entre exportações e densidade populacional eram, respectivamente, inversamente e diretamente proporcionais. A explicação de tal situação está relacionada à importância do mercado interno de alguns países, como o Brasil, no início do processo de industrialização, ao passo que outros, como a Coreia do Sul, teriam já desde o começo a promoção das exportações como estratégia de desenvolvimento a longo prazo. Não obstante esta defasagem temporal, a promoção das exportações desponta como um dos pontos fundamentais e de maior sucesso na ascensão do “resto”.

A partir do panorama apresentado, que destacou uma série de pontos em comum na trajetória desses países, pode-se começar a identificar alguns pontos divergentes, destacados pela autora, que posteriormente os fariam se bifurcar em dois grupos com futuros distintos. A primeira dessas diferenças se configuraria à medida em que o “resto” adentra o mercado de manufaturas. Conforme mencionado anteriormente, os mapas históricos proporcionados pelos países já industrializados constituíam propostas a serem adotadas pelos retardatários. Nesse sentido, tornava-se possível identificar dois modelos que influenciaram a experiência desses países: o modelo americano, de maior incidência na América Latina, e o modelo japonês, adotado pelos países asiáticos. Este, que consistia em uma entrada precoce nos mercados de exportação, propunha uma concentração em poucos produtos com alta relação produção-exportação e se viabilizava por meio de tarifas baixas e de instituições que faziam das exportações o catalisador da formação de capital. Em contraste, o modelo dos Estados Unidos se caracterizava por uma entrada tardia no mercado de exportações, com uma forte proteção do mercado interno e uma vasta gama de produção de especializações de alta tecnologia. Trata-se, assim, de um modelo mais difícil de emular do que o japonês, sobretudo no que concerne ao último aspecto apresentado. Tal dificuldade, por sua vez, se somaria às diferentes opções que esses países fariam a partir da década de 1980.

Isso porque a partir deste período, com o advento da agenda do Consenso de Washington, as diferentes opções que esses dois grupos fariam começaria a se evidenciar. Conforme Amsden (2009), em um novo contexto, marcado pela difusão de ideias neoliberais, o “resto” se tornou inevitavelmente mais global, por meio de mecanismos como a formação de *joint ventures* ou de alianças com multinacionais. Ademais, com o fácil acesso ao capital estrangeiro, tanto ao longo da década de 1970 quanto na de 1990, as tendências expansionistas de suas políticas de desenvolvimento levaram a um superexpansionismo que, ao final e ao cabo, resultou em duas fortes crises, que incidiram em diferentes momentos e escalas nestes dois grupos: a crise da dívida da América Latina, na década de 1980, e a do leste asiático, em 1997. O resgate a esses países incluiu o descrédito do Estado desenvolvimentista, que passou a ser responsabilizado pelas distorções geradas no mercado e, conseqüentemente, pela crise. Não obstante, Amsden (2009) demonstra, por meio de dados empíricos,<sup>3</sup> que a alocação de recursos pelo Estado desenvolvimentista foi, em geral, eficiente, o que fez com muitas das empresas por ele financiadas fossem bem sucedidas frente à abertura econômica.

A maneira como o “resto” lidou com esse movimento de liberalização da economia internacional explicitou dois modelos distintos de desenvolvimento que seriam, a partir de então, adotados: o modelo da integração e o modelo da independência. Tratam-se, conforme destacado pela autora, de duas opções racionais e teoricamente respaldadas, mas que teriam diferentes implicações nas mudanças institucionais pelas quais esses países passavam no período. Nesse contexto, a adesão a uma ou a outra opção seria impactada também pelo uso do que Amsden (2009) denomina como mecanismos de resistência, que consistem, em linhas gerais, em instrumentos de resistência à abertura comercial que ainda se encontravam inseridos no arcabouço institucional de organizações como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nesse contexto, os países integracionistas se abriram ainda mais ao investimento estrangeiro, de modo a disciplinar sua atividade econômica em conformidade com as normas internacionais propagadas. No longo prazo, esta estratégia considerava que o investimento estrangeiro direto – por meio, por exemplo de fusões e aquisições de empresas nacionais ou de compra de licenças técnicas – proporcionaria o capital e a tecnologia inerentes ao desenvolvimento. Em outras palavras, a estratégia desses países passou a se pautar na compra de tecnologia estrangeira, com a adesão a um modelo de integração com empresas de outros países, que passavam a despontar como líderes em seu processo de industrialização. Conforme a autora, os países que se abriram ao investimento estrangeiro e que compõem o grupo dos integracionistas são Argentina, Brasil, Chile e México.

Entretanto, o que se passou a observar foi que o grupo que aderiu a esse modelo de grande participação estrangeira na economia teve dificuldades na formação de seus ativos baseados no conhecimento. Porém, uma outra tendência se verificava em Coreia, Taiwan, China e Índia, que aderiram ao modelo de independência. Esses países independentes fizeram amplo uso dos mecanismos de resistência para continuar a promoção interna de ciência e tecnologia (C&T), através da promoção de pesquisa e desenvolvimento (P&D), o que continuou a fortalecer suas empresas nacionais. Estas, por sua vez, desenvolveram uma relação de forte concorrência com empresas estrangeiras e, via de regra, mantiveram seus papéis de líderes nacionais. O modelo independente se pautava, assim, na decisão de produzir tecnologia, com uma estratégia de desenvolvimento voltada para a expansão da inovação, o que gerou um ciclo virtuoso de fortalecimento das firmas nacionais. Trata-se, por conseguinte, de um modelo de relativamente baixa participação estrangeira na economia, mas que obteve sucesso na formação de ativos baseados no conhecimento.

A bifurcação do “resto” ocorre, portanto, em torno de dois diferentes modelos que visavam ao ganho de habilidades competitivas e de capacidades industriais. Antes de 1980, este grupo de países

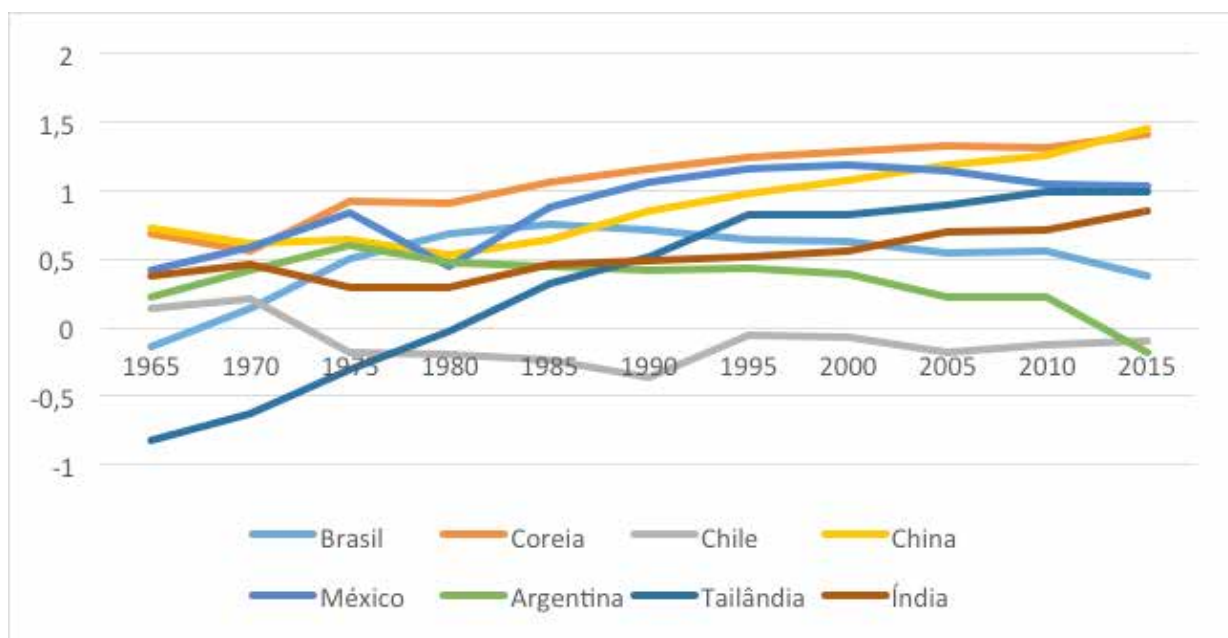
3 Disponíveis em Amsden (2009, p.448-458).

compartilhava, em geral, de um mesmo conjunto de instituições desenvolvimentistas, definidas, conforme Amsden (2009), por um mecanismo de controle recíproco, assim como dos mesmos requisitos que levaram ao desenvolvimento destes. Naquele contexto, as capacidades inicialmente requeridas para o desenvolvimento industrial eram simplesmente tomadas da tecnologia estrangeira. Não obstante, quando essa expansão passou a exigir uma tecnologia mais implícita e exclusiva, o que se deu em um ambiente hostil a políticas desenvolvimentistas, a opção pelos modelos integracionista e independente promoveu a divergência das estratégias adotadas. Os desdobramentos dessas estratégias, por sua vez, serão melhor analisados na próxima seção, à luz da perspectiva da complexidade econômica desses países.

### 3. A Complexidade Econômica do “Resto”

A ascensão do “resto” é, conforme apresentado, uma trajetória de desenvolvimento a partir da sofisticação do tecido produtivo destes países. Sob a direção do Estado desenvolvimentista, este grupo logrou diversificar sua pauta produtiva, a partir da incorporação de manufaturas e de bens industriais mais complexos em relação às *commodities* que outrora nela predominavam. Trata-se, por conseguinte, conforme definido na primeira seção deste artigo, de um processo de ganho de complexidade econômica. Em um primeiro momento, mediante o mesmo conjunto de instituições, esses países aumentaram a complexidade de suas economias de forma relativamente semelhante e ao longo do mesmo espaço de tempo. Não obstante, sua divisão entre países integracionistas e países independentes promoveu uma bifurcação que vem impactando decisivamente no nível de suas complexidades econômicas. Nesse sentido, a figura 3 e a tabela a seguir retratam a trajetória do “resto”<sup>4</sup> em função do ICE de cada país.

**Figura 1: Trajetória do ICE de alguns países do “resto” entre 1965 e 2015.**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Observatório de Complexidade Econômica (2017).

4 As informações relativas à complexidade econômica de Taiwan não são contempladas pelo Atlas ou pelo Observatório de Complexidade Econômica.

**Tabela: Classificação do “resto” por ICE em quatro períodos de tempo.**

1966-1970		1976-1980		1991-1995		2011-2015	
Classificação	País	Classificação	País	Classificação	País	Classificação	País
29	China	16	México	12	Coreia	3	China
30	México	21	Coreia	18	México	4	Coreia
31	Coreia	26	Brasil	25	China	19	México
35	Índia	30	China	27	Malásia	21	Tailândia
36	Argentina	34	Argentina	29	Tailândia	24	Malásia
44	Chile	40	Malásia	35	Brasil	28	Índia
48	Brasil	42	Índia	39	Índia	47	Brasil
60	Malásia	54	Tailândia	44	Argentina	64	Chile
63	Tailândia	64	Chile	66	Chile	66	Argentina
Var = 165.44		Var = 240.5		Var = 253.94		Var = 548	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Observatório de Complexidade Econômica (2017).

Conforme retratado na figura 3, trajetória de desenvolvimento do “resto”, em termos do ICE, não é uniforme e corresponde às distintas realidades de cada país. Apesar disso, pode-se perceber uma certa semelhança na tendência da evolução do ICE desses países até cerca de 1980, período que, conforme já discutido, desponta como emblemático para a bifurcação que estava por vir. As exceções em relação a essa tendência são Chile, que desde a década de 1970 já ingressara no processo de liberalização que só posteriormente afetaria os demais, e Tailândia, que nas primeiras décadas analisadas se encontrava em uma situação de doença holandesa,<sup>5</sup> da qual se recuperou progressivamente mediante a sofisticação de seu tecido produtivo (GALA, 2017).

A partir da década de 1980, contudo, já se percebe os efeitos das diferentes opções dos países do “resto” em relação ao processo, esclarecido por Amsden (2009), de fazer ou comprar tecnologia. É neste período que o ICE de Brasil e Argentina, por exemplo, consolidam uma tendência de declínio, ao passo que os de China e Coreia do Sul passam a ascender mais vigorosamente. No século XXI, a distinção entre integracionistas e independentes se tornaria ainda mais facilmente perceptível mediante a análise do gráfico: o primeiro grupo, que abre mão de formar seus ativos baseados em conhecimento para se integrar à economia global, apresenta uma complexidade decrescente, ao passo que o segundo ostenta uma tendência oposta.

Amsden (2009) destaca que o processo de industrialização tardia do “resto” deve ser compreendido como um crescimento da base institucional desenvolvimentista. Segundo esta autora, tanto os melhores quanto os piores casos podem ser entendidos a partir da dimensão de suas instituições. Tal raciocínio esclarece, por exemplo, as trajetórias do ICE argentino e indiano retratadas no gráfico: a Argentina, que, também de acordo com a autora, nunca chegou a desenvolver plenamente suas instituições desenvolvimentistas, possui hoje a menor complexidade econômica dentre esses países, enquanto a Índia, que tardou a desenvolvê-las, somente no século XXI apresentou um crescimento mais acentuado.

As informações reveladas pela figura 3 são complementadas pelos dados da tabela, que retrata a situação de cada país do “resto” em relação à sua posição na classificação por ICE no mundo, em quatro períodos de tempo distintos. Como se pode perceber, no período inicial, há uma menor dispersão da posição desses países em relação aos outros, com o “resto” ocupando posições, grosso modo, intermediárias – entre a colocação 29 e 66. Com o passar do tempo, porém, a discrepância interna ao grupo aumenta

5 O termo “doença holandesa” foi inventado pela revista *The Economist*, na década de 1970, em referência aos problemas enfrentados pelo setor manufatureiro da Holanda após a descoberta de um gigantesco campo de gás no país ao final da década de 1960 (GALA, 2017).

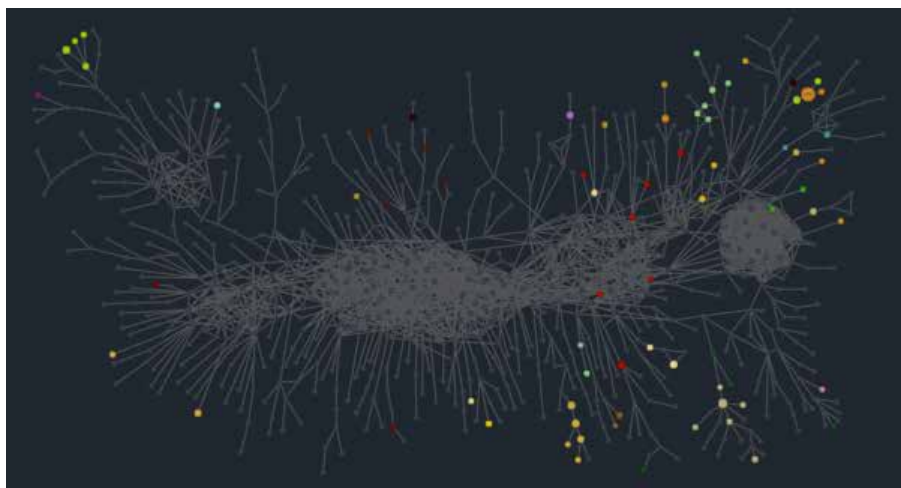
gradativamente, o que pode ser comprovado pela escalada da variância ao longo dos quatro períodos apresentados. Mais do que isso, o que se observa é uma progressiva polarização entre os países independentes e os integracionistas, com estes ocupando posições mais modestas na classificação, enquanto aqueles se aproximam cada vez mais do topo.

Atualmente, conforme demonstrado pela tabela, a China é o terceiro país de maior complexidade econômica no mundo, seguida de perto pela Coreia do Sul. À frente destes, estão somente Hong Kong, que constitui parte do Estado chinês, e o Japão, detentor do maior ICE mundial e que, conforme discutido na seção precedente, despontou como modelo de desenvolvimento seguido pelos países do leste asiático do “resto” – justamente os que vem apresentando ganhos mais acentuados de complexidade econômica após a bifurcação descrita por Amsden (2009) (Observatório de Complexidade Econômica, 2017). Nesse sentido, mais uma vez, portanto, o processo descrito por Amsden (2009) é respaldado pela perspectiva da complexidade econômica.

Um caso aparentemente contraditório, não obstante, é o do México. Ainda que esteja no grupo dos integracionistas, este país figura, tanto no gráfico quanto na tabela, entre os de maior sucesso em termos de complexidade econômica. Entretanto, isso ocorre porque se trata de um caso *sui generis*, uma vez que o aspecto de maquiagem, fortemente presente na economia mexicana, promove distorções que o ICE não consegue corrigir, constituindo-se em uma de suas fragilidades. Assim, o fato de a economia do México ter se especializado em montar produtos importados da Ásia e depois exportá-los aos Estados Unidos promove um efeito apenas ilusório de complexidade, já que o país não possui tantos ativos próprios baseados em conhecimento como se poderia depreender de seu ICE (GALA, 2017). Não obstante, conforme destacado por Gala (2017), o México provavelmente teria maior facilidade de desenvolver estes ativos do que os demais integracionistas, uma vez que já está em contato com o tipo de conhecimento exigido para isso.

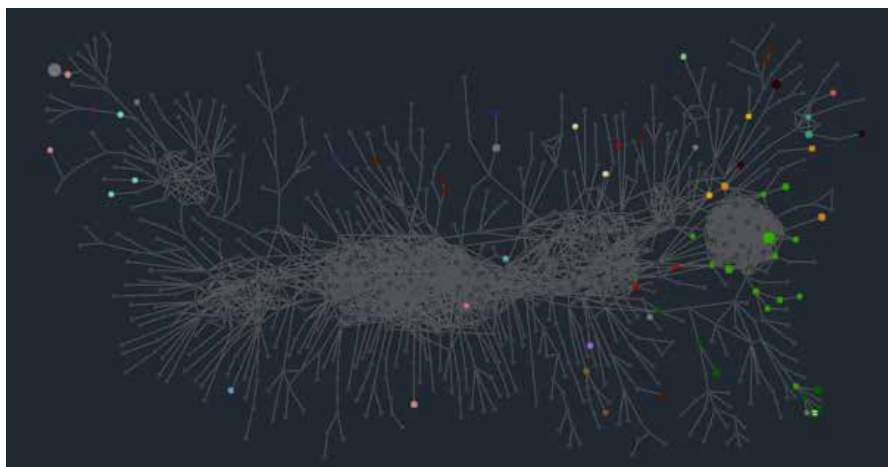
O vislumbre dessa hipótese, no caso mexicano, está diretamente relacionado à lógica do espaço produtivo, apresentada na primeira seção deste artigo. Conforme visto, trata-se de uma maneira de representação da complexidade econômica pautada no nível de conectividade entre o conhecimento necessário para se produzir determinados bens (HAUSMANN; HIDALGO et al., 2014). Assim, a título de exemplo, as figuras abaixo retratam o espaço produtivo de Brasil e Coreia do Sul – representantes de integracionistas e independentes, respectivamente – em dois períodos relevantes para a análise em questão: um anterior aos eventos que promoveram a bifurcação em suas trajetórias de desenvolvimento, o outro mais recente.

**Figura 2: Espaço produtivo do Brasil em 1970.**



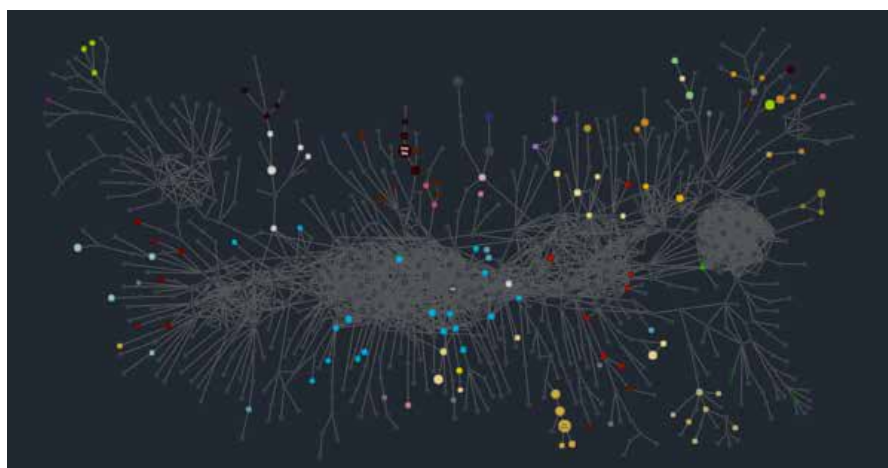
Fonte: Observatório de Complexidade Econômica (2017).

**Figura 3: Espaço produtivo da Coreia do Sul em 1970.**



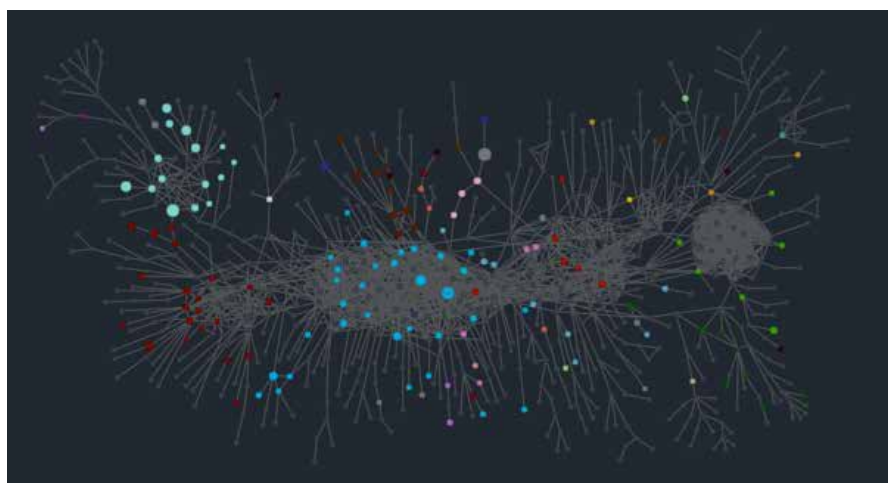
Fonte: Observatório de Complexidade Econômica (2017).

**Figura 4: Espaço produtivo do Brasil em 2013.**



Fonte: Observatório de Complexidade Econômica (2017).

**Figura 5: Espaço produtivo da Coreia do Sul em 2013.**



Fonte: Observatório de Complexidade Econômica (2017).

Como se pode observar nas figuras 4 e 5, em 1970, o espaço produtivo do Brasil e da Coreia do Sul apresentam muitas semelhanças. Neste período, em que, conforme apresentado por Amsden (2009), a máquina desenvolvimentista de ambos ainda se estabelecia, não havia muita penetração por nenhum desses dois países no espaço produtivo mundial, sobretudo em localizações mais centrais. Pelo contrário, seus espaços produtivos correspondem a regiões mais periféricas do espaço produtivo mundial, o que sugere uma pauta exportadora composta por produtos pouco sofisticados e, conseqüentemente, menos complexos. Tratar-se-ia, por conseguinte, de uma situação restritiva em termos de capacidade produtiva futura, já que, segundo a lógica do espaço produtivo, a produção de bens mais complexos demanda um conhecimento básico, que, via de regra, é proveniente de produtos similares já produzidos pelo país.

Não obstante, Amsden (2009), ao longo de sua obra, demonstra que a constituição desses ativos baseados no conhecimento pode ser atingida por meio da ação de instituições desenvolvimentistas. Isso permitiu ao “resto” ampliar sua base de produção manufatureira, ainda que de forma desigual. Essa desigualdade, acentuada pela bifurcação do “resto” entre integracionistas e independentes, gera a situação retratada pelas figuras 5 e 6. Em 2013, o espaço produtivo coreano, que optou pela via independentista, penetra regiões centrais do espaço produtivo mundial. Isso significa que a Coreia do Sul produz bens altamente complexos, que possuem um alto nível de conectividade, gerando assim um ciclo virtuoso de novas possibilidades de produção futuras, dado a ampla base de conhecimento exigida para a produção desses bens. Torna-se claro, então, a razão de possuir um dos maiores ICE do planeta. Em contrapartida, a maior parte do espaço produtivo brasileiro está localizada em regiões periféricas do espaço produtivo mundial, o que reflete um tecido produtivo composto por produtos pouco sofisticados. A baixa sofisticação desses bens os tornam relativamente ubíquos, o que resulta na modesta classificação que o Brasil, que optou pela via integracionista, apresentou neste ano de análise – 47 – além de restringir possíveis expansões futuras de seu tecido produtivo (Observatório de Complexidade Econômica, 2017).

Como já sugerido, o bom desempenho do ICE coreano é consequência de sua estratégia independente de desenvolvimento. Conforme Amsden (2009), na década de 1990, os gastos da Coreia do Sul com P&D eram os maiores do “resto”, comparáveis aos dos países do Atlântico Norte e aos do Japão. Com relação a este aspecto, os países que menos investiram foram a Argentina, o que justifica sua relativa baixa complexidade econômica, e o México, o que reforça a tese exposta por Gala (2017) do efeito de distorção das maquiladoras em seu ICE. Os gastos de P&D do Chile foram comparativamente maiores, mas se aplicam, em geral, à produtos primários (AMSDEN, 2009). Já o Brasil, após a abertura econômica que evidenciou sua opção pela via integracionista, passou por um processo de desindustrialização que, ao longo da primeira década do século XXI, pode já se caracterizar, como observado por Gala (2017), como uma doença holandesa. Isso ocorreu por causa da forte demanda chinesa por suas *commodities*, que fez com o país se especializasse nesse tipo de produção e gerou o fechamento de diversas empresas, ao mesmo tempo que o ICE da China permanecia em uma tendência ascendente, refletindo a sofisticação de seu tecido produtivo (GALA, 2017).

Diante do raciocínio desenvolvido nesta seção, a ascensão do “resto”, descrita por Amsden (2009), pode ser considerada a história da constituição de um tecido produtivo mais sofisticado por meio da ação de um aparato institucional desenvolvimentista. A partir desse processo, alguns países desse grupo alcançaram níveis de sofisticação mais avançados do que outros. O sucesso ou o fracasso não ocorreu de forma aleatória, mas sim como consequência de investimentos em P&D, que proporcionou a obtenção de C&T ou, de modo mais amplo, de ativos baseados no conhecimento. Conforme já discutido, o que determinou a consecução dessas metas foi nível de desenvolvimento das instituições desenvolvimentistas e a sobrevivência destas aos movimentos de oposição propagados pelo Consenso de Washington, o que permitiu identificar dois subgrupos dentro do “resto” – o dos independentes e o dos integracionistas. O domínio desses ativos, como discutido na primeira seção deste artigo, é o que confere maior complexi-

dade à economia de um país. Destarte, a ascensão e bifurcação do “resto” é também a trajetória de ascensão e de bifurcação de seus níveis de complexidade econômica, o que confirma a hipótese proposta neste trabalho.

## Conclusão

O último capítulo da obra de Amsden (2009) se intitula “O ‘resto’ ascenderá mais uma vez” e propõe reflexões acerca da participação do governo na trajetória de desenvolvimento destes países e de como a diminuição desta impactou em sua produção manufatureira. Assim como o “resto” se beneficiou do mapa histórico proporcionado pelos países industrializados, o propósito de Amsden (2009) era destacar as lições históricas da experiência desse grupo frente as perspectivas de desenvolvimento do “resquício”. A mesma lição ressaltada pela autora, por conseguinte, pode ser inferida do exercício proposto neste trabalho. À luz da análise da complexidade econômica dos países do “resto”, este artigo confirmou que o processo de industrialização, catalisado pelo Estado desenvolvimentista, foi o que promoveu também a ascensão dessas economias em termos de complexidade – conforme a hipótese apresentada. Do mesmo modo, o desmonte das instituições desenvolvimentistas em parte do “resto” fez com que estes países perdessem complexidade, o que se refletiu em uma pauta exportadora com menor participação de ativos baseados em conhecimento. Desenvolvimento industrial e complexidade econômica constituem, assim, duas faces de uma mesma moeda, podendo-se considerar que, mediante os respectivos filtros históricos, as instituições propulsoras de um certamente vai impor ganhos ao outro.

## Referências Bibliográficas

- AMSDEN, Alice. *A ascensão do “resto”*: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo, Editora da UNESP, 2009.
- GALA, Paulo. *Complexidade Econômica*: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2017.
- GALA, Paulo. *Hubs de conhecimento produtivo no mundo*: ou porque o “campo de jogo” do comércio é desigual numa topocracia. Disponível em: < <http://www.paulogala.com.br/hubs-de-inovacao-produtiva-no-mundo/>>. Acesso em 22 de julho de 2017.
- HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A. et al. *The Atlas of Economic Complexity*: mapping paths to prosperity. Puritan Press, 2014.
- HIDALGO, César; SIMOES, Alexander. *The Observatory of Economic Complexity*. Disponível em: < [atlas.media.mit.edu/en/](http://atlas.media.mit.edu/en/)>. Acessado em 26 de julho de 2017.



# Trajétória de desenvolvimento indiano em perspectiva histórica

## A Historical Perspective of the Indian Development Trajectory

**JOÃO MIGUEL VILLAS-BÔAS BARCELLOS** | joao.barcellos@pepi.ie.ufrj.br  
Doutorando em Economia Política Internacional – PEPI-UFRJ

**Recebimento do artigo** Maio de 2018 | **Aceite** Junho de 2018

**Resumo** Este artigo pretende analisar a trajetória de desenvolvimento indiano desde a independência do país, 1947, até o governo do presidente Narendra Modi. Neste sentido, buscaremos mostrar a relevância do papel do Estado indiano na condução das estratégias de mudança estrutural do sistema produtivo do país. Historicamente, alguns analistas dividem a o processo de desenvolvimento do país em dois momentos: o primeiro seria chamado de “padrão hindu” que teria ocorrido entre a independência e a abertura econômica de 1991; o segundo, a partir da citada abertura até os dias atuais. Nosso objetivo no trabalho é observar o papel do Estado indiano como principal agente transformador e indutor do desenvolvimento. Para isso, dividiremos o artigo em cinco partes: uma introdução, na segunda faremos um debate com as principais teorias do desenvolvimento que tocaram nas questões estruturais da economia, na terceira discutiremos o “padrão hindu” de desenvolvimento, na quarta analisaremos o processo de “abertura” econômica e reformas do país. Nesta parte veremos como o papel do Estado indiano permanece estratégico e fundamental, por fim, na quinta parte uma breve conclusão. **Palavras-Chave** Desenvolvimento Indiano; Estado; Mudança Estrutural.

**Abstract** This article intends to analyze the trajectory of Indian development from the independence of the country, 1947, to the government of President Narendra Modi. In this sense, we will try to show the relevance of the role of the Indian State in the conduct of the strategies of structural change of the productive system of the country. Historically, some analysts divide the country's development process into two moments: the first would be called the “Hindu standard” that would have occurred between independence and economic openness in 1991; the second, from the aforementioned opening to the present day. Our goal in the work is to observe the role of the Indian state as the main transforming agent and inducer of development. To do this, we will divide the article into five parts: an introduction, the second we will debate the main development theories that touched on the structural issues of the economy, the third we will discuss the “Hindu pattern” of development, openness “and reforms of the country. In this part we will see how the role of the Indian state remains strategic and fundamental, finally in the fifth part a brief conclusion. **Keywords** Indian Development, State, Structural Change.

## 1. Introdução

De acordo como o *Socio-Economic Caste Census* (SECC) 69% da população indiana vive no campo ou 833 milhões de pessoas<sup>1</sup> e sua agricultura familiar ainda é, no geral, de baixa produtividade. A maioria dos camponeses vive em casas frágeis chamadas de “kuccha”, morar em residência com paredes sólidas (pucca) é um privilégio.<sup>2</sup> Grande parte deles vive em condições de pobreza considerável, além de serem, em sua vasta maioria, iletrados. Apesar disso, a Índia é exportadora líquida de alimentos, tem uma das mais dinâmicas indústrias de Tecnologia da Informação (TI), um dos mais avançados programas espaciais do mundo e uma das economias mais pujantes na atualidade.

Esses aspectos contrastantes ilustram como um grande país – ou como preferem alguns, uma civilização – com riqueza cultural milenar e preciosíssima diversidade convive há tempos com desafios de monta. A Índia, que já foi ocupada por uma série de impérios e etnias distintas,<sup>3</sup> foi também, um dos palcos geoeconômicos e geopolíticos mais importantes do mundo moderno,<sup>4</sup> sendo disputada pelas potências europeias em função de suas riquezas (especiarias, principalmente) e de sua localização privilegiada no Oceano Índico. Após séculos de ocupação britânica tornou-se independente em 1947 e logo enfrentou diversas guerras in-cruentas, como a que separou o território em Paquistão (de maioria muçulmana) e o subcontinente indiano (de maioria hindu). Esta rica nação, ainda entranhada em um dos tabuleiros geopolíticos mais quentes do mundo, deverá ser a segunda maior economia do mundo em 2050.<sup>5</sup> Como transformar o colossal crescimento econômico em bem-estar aos seus mais de um bilhão de habitantes é o grande desafio do país.

O objetivo deste trabalho será analisar, a partir de uma discussão sobre o desenvolvimento, como se deu a trajetória indiana rumo à transformação estrutural ainda em curso. Buscaremos investigar o processo desde a independência do país, em 1947, até o governo do Primeiro Ministro Narendra Modi (2014-18). Para isso, iniciaremos o trabalho lançando mão de uma discussão necessária sobre o desenvolvimento e seus ali-cerces. Em seguida, analisaremos a trajetória indiana de sua independência até as reformas do final dos 1980 e início dos 1990 para, em seguida, focarmos no período de crescimento mais acelerado dos anos 2000.

## 2. Debate sobre desenvolvimento: mudança estrutural, transformação tecnológica e modernização econômica

Observando o processo de desenvolvimento das nações percebemos que há uma série de elementos replicáveis, como investimento e gasto público, e outros não replicáveis como a formação e amadurecimento institucional. A cultura, as guerras, o voluntarismo personalista do líder político, as circunstâncias e o coincidente são aspectos que incidem de forma variável em cada momento e nação. Portanto, nossa intenção aqui é buscar apresentar nesta sessão os termos e contribuições mais marcantes e empíricas que contribuem para o debate sobre desenvolvimento.

---

1 Cf. BHOI, Biswajit Bhoi; SIA, Rojalin. PARADOX OF DEVELOPMENT IN INDIA: DEVELOPMENT TRAJECTORY OF INDIAN ECONOMY. South-Asian Journal of Multidisciplinary Studies (SAJMS) ISSN:2349-7858:SJIF:2.246:Volume 3 Issue 2

2 Ibidem, p. 02.

3 Ver: KAPLAN, Robert. A Vingança da Geografia: A construção do Mundo Geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Capítulo 12.

4 A “Modernidade” seria um período histórico iniciado com as Grandes Navegações e o Renascimento, além de na Filosofia ter-se iniciado com o “Racionalismo” cartesiano. Teria durado, enquanto período histórico, até o advento da Revolução Francesa.

5 Ver matéria no link: <https://www.consultancy.in/news/325/india-to-become-worlds-2nd-largest-economy-by-2050-says-pwc>. Acessado em: 29/01/2018.

Um das primeiras abordagens, coloca que o processo de crescimento econômico tem um potencial enorme de gerar instabilidades e conflitos políticos. Kuznets admoesta que tendo em vista a pressão por mudança de posição social, em decorrência do crescimento, as classes atrasadas ou avançadas tendem a buscar seu lugar na nova realidade.<sup>6</sup> A Guerra de Secessão (1861-65) seria um dos exemplos históricos deste processo, porém poderíamos citar muitos outros, como a Revolução de 1917 na Rússia ou mesmo a Revolução Francesa (1789).

Em trabalho publicado em 1973, “*Modern Economic Growth: Findings and Reflections*”, o autor russo – naturalizado estadunidense – advoga a tese de que a tecnologia desempenha um papel fundamental no crescimento e no desenvolvimento de um país. No entanto, para que se obtenha resultados satisfatórios é necessário investir em conhecimento, além de construir instituições e leis que, se bem usadas, desempenham papel relevante neste processo. Assim, a “economia moderna” teria seis características fundamentais: a primeira seriam as altas taxas de crescimento do PIB *per capita* nos países considerados desenvolvidos; a segunda o aumento de produtividade; a terceira, a taxa de transformação estrutural da economia – em que o principal efeito seria o deslocamento da atividade agrícola para a não-agrícola e da indústria para os serviços –; a quarta, a mudança nas bases da sociedade, como o advento da urbanização e a secularização; a quinta seria a capacidade do país desenvolvido de unificar seu território com a comunicação e transportes, em decorrência do avanço tecnológico; por fim, a sexta característica seria a dispersão do crescimento econômico moderno, porém com limitadas possibilidades de replicação no mundo menos desenvolvido.<sup>7</sup> As seis características estão entrelaçadas e devem ser, segundo Kuznets, observadas no seu conjunto.<sup>8</sup>

Todavia, o autor adverte que há uma série de obstáculos impostos pelos países desenvolvidos aos menos desenvolvidos por meio de políticas variadas.<sup>9</sup> Ele não cita explicitamente tais políticas, porém podemos inferir – e mesmo constatar – que as nações ricas usam instituições multilaterais internacionais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional (FMI) para impor condicionantes aos empréstimos contratados pelas nações mais pobres e assim enquadrar a capacidade política do país de executar qualquer ação fora do estabelecido pelas instituições. Outra forma de imposição de barreiras é a exportação de ideais liberais institucionalistas que contaminam os tomadores de decisão dos países menos desenvolvidos a ponto de se praticar constante e “naturalmente” políticas econômicas restritivas e constrangedoras ao papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico e social.

Outra abordagem teórica do desenvolvimento vem dos pesquisadores do “excedente”, economistas clássicos como Franklin Serrano e Carlos Medeiros são dois expoentes da abordagem. Os autores, no artigo “O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente” argumentam que as teorias econômicas tradicionais do desenvolvimento têm dois problemas: o primeiro o de que teóricos tendem a uma visão demasiado normativa e não compreendiam muito bem o funcionamento das econômicas em desenvolvimento; o segundo seria que eles não discutiram com mais profundidade acerca do funcionamento dos mecanismos de mercado. Haveria uma incompreensão por parte deles das interferências do Estado via planejamento e, por conseguinte, uma confusão disso com o socialismo ou economias planificadas. Estes problemas levariam à uma limitação das teorias tradicionais de desenvolvimento.<sup>10</sup>

Para além da crítica acima, os autores afirmam que as teorias neoclássicas do desenvolvimento tampouco são capazes de tocar no problema concreto, pois ademais de serem ideológicas e predominan-

6 Para mais informações a respeito ver: KUZNETS, Simon. Modern economic growth: findings and reflections. *The American economic review*, v. 63, n. 3, p. 247-258, 1973.

7 Cf. KUZNETS. Op. Cit., pp. 248-249.

8 Ibidem, p. 250.

9 Ibidem, p. 250.

10 Para mais detalhes da crítica aos economistas tradicionais do desenvolvimento ver: SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 2, p. 94, 2004, pp. 239-241.

tes hodiernamente, não são conclusivas empiricamente. Por isso, dirão os autores que o grande desafio é compreender de fato o funcionamento das economias tanto do Norte quanto do Sul.<sup>11</sup> Como alternativa teórica às demais, os autores advogam, inspirados em Piero Sraffa, pela retomada da “moderna abordagem clássica do excedente”. Para tal, propõem três pontos: o primeiro é uma crítica ao “princípio da substituição” dos neoclássicos e suas teorias do comércio internacional; o segundo seria defender o regresso da teoria do valor e da distribuição na perspectiva do excedente; por fim, a integração do conceito de demanda efetiva de Keynes, ou seja, “uma ponte entre as teorias keynesiana-kaleckiana e a clássica” (SERRANO, MEDEIROS, 2004, p. 244).

O conceito de “atraso econômico”, atribuído ao russo<sup>12</sup> Alexander Gershenkron também ocupa seu lugar no debate do desenvolvimento. O autor propõe um modelo de desenvolvimento aos “países retardatários” na ordem mundial que se baseia em “queima de etapas”, ou seja, o Estado poderia ser o grande indutor deste processo e fazer o país pular obstáculos. De acordo com Bastos e Mazat,<sup>13</sup> Gershenkron critica os modelos marxista – a luta de classes como o motor da História – e o etapismo rowstoniano, no qual haveria etapas específicas em que o Estado deve seguir para industrializar-se. Para Gershenkron, quanto mais atrasado for o Estado, mais intervenção ele deverá fazer para modernizar a economia. O autor argumenta ainda que houve grande diferença entre os processos de desenvolvimento dos países avançados e os atrasados e que as estruturas institucionais desempenharam papel diferente em ambos.<sup>14</sup>

Para Paul Rosenstein-Rodan, o desenvolvimento econômico deveria ser estimulado por um *big push*, em que os investimentos podem ajudar a saltar os obstáculos existentes.<sup>15</sup> Já para Walt Rostow, em seu trabalho “*The stages of economic growth*”, de 1960, o autor advoga que o desenvolvimento econômico precisa passar por etapas, quais sejam a sociedade tradicional, cujas funções produtivas são limitadas e pré-newtonianas; as pré-condições para decolagem (*take-off*), etapa em que as descobertas advindas da ciência moderna começam a ser praticadas, porém ainda há baixa produtividade; a decolagem ou o *take-off*, momento em que acontece o início da modernização econômica em função do surgimento de grupos empresariais – aqui há uma ampliação do investimento industrial –; a quarta etapa seria o caminho da maturidade, no qual há o predomínio do investimento intensivo em capital e, por fim, a era do consumo de massas, em que a produção de bens de consumo duráveis se difunde e marca uma nova etapa do desenvolvimento humano focado no bem-estar social.<sup>16</sup>

Por fim, apresentamos a teoria estruturalista desenvolvida pelo argentino Raúl Prebisch e pelo brasileiro Celso Furtado no âmbito da Cepal. De maneira geral, os autores afirmam que o Estado deve ser o indutor da industrialização como forma de superação do subdesenvolvimento. Deve sê-lo, pois as condições estruturais da economia dos países periféricos<sup>17</sup> é mantida pela Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que impõe uma constante deterioração nos termos de intercâmbio entre o centro e a periferia, além de manter uma especialização inadequada e uma baixa diversidade produtiva na última. Como esta relação desequilibrada não permite que a economia periférica se desenvolva a partir da burguesia nacional – fraca e desarticulada – cabe ao Estado o papel de principal organizador da indústria e do processo de crescimento.<sup>18</sup>

Após uma breve apresentação das teorias do desenvolvimento e seus principais conceitos e autores, analisaremos a trajetória indiana em perspectiva histórica. O principal ponto da análise recairá sobre a questão da mudança estrutural ocorrida pela coordenação estatal do processo de industrialização. O

11 SERRANO; MEDERIOS. Op. Cit., p. 241.

12 Alexander Gershenkron nasceu em Odessa, em 1904, à época a cidade pertencia ao Estado russo, hoje localiza-se na Ucrânia.

13 Ver a introdução ao livro do autor.

14 Cf.: GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Contraponto Editora Ltda., 2015, p. 69.

15 Ver: ROSENSTEIN-RODAN, P. N. *Notes on the theory of the “big push”*. Cambridge, Mass.: Center for International Studies, Massachusetts Institute of Technology, 1957, p. 14.

16 Para mais informações sobre as etapas de Rostow ver: ROSTOW, Walt W. The stages of economic growth. *The Economic History Review*, v. 12, n. 1, p. 1-16, 1959.

17 Para os autores a região periférica em evidência é a América Latina.

18 Ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Prefácio: Prebisch e Furtado. PREBISCH, R. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Ed. Contraponto, 2011.

artigo não é conclusivo, pois a Índia ainda está em constante transformação estrutural e os desafios à mudança de patamar social e material persistem. No entanto, temos por hipótese que mudanças estruturais estão ocorrendo no país de modo a transformar o padrão nacional de consumo e bem-estar.

### 3. Trajetória do desenvolvimento indiano: da independência aos anos 1990, ou o “padrão de desenvolvimento hindu”

Pensar o desenvolvimento indiano após quase quatro décadas de colonização britânica não é tarefa fácil. Neste trabalho, não analisaremos o passado colonial indiano, apenas afirmaremos que o ponto de partida da Índia independente tem profundas raízes históricas e foi influenciado pelos colonizadores. Exemplo disso é a burocracia herdada e organizada pelo Império Britânico no país, o que teria evitado a desagregação territorial em centenas de entidades, bem como a malha ferroviária.<sup>19</sup>

Nesse sentido, um elemento de atraso à estrutura econômica do país foi a maneira como os britânicos permitiram que o processo de dominação de castas, profundamente excludente, fosse preservado ou mesmo aprofundado. Outro exemplo foi a manutenção da classe dos latifundiários improdutivos ou *zamindars* - que serão extintos pela Constituição de 1949 - esta que buscará outras medidas de impedimento da concentração fundiária no país.

Moore, argumenta que a estrutura agrária indiana era muito atrasada e não gerava os excedentes necessários para a acumulação capitalista. Para ele, a agricultura estava estagnada e era de baixa produtividade e ineficiente, o que gerava pouca condição para o crescimento industrial.<sup>20</sup>

A primeira grande tarefa dos indianos era a construção nacional. Como nos lembra Cruz, “A modernização econômica era um aspecto proeminente de seu projeto, mas subordinava-se aos imperativos da consolidação do poder, da pacificação interna e da transformação social.” (CRUZ, 2007, p. 03)

Inicialmente, a discussão sobre que estratégia de desenvolvimento seria usada passou por um impasse tendo duas visões distantes: a de Ghandi, que era refratário à mecanização da produção e defendia uma economia tradicional e rural; e a dos jovens nacionalistas do Partido do Congresso Nacional liderados por Nehru, que foram profundamente influenciados pelo sucesso da planificação soviética e pelos exitosos Planos Quinquenais do país.<sup>21</sup>

No entanto, Cruz, citando o trabalho de Frankel, diz que houve uma acomodação das visões em “uma concepção singular de socialismo, especificamente indiana, na qual os objetivos modernos do desenvolvimento econômico e os valores comunitários tradicionais seriam reconciliados” (CRUZ, 2007, p. 155).

Buscando organizar sua base econômica, o governo indiano lançou mão de barreiras tarifárias e não-tarifárias, abriu linhas especiais de crédito, concedeu subsídios, fez grandes investimentos em infraestrutura e criou empresas públicas em diversos setores.<sup>22</sup>

Nehru teria estabelecido três prioridades como pilares da estratégia de desenvolvimento indiana: o primeiro seria a prioridade concedida à indústria pesada, em seguida a importância à produção artesa-

19 Cf. MOHAN, Raja. A Índia e o equilíbrio de poder. IN STUENKEL, Oliver (Coord.). *A Índia na ordem global* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 30.

20 Para mais informações sobre visão mais ortodoxa de Moore ver: JÚNIOR, Barrington Moore; COUTO, Maria Ludovina F. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhoras e camponeses na construção do mundo moderno*. 1975, pp. 447-453.

21 Mais informações a respeito em: YERGIN, Daniel; STANISLAW, Joseph. *The commanding heights: The battle for the world economy*. Simon and Schuster, 2002, pp. 14 e 50.

22 Mais informações em: CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. Unesp, 2007, p. 143.

nal (chamada também de fundo de quintal), por fim, o planejamento das atividades. Cruz ainda acrescenta mais duas: controle estatal dos setores estratégicos e controle ao capital estrangeiro.<sup>23</sup>

Um dos pilares da estratégia de desenvolvimento industrial indiano foi o “Plano de Bombaim”. Este foi um projeto liderado por empresários indianos que em 1944 traçaram uma meta de investimentos para os próximos quinze anos. De acordo com Sanyal, o Plano teria sido assimilado por Nehru e composto a base de muito dos projetos executados pelo governo, inclusive os Planos Quinquenais.<sup>24</sup>

A Índia teve uma participação estatal no projeto de desenvolvimento mais acentuada que outros Estados periféricos desenvolvimentistas, houve naquele país algumas peculiaridades, como o planejamento econômico em um regime democrático.<sup>25</sup> Outro aspecto particular foi a prioridade concedida à indústria pesada desde o início dos Planos Quinquenais em 1951.<sup>26</sup> Um dos pontos que chamam a atenção dos Planos é o grande investimento intelectual. O Estado indiano prezou pela formação de seus agentes públicos e pelas instituições, como o Instituto Indiano de Estatística. Muitos ilustres economistas estagiaram por lá, nomes como Nicholas Kaldor e Kenneth Galbraith estiveram presentes na instituição.<sup>27</sup>

A Comissão de Planejamento,<sup>28</sup> órgão criado por Nehru em 1950, teve papel relevante na condução dos Planos e estratégias de desenvolvimento nacional. Funcionava como articuladora de políticas entre ministérios e a Presidência do país, era formada por um quadro técnico de alto nível. Cruz chega a afirmar que “a Comissão de Planejamento foi o núcleo duro do aparelho econômico do Estado indiano” (CRUZ, 2007, p. 147).

A Comissão foi criada para acompanhar os Planos Quinquenais que previam mecanismos de superação do subdesenvolvimento indiano. Previa-se que além de estabelecer os Planos, a Comissão deveria: formar capital humano capaz de desenvolver e atuar nos projetos, propor a alocação de recursos em áreas consideradas prioritárias, definir o equipamento necessário para o processo técnico-industrial, acompanhar os avanços dos Planos e recomendar alterações.<sup>29</sup> Nassif, elabora uma tabela organizando os Planos Quinquenais por período, setor e modelo de desenvolvimento. Nela, percebe-se a prioridade na Industrialização por Substituição de Importações (ISI), no protecionismo e o profundo comprometimento pelo desenvolvimento dos setores estratégicos de bens de capital, química, metalurgia, petroquímica, fertilizantes, infraestrutura, setores intensivos em ciência e tecnologia, educação; enfim, constata-se um programa completo de desenvolvimento nacional.<sup>30</sup> Um dado relevante sobre os Planos é que, a despeito da ênfase nas grandes empresas públicas, não descuraram das pequenas e médias empresas, nem da desconcentração regional dos investimentos.<sup>31</sup>

Como parte da estrutura de financiamento dos Planos e da ISI, o governo indiano lançou mão do aumento tributário e criou uma série de instituições como o Banco de Desenvolvimento Industrial da Índia, a Corporação de Financiamento Industrial da Índia e a Corporação de Crédito e Investimento Industrial da Índia. Como boa parte dos recursos provinham do orçamento público, uma forma de manter o controle estatal no processo produtivo era a participação acionária do governo.<sup>32</sup>

---

23 Ibidem, p. 144.

24 Para mais informações sobre o “Plano de Bombaim” ver: SANYAL, Amal. The Curious Case of the Bombay Plan. *Contemporary Issues and Ideas in Social Sciences*, v. 6, n. 1, 2011.

25 CRUZ. Op. Cit., p. 144.

26 Ibidem, p. 145.

27 Cf. CRUZ. Op. Cit., pp. 145-146.

28 Para mais detalhes sobre a Comissão de Planejamento, sua estrutura e funcionamento ver: [http://planningcommission.gov.in/background\\_note\\_on\\_New\\_Institution.pdf](http://planningcommission.gov.in/background_note_on_New_Institution.pdf). Acessado em: 13/01/2018.

29 Ver: [http://planningcommission.gov.in/background\\_note\\_on\\_New\\_Institution.pdf](http://planningcommission.gov.in/background_note_on_New_Institution.pdf).

30 Mais detalhes a respeito da tabela em: NASSIF, André. *A economia indiana no período 1950-2004: da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?*. Área de Planejamento, Departamento de Planejamento (DEPLAN), BNDES, 2006, p. 19.

31 Ibidem, p. 22.

32 Ibidem, p. 23.

Cabe ressaltar que o modelo de substituição de importação tradicionalmente aplicado à América Latina e outros países, previa etapas em que os bens de capital e indústria pesada eram o fechamento do processo. No caso indiano ocorreu exatamente o contrário, havia uma preocupação com os bens de capital no governo que acabou por privilegiar na estratégia de desenvolvimento do país a indústria pesada. Desse modo, “a opção pela indústria pesada deriva da perspectiva de longo prazo assumida pelos planejadores e pelo imperativo da independência econômica que os animava” (CRUZ, 2007, p. 152).

O processo de Industrialização por Substituição de Importação indiano não teria sido motivado por crises no Balanço de Pagamentos – como nos grandes países da América Latina –, mas por influência do modelo soviético de economia fechada. Na prática, o país tentou reproduzir parcialmente o exemplo planejado e autárquico em uma economia capitalista.<sup>33</sup> Uma das influências intelectuais dos Planos e da ISI foi o físico Mahalanobis que, dentre outras coisas, propunha que a economia do país deveria ser fechada e compor-se de apenas dois setores: bens de capital e bens de consumo.<sup>34</sup> Dois mecanismos seriam elementares na consecução dos Planos: licenciamento de importação e licenciamento industrial. Sobre o mecanismo de licenciamento industrial, Nassif argumenta que:

constituía o âmago do modelo indiano de substituição de importações. Procurava direcionar os fluxos de investimento industriais para setores específicos, de acordo com as prioridades estabelecidas previamente pelos Planos Quinquenais, mas, na prática, os controles poderiam alcançar o nível de produto propriamente dito. (NASSIF, 2006, P. 20)

Por sua vez, o licenciamento de importação “consistia no monitoramento quantitativo das compras externas do país, notadamente dos setores considerados prioritários pelos Planos Quinquenais” (Ibidem, p. 20).

Outro fator importante na trajetória de desenvolvimento indiana foi o tratamento que o capital estrangeiro recebeu – o qual o governo sempre promoveu restrições à sua entrada. Cruz ressalta a importância dos grupos nacionais como Jamsetji Tata, que criou a primeira fábrica de ferro e aço indiana em 1899 e foi beneficiado pelo governo britânico com subsídios e compras governamentais. Além de Tata, outros grupos também teriam sido beneficiados no período colonial e puderam, desse modo, desempenhar um papel relevante no setor industrial privado nacional após a independência.<sup>35</sup> O investimento estrangeiro deveria ser regulado em consonância com os interesses nacionais, assim previa a Resolução de Política Industrial de 1948.

Nos anos 1960, o controle sobre o capital estrangeiro teria sido aprofundado pelo governo indiano. Sobre este aspecto Cruz salienta que:

o governo criou uma série de dispositivos legais que dotariam a Índia de um dos regimes de investimentos externos mais restritivos do mundo, fora do bloco socialista. Deles, os mais importantes foram: 1) a lei do Monopólio e das Práticas Comerciais Restritivas (*Monopoly and Trade Restrictions Practices Act*), de 1969; 2) a Lei de Patentes, de 1970; e, principalmente, 3) a Lei de Regulação Cambial (*Foreign Exchange Regulation Act* (FERA), de 1973. (CRUZ, 2007, p. 160)

33 Para mais informações ver: NASSIF, Op. Cit., p. 16.

34 Ibidem, p. 18.

35 Cf.: CRUZ, Op. Cit., pp. 158-159.

Se por um lado o governo indiano restringiu sistematicamente a entrada de capital estrangeiro, por outro, deu protagonismo às empresas públicas. Cruz enfatiza que o projeto de desenvolvimento indiano passava pela liderança delas e “obedecia a razões estratégicas, como parte nuclear do projeto de transformação social formulado pelos dirigentes nacionalistas” (CRUZ, 2007, p. 162). Nesse sentido, caberia às empresas públicas, de acordo com a Primeira Resolução de Política Industrial (1948), as áreas de armamentos, transporte ferroviário e energia atômica. Seriam reservadas ao Estado também os segmentos de carvão, ferro e aço, indústria aeronáutica, construção naval, comunicação e óleo mineral. Às empresas privadas seria aberta a participação nos demais setores, porém, ainda havia uma reserva de atuação do Estado. No mesmo diapasão, a Segunda Resolução de Política Industrial, 1956, mantinha as áreas estratégicas de atuação econômica do Estado e suas empresas e acrescentava outras como alumínio, químicos, fertilizantes, transporte marítimo e rodoviário, medicamentos e outros.<sup>36</sup>

Com o objetivo de implementar as Resoluções, o governo passou a nacionalizar bancos, empresas de seguros e outros. A maioria delas se deu já no governo de Indira Gandhi, em 1969. Com a nacionalização do setor bancário, o governo passa a controlar o financiamento e o investimento no país. Há, por conseguinte, um aumento considerável na participação de empresas públicas entre as maiores do país.<sup>37</sup>

Nassif chega a dizer que até os anos 1970, a economia indiana funcionava praticamente sob bases autárquicas. Houve, todavia, um afrouxamento dos controles das licenças de importação, porém, na prática, o pesado controle econômico perdurou até 1985.<sup>38</sup>

Antes de passarmos à próxima sessão, cabe citar alguns acontecimentos importantes do primeiro período analisado, como a “revolução verde” que se deu nos anos 1960. Com ela, o país superou os sensíveis ciclos de desabastecimento para uma condição de exportadora de alimentos. Houve uma melhora substancial na produtividade agrícola do país, que passou a produzir trigo e arroz em abundância. As mudanças foram decorrentes de uma série de novas tecnologias agrícolas implementadas pelo governo.<sup>39</sup>

Além do avanço no campo agrícola, é importante ressaltar o êxito industrial-militar do teste nuclear de 1974 (POKHRAN I), fruto de um projeto de formação e consolidação do Complexo-Industrial-Militar e do desenvolvimento do programa espacial do país, a cabo da *Indian Space Research Organization* (ISRO) considerado um dos mais avançados do mundo.<sup>40</sup>

Cruz adverte que apesar das críticas sobre o profundo intervencionismo indiano a “intervenção econômica do Estado na Índia se fez mediante um sistema regulatório minucioso e rígido, a um ponto que encontra poucos similares no mundo” (CRUZ, 2007, p. 169).

Em seguida analisaremos o período em que se abriu parcialmente a economia e alguns setores do país. Nesta sessão desenvolveremos a ideia de que a abertura econômica, fruto das reformas de 1991, não se deu por assimilação da estratégia neoliberal de desenvolvimento, mas antes, foi uma adequação à conjuntura econômica nacional e mundial. Como veremos, o Estado permaneceu à frente do processo de desenvolvimento nacional seja regulando, seja mantendo a participação acionária mínima ou majoritária na maior parte das empresas privatizadas e abertas ao capital privado nacional ou ainda, com a participação em setores exclusivos da produção via estatais.

---

36 CRUZ. Op. Cit., pp. 165-166.

37 Ibidem, p.166.

38 NASSIF. Op. Cit., p. 17.

39 Para mais informações acerca da revolução verde na Índia ver: FUJITA, Koichi. Green Revolution in India and Its Significance in Economic Development: Implications for Sub-Saharan Africa. 2009., especialmente as páginas 02-12, e RENA, Ravinder. Green Revolution: Indian Agricultural Experience – A Paradigm for Eritrea. New Jersey, USA: Eritrean Studies Review, Vol. 4, No.1, pp.103-130 (A Biannual Journal Published by the Red Sea Press). 2004.

40 Para mais informações do programa espacial indiano ver: <https://www.isro.gov.in>. Acessado em: 13/01/2018.



## 4. Desenvolvimento indiano na era da globalização: em busca de um modelo sustentável de crescimento

Com o advento das ideias neoliberais nos anos 1980 e sua imposição e enquadramento ao mundo emergente via Rodada Uruguai do GATT e diplomacia do dólar<sup>41</sup> – além é claro, do fim da bipolaridade com a derrocada da União Soviética em 1991 e seus desdobramentos geopolíticos na ordem internacional – os países do Terceiro Mundo assistiram a uma mudança de narrativa do processo econômico. Os ideais keynesianos foram considerados antiquados e foram substituídos por uma narrativa de enfraquecimento dos Estados Nacionais e de suas estratégias desenvolvimentistas. Países como o Brasil, sucumbiram à mudança de ordem de tal maneira que ainda hoje é possível sentir os efeitos da liberalização e redução do Estado.

No caso indiano, como veremos, as reformas não foram tão profundas nem agressivas. A despeito das críticas ao “modelo hindu de crescimento” – que se caracteriza por taxas médias em torno de 3,5% – Cruz adverte que o país não sofreu com as crises econômicas e com crescimento negativo, que sofreu a América Latina por exemplo, além de não ter sido vitimada pelo problema da dívida externa, em função do seu isolamento financeiro.<sup>42</sup> Outra característica negativa típica de países que implementaram a ISI, a inflação, não teve lugar no modelo indiano. A taxa média no país indiano foi de 2% (1950-1964) e de 8,9 (década de 1980).<sup>43</sup>

As reformas não foram completas e seguiram um curso bastante pragmático. Exemplos disso são as altas barreiras não tarifárias para bens agrícolas, além de uma posição rígida no GATT/OMC ao longo do tempo.<sup>44</sup> O programa de privatizações, por exemplo, não impôs ao país uma desnacionalização abrupta, a despeito de ser amplamente reconhecida a ineficácia de muitas empresas estatais indianas. A esse respeito, Cruz argumenta que:

Pragmatismo também no tratamento dado ao setor empresarial do Estado. Gestores de um dos sistemas empresariais públicos mais vastos e diversos fora do bloco socialista, os dirigentes indianos resistiram ao canto de sereia da privatização rápida e generalizada. Ao invés de grandes programas de privatização, procuraram reestruturar o sistema empresarial do Estado, reconhecidamente ineficiente, através de uma política cautelosa de “desinvestimento” – venda de participações, sem transferência de controle sobre as empresas consideradas. (CRUZ, 2007, p. 18)

Importante ressaltar que, mesmo com o argumento de muitos críticos do “modelo hindu” de antes do período de “liberalização”, a média de crescimento do país foi de 5,8% entre 1980 e 1990, ou seja, antes da abertura. Neste período, de 1990 a 2000, a média de crescimento foi de 5,7%.<sup>45</sup>

Durante os anos 1990, a Índia cresceu com baixas taxas de inflação, diferentemente do Brasil e outros emergentes. Outro dado importante é que o processo de abertura e liberação do investimento

41 Sobre isso ver: TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 2, p. 5-15, 1985.

42 CRUZ. Op. Cit., p. 169.

43 NASSIF, Op. Cit., pp. 28-29.

44 Ver: CRUZ, S. C. Gigante precavido: reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento e a política externa do Estado Indiano. In: Rio de Janeiro. *Artigo preparado para a Conferência sobre a Índia, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE)*. 2007.

45 NASSIF. Op. Cit., p. 29.

externo no país asiático é bem diferente dos demais países do Terceiro Mundo, como o Brasil. Se por um lado este fez uma profunda liberalização econômica, com resultados duvidosos e mesmo assim cresceu pouco, a Índia, por outro lado, fez um processo de abertura lento e bem acompanhado pelo Estado.<sup>46</sup>

Após décadas de intervencionismo profundo e enquadramento do sistema produtivo - via Planos Quinquenais -, ao projeto de desenvolvimento nacional indiano, o primeiro ministro Rajiv Gandhi (1984-89), filho da primeira ministra assassinada, Indira Gandhi (1966-77 e 1980-84), implementou as primeiras medidas de reforma econômica. Estas visavam reduzir as licenças industriais e de importação.<sup>47</sup> Para Nassif

[...] as taxas mais expressivas de crescimento econômico na Índia na década de 1980 estão associadas em menor grau ao início do processo das reformas econômicas descritas nesta seção, mas principalmente às políticas fiscais de cunho keynesiano implementadas ao longo do período (NASSIF, 2006, p. 38)

O mesmo autor reforça a tese aludindo ao fato de que durante os anos 1980 o país passou a crescer mais em função de políticas fiscais expansivas e de outras políticas de estímulo à demanda agregada. Além disso, haveria uma clara noção por parte do governo indiano que, mesmo com algumas reformas econômicas,<sup>48</sup> o grande intuito sempre foi lançar mão de políticas para o desenvolvimento e crescimento do país.<sup>49</sup>

Em 1991, durante o governo do primeiro ministro Narasihma Rao (1991-96) do Partido do Congresso Nacional, é implementada a *New Economic Policy* (NEP). De acordo com Cintra e Prates, as reformas foram caracterizadas pelo gradualismo e pelo pragmatismo, o que ilustra uma impactante diferença do ocorrido na maior parte da América Latina nos anos 1990.<sup>50</sup> As reformas econômicas que duraram de 1991 a 1993 foram realizadas em uma série de setores. Na política industrial, por exemplo, o governo permitiu a venda e participação de investidores estrangeiros e privados nacionais desde que mantivesse o controle acionário das empresas. No comércio exterior, houve a extinção do regime de licenciamento de importações, porém manteve-se uma lista de produtos considerados estratégicos como os de agricultura e bens de consumo. O governo indiano liberou a entrada de Investimento Externo Direto (IED) em algumas áreas, em outras manteve a proibição.<sup>51</sup>

No que diz respeito às tarifas aduaneiras, a Índia manteve, apesar da enorme redução da tarifa média que chegou a ficar entre 355% e 87% até 1991, uma média de proteção aduaneira de 40% em 2001. O setor de agricultura permaneceu sob proteção de altas tarifas e restrições quantitativas.<sup>52</sup> No que diz respeito ao comércio mundial, Narlikar salienta que a Índia passou por três fases nas negociações internacionais de comércio: fase 1: crítica histórica do sistema internacional e dos acordos de comércio (diplomacia do não-alinhamento). Busca da autossuficiência e ISI (modelo hindu); fase 2: mudanças nos anos 1980. Trips (direitos de propriedade intelectual) e Trims (Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio). Redução das políticas nacionais defensivas e avanço liberal e fase 3: ne-

46 Para mais detalhes ver: NASSIF, 2006 e CRUZ, 2007.

47 Cf. Nassif. Op. Cit., p. 34.

48 Há um debate na academia a respeito da questão em torno do papel das reformas econômicas como a inflexão no processo de crescimento do país. Autores que advogam pela tese de que as reformas foram essenciais: DeLong, J.B. India since independence: an analytic growth narrative. July 2001 e Rodrik, D. and Subramanian, A. (2004), From "Hindu growth" to productivity surge: the mystery of the Indian growth transition. BREAD Working Paper no. 055, Bureau for Research in Economic Analysis of Development, March 2004. Para uma visão relativa a respeito das reformas ver as obras citadas de: NASSIF, 2006, CRUZ, 2007 e PRATES; CINTRA, 2009.

49 Ibidem, pp.55-56.

50 Cf. PRATES; CINTRA. Op. Cit., p. 411.

51 Para mais informações das mudanças ver: NASSIF. Op. Cit., p. 40 e

52 Cf.: SRINIVASAN, Thirukodikaval Nilakanta. India's Reform of External Sector Policies and Future Multilateral Trade Negotiations. 2001, p. 08.

gociações dos 1990 e 2000, com a criação da OMC (fim da Rodada Uruguai). Nesta fase, a política de comércio internacional mantém-se defensiva e protecionista.<sup>53</sup>

Não obstante as críticas ao protecionismo indiano é importante salientar que a política de comércio exterior do país está vinculada à uma noção clara de projeto de desenvolvimento. A Índia insere-se na ordem econômica internacional com cautela desde sua independência, pois entende que as relações internacionais são tensas e historicamente construídas de forma a manter o *status quo* de poder mundial. Isso é refletido na postura indiana de negação de uma série de acordos e posturas na ordem econômica internacional.

Chama a atenção para o fato de que um dos setores mais dinâmicos indianos seja o intensivo em conhecimento e tecnologia, mais especificamente o de *software*. A indústria de Tecnologia da Informação (TI) do país representa aproximadamente 8% do PIB, emprega 3 milhões de pessoas direta e 10 milhões indiretamente, o setor gerou em 2015 uma receita em torno de 120 bilhões de dólares.<sup>54</sup>

Nesse sentido, Prates e Cintra argumentam que:

As virtudes desta estratégia – elevadas taxas de crescimento econômico, controle da inflação e exportações dinâmicas de serviços intensivos em tecnologia – estariam associadas às transformações na estrutura produtiva, na inserção externa e no sistema financeiro induzidas pelas reformas, bem como às políticas cambial, monetária e fiscal favoráveis ao crescimento e às exportações, e ao papel importante do planejamento (principal herança daquele padrão, o “hindu” *grifo nosso*.)” (PRATES; CINTRA, p. 411).

As maiores empresas de TI indianas são a *Tata Consultancy Services*(TCS); *Infosystem*, *Wipro*, *Mphasis*, *TechMahindra* e outras. O setor teve um amplo apoio do governo indiano ainda nos anos 1970, quando houve uma liberação de importação de peças e equipamentos, além de uma política de incentivo à exportação de *software*. De acordo com Kubota, os grupos TCS, *Infosystem* e *Wipro* são as maiores empresas do setor e empregam a maioria dos funcionários.<sup>55</sup> Aproximadamente 25% das exportações do país estão vinculadas ao setor de TI que, além disso, seria o mais conectado às cadeias globais de valor. O protagonismo do setor de serviços em TI e engenharia seria a base do crescimento robusto do país nos últimos 20 anos (1992-2012).<sup>56</sup>

A Índia conta com alguns pontos positivos que contribuem para o melhoramento de seu Sistema Nacional de Inovação. O país tem um grande número de falantes de inglês, uma grande quantidade – em números absolutos – de engenheiros e uma mão de obra ainda muito barata.<sup>57</sup> Outra questão relevante é o desafio do país em lidar com o brain drain. Milhões de indianos estão espalhados mundo afora e muitos concentram-se na comunidade científica-acadêmica dos Estados Unidos. Há uma série de programas para atrair estes pesquisadores de ponta que estão fora do país.<sup>58</sup> Um dos incentivos naturais é o crescimento econômico em perspectiva de longo-prazo no país.

É importante notar, no entanto, que, não obstante o enorme avanço técnico-industrial do país, a maior parte da população economicamente ativa ainda é empregada no setor primário da economia. Se-

53 Para mais informações sobre as negociações da Índia no GATT e OMC ver: NARLIKAR, Amrita. Peculiar chauvinism or strategic calculation? Explaining the negotiating strategy of a rising India. *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 59-76, 2006, pp.61-64.

54 Para mais informações ver: <https://www.statista.com/topics/2256/it-industry-in-india/>. Acessado em: 15/01/2018.

55 Cf.: KUBOTA, Luis Claudio. Desafios para a indústria de software. Área de Planejamento, Departamento de Planejamento (DEPLAN), BNDES 2006, p. 28. Para mais informações sobre a cadeia de TI indiana ver: <http://product.nasscom.in/company-showcase.php>.

56 Mais informações a respeito em: BANIK, Arindan; PADOVANI, Fernando. Índia em transformação: o novo crescimento econômico e as perspectivas pós-crisis. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 50, p. 67-93, 2014, pp. 68-75.

57 Cf.: NASSIF. Op. Cit., p. 64.

58 Ver: NUNES, Cauê. Índia busca reverter” fuga de cérebros”. *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2, p. 19-20, 2006.

gundo Nassif, isso significa que não houve uma mudança estrutural considerável no país. Mesmo com o amplo crescimento econômico puxado pelo setor de serviços, isto não tem sido capaz de gerar os efeitos dinâmicos sobre os demais.<sup>59</sup> Todavia, o dinamismo do mercado interno potencializa o crescimento industrial e tecnológico de empresas nacionais. Tendo uma classe média de aproximadamente 600 milhões de pessoas, empresas como *Tata Motors*, *Aditya Birla Group*, *Oberoi*, *Rambaxy* e outras têm uma grande expectativa de aumentar suas vendas. Nesse sentido, houve um aumento significativo no consumo de bens duráveis como eletrodomésticos, celulares e automóveis, além de outros setores como construção civil e fármacos.<sup>60</sup>

As taxas de crescimento do PIB indiano mudaram consideravelmente dos anos 1980 até os anos 2000, quando o país assiste a um aumento na média. A partir de 2003, o país passou a ostentar um crescimento maior ainda, com prognósticos de sustentação no longo prazo. A média de crescimento entre 2003 e 2016 foi de 7,7%, uma das maiores do mundo.<sup>61</sup> O país caminha para ser a segunda maior economia do mundo em 2050 e com a maior população mundial, aproximadamente 1,6 bilhões de habitantes, além de chegar nesta data com uma população economicamente ativa distante dos demais países.<sup>62</sup>

O crescimento indiano vem sendo estimulado também, por uma alta taxa de poupança interna - algo em torno de 35% do PIB em 2011 - que libera recursos para a formação bruta de capital e investimentos públicos. Além disso, a taxa de juros praticada no país é baixa.<sup>63</sup> Em 2011, a taxa de investimento com relação ao PIB chegou acima dos 35%, apresentando suave queda em anos posteriores, mantendo-se no patamar acima dos 31% até 2017.<sup>64</sup> É interessante notar que a participação industrial no PIB praticamente não se alterou, em 1965 a taxa era de 14% e em 2005 foi para 16%. Já a participação da agricultura se alterou sensivelmente no mesmo período indo de 45% em 1965 para 19% em 2005, mesmo assim, considerando sua enorme população rural, a Índia ainda emprega a maior parte de sua força de trabalho no campo. Por fim, o setor de serviços sofreu, igualmente, grande alteração saindo de 35% para 54% no mesmo período.<sup>65</sup>

Após forte crescimento durante o governo de Manmohan Singh (2004-2014), as taxas se mantiveram altas, em torno de 7% (2014-2016),<sup>66</sup> com perspectiva de aumento ao longo do governo de Narendra Modi (2014-2018). Este governo lançou um ambicioso programa que pretende ampliar a capacidade produtiva industrial do país, o *Make in India*.<sup>67</sup> Ainda é cedo para fazer prognósticos a respeito do programa, por enquanto, o que se percebe é a tentativa do presidente Modi - que pertence ao partido de centro-direita *Baratyia Janata*<sup>68</sup> - de ampliar o ambiente de negócios do país e atrair mais IED.

Aproximando-nos da conclusão, podemos reforçar que o processo de desenvolvimento indiano foi exitoso na medida em que transformou um país recém-saído do jugo colonial britânico em uma nação com o 9º maior parque industrial do mundo<sup>69</sup> e uma referência em TI. Como bem nos mostra Nassif:

---

59 NASSIF. Op. Cit., p. 68.

60 Para mais informações a respeito ver a matéria do Fórum Econômico Mundial: <https://www.weforum.org/agenda/2016/11/6-surprising-facts-about-india-s-exploding-middle-class/>. Acessado em: 15/01/2018.

61 Média feita pelo autor. Para mais informações acerca das taxas de crescimento do país ver: <http://statisticstimes.com/economy/gdp-growth-of-india.php>. Acessado em: 15/01/2018.

62 Ver relatório do Fórum Econômico Mundial: <https://www.weforum.org/agenda/2017/10/eight-key-facts-about-indias-economy-in-2017/>. Acessado em: 15/01/2018.

63 Cf.: BANIK; PADOVANI. Op. Cit., p. 73.

64 Para mais informações sobre investimento no país ver o relatório da OCDE: <https://www.oecd.org/economy/surveys/INDIA-2017-OECD-economic-survey-overview.pdf>. Acessado em: 15/01/2018.

65 Cf.: KNIIVILÄ, Matleena. Industrial development and economic growth: Implications for poverty reduction and income inequality. *Industrial development for the 21st century: Sustainable development perspectives*, v. 1, n. 3, p. 295-333, 2007, pp. 303-304.

66 Consultar a pesquisa da OCDE no link acima.

67 Para mais detalhes do Make in India ver: <http://www.makeinindia.com/home>

68 Para mais informação sobre o partido ver: <http://www.bjp.org/>

69 Sobre esse dado consultar o relatório anual da UNIDO: [https://www.unido.org/sites/default/files/2015-12/EBOOK\\_IDR2016\\_FULLREPORT\\_0.pdf](https://www.unido.org/sites/default/files/2015-12/EBOOK_IDR2016_FULLREPORT_0.pdf), p. 174.

A parcela da população vivendo abaixo da linha de pobreza reduziu-se de 55% em 1974 para 26% em 2000. Como no início dos anos 1990 esse percentual era de cerca de 34%, é lícito atribuir ao processo de crescimento econômico dos últimos 14 anos (1991-2005) essa melhora de bem-estar. [...] ainda que o número absoluto de pobres seja bastante elevado diante do tamanho de sua população (cerca de 31% do total), o padrão de distribuição de renda, avaliado pelo índice de Gini, é bastante equitativo comparado ao normalmente evidenciado em diversos países em desenvolvimento ou mesmo desenvolvidos (0,32 em 2000, contra 0,59 no Brasil, 0,44 na China, 0,41 nos Estados Unidos, 0,28 na Alemanha e 0,25 na Suécia). Em outras palavras, mantido o ritmo de crescimento econômico e de aumento da produtividade das últimas duas décadas, as possibilidades de melhorar as condições gerais de vida da população sem o risco de conflito entre as classes sociais são politicamente muito maiores, haja vista o padrão razoável de distribuição da renda nacional. (NASSIF, 2006, pp. 13-14)

## 5. Conclusão

Nosso objetivo neste trabalho foi mostrar a trajetória de desenvolvimento indiano considerando os grandes desafios do país desde sua independência, em 1947, até o início do século XXI. Como pudemos ver, a despeito de alguns críticos ao modelo hindu de crescimento, o país logrou crescer relativamente pouco, mas ininterruptamente desde sua independência até meados dos anos 1980. Após as chamadas reformas econômicas do governo de Rajiv Gandhi, mas principalmente de Narasihma Rao a partir de 1991, o país alcançou altas médias de crescimento e tornou-se uma das economias mais pujantes, sobretudo do início do século XXI.

No entanto, como vimos, os desafios indianos seguem grandes. O país ainda enfrenta um alto índice de analfabetismo e um percentual considerável de lares no campo ainda vivem com rendimentos ínfimos. A zona rural do país, apesar de alguns avanços, persiste em manter uma estrutura de casta que impede a mobilidade social e a modernização do campo. Nas relações internacionais os desafios ainda são consideráveis. O país vive constantemente uma agenda estratégica delicada dividida entre o Paquistão e a China, além de problemas de fronteira não-resolvidos com os dois vizinhos citados e o Bangladesh.

O país é a maior democracia do mundo e mesmo tendo uma tradição e maioria hindu mantém em sua Constituição o secularismo como princípio elementar. Contudo, o conflito entre muçulmanos e hindus está longe de ter um fim. Atentados terroristas, como o de Mumbai em 2008, apenas ilustram a fragilidade do Estado indiano em controlar o radicalismo muçulmano que vem do Paquistão e mesmo de grupos internos, como o movimento separatista Sikh e o maoísta Naxalita. Por outro lado, o nacionalismo hindu foi fortalecido com a criação do Partido do Povo Indiano (*Bharatiya Janata*), em 1980 e agora, com a eleição de Narendra Modi para Primeiro Ministro do país. Modi é conhecido pelo seu ativismo nacionalista e religioso e pelo discurso anti-islâmico.

Mesmo com todos os desafios expostos, a Índia, tal qual constatamos, cresce a um ritmo acelerado e constante e vem conseguindo modernizar sua economia e mesmo dirimir, paulatinamente, os profundos problemas sociais. O país tem conseguido aumentar sua renda per capita e aumentar a participação dos setores secundário e terciário no PIB, ao passo que o setor primário vem sendo progressivamente reduzido. Como citamos na quarta parte do trabalho, a classe média indiana vem aumentando e elevando o nível de vida de milhões de ex-camponeses que migraram do campo seja para fugir da perseguição de

casta seja para conseguir melhores salários.

A Índia já ocupa um lugar destacado no mundo, além dos dados econômicos apresentados, podemos vê-la também como uma potência militar de peso. O país tem um arsenal nuclear considerável e é considerada a quarta força militar do planeta.<sup>70</sup> Tem, portanto, condições de perseguir, sem grandes constrangimentos, uma agenda própria de desenvolvimento que, além de contar com benefícios internos, como mão de obra barata e ampla, um Estado articulador e indutor do crescimento, conglomerados privados mundialmente conhecidos e uma demanda quase infinita, precisa, ainda, importar muitos insumos, como petróleo, minérios e alimentos. O século XXI deverá assistir à transição da condição material indiana. Muito provavelmente, o país tornar-se-á uma grande potência mundial e conseguirá resolver os problemas sociais e estruturais ainda existentes como barreiras ao pleno desenvolvimento do país.

## Referências Bibliográficas

- BANIK, Arindan; PADOVANI, Fernando. Índia em transformação: o novo crescimento econômico e as perspectivas pós-crisis. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 50, p. 67-93, 2014.
- BASTOS, Carlos Pinkusfeld; MAZAT, Numa. Apresentação. Pp. 09-65. In: GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Contraponto Editora Ltda., 2015.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Prefácio: Prebisch e Furtado. PREBISCH, R. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Ed. Contraponto, 2011.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. Unesp, 2007.
- \_\_\_\_\_. Gigante precavido: reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento e a política externa do Estado Indiano. In: Rio de Janeiro. *Artigo preparado para a Conferência sobre a Índia, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE)*. 2007.
- DELONG, J.B. *Índia since independence: an analytic growth narrative*. July, 2001.
- FUJITA, Koichi. *Green Revolution in India and Its Significance in Economic Development: Implications for Sub-Saharan Africa*. 2009.
- GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Contraponto Editora Ltda., 2015.
- JÚNIOR, Barrington Moore; COUTO, Maria Ludovina F. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. 1975.
- KAPLAN, Robert. *A Vingança da Geografia: A construção do Mundo Geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- KNIIVILÄ, Matleena. Industrial development and economic growth: Implications for poverty reduction and income inequality. *Industrial development for the 21st century: Sustainable development perspectives*, v. 1, n. 3, p. 295-333, 2007.
- KUBOTA, Luis Claudio. *Desafios para a indústria de software*. Área de Planejamento, Departamento de Planejamento (DEPLAN), BNDES 2006.

---

70 Mais informações no link: [https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country\\_id=india](https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=india). Acessado em 03/01/2018.

- KUZNETS, Simon. Modern economic growth: findings and reflections. *The American economic review*, v. 63, n. 3, p. 247-258, 1973.
- MOHAN, Raja. A Índia e o equilíbrio de poder. IN STUENKEL, Oliver (Coord.). *A Índia na ordem global* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 30.
- NASSIF, André. *A economia indiana no período 1950-2004: da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?*. Área de Planejamento, Departamento de Planejamento (DEPLAN), BNDES, 2006.
- NARLIKAR, Amrita. Peculiar chauvinism or strategic calculation? Explaining the negotiating strategy of a rising India. *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 59-76, 2006.
- NUNES, Cauê. Índia busca reverter “fuga de cérebros”. *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2, p. 19-20, 2006.
- PRATES, D. M.; CINTRA, M. A. M. A estratégia de desenvolvimento da Índia: da independência aos dilemas da primeira década do século XXI. CARDOSO Jr., J. C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M.. *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudo de experiências internacionais selecionadas*. Livro, v. 2, p. 379-432, 2009.
- RENA, Ravinder. Green Revolution: Indian Agricultural Experience – A Paradigm for Eritrea. New Jersey, USA: *Eritrean Studies Review*, Vol. 4, No.1, pp.103-130 (A Biannual Journal Published by the Red Sea Press). 2004.
- RODRIG D. and SUBRAMANIAN, A. *From “Hindu growth” to productivity surge: the mystery of the Indian growth transition*. BREAD Working Paper no. 055, Bureau for Research in Economic Analysis of Development, March 2004.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. *Notes on the theory of the “big push”*. Cambridge, Mass.: Center for International Studies, Massachusetts Institute of Technology, 1957.
- ROSTOW, Walt W. The stages of economic growth. *The Economic History Review*, v. 12, n. 1, p. 1-16, 1959.
- SANYAL, Amal. The Curious Case of the Bombay Plan. *Contemporary Issues and Ideas in Social Sciences*, v. 6, n. 1, 2011.
- SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 2, p. 94, 2004.
- SRINIVASAN, Thirukodikaval Nilakanta. *India’s Reform of External Sector Policies and Future Multilateral Trade Negotiations*. 2001.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 2, p. 5-15, 1985.
- YERGIN, Daniel; STANISLAW, Joseph. *The commanding heights: The battle for the world economy*. Simon and Schuster, 2002.